



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro Biomédico**

**Instituto de Medicina Social**

**Maria Leão**

**Os unicórnios no fim do arco-íris:  
bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de  
Lésbicas e Mulheres Bissexuais**

**Rio de Janeiro  
2018**

Maria Leão

**Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no  
Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara  
Coorientadora: Dra. Vanessa Leite

Rio de Janeiro  
2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

L437 Leão, Maria

Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais / Maria Leão. – 2018.

117 f.

Orientador: Sérgio Luis Carrara

Coorientadora: Vanessa Leite

Dissertação (mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Bissexualidade – Teses. 2. Homossexualidade feminina – Teses. 3. Minorias sexuais e de gênero – Teses. 4. Comportamento sexual – Teses. 5. Ativismo político – Teses. 6. Participação da comunidade – Teses. I. Carrara, Sérgio Luis. II. Leite, Vanessa. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. IV. Título.

CDU 613.885-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Maria Leão

**Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no  
Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 02 de março de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara (Orientador)

Instituto de Medicina Social – UERJ

---

Profa. Dra. Claudia Mora Cárdenas

Instituto de Medicina Social – UERJ

---

Profa. Dra. Paula Mendes Lacerda

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Profa. Dra. Regina Facchini

Universidade Estadual de Campinas

Rio de Janeiro

2018

Essa dissertação é para honrar a memória daquelas que vieram antes de mim e enriquecer as histórias das que caminham comigo e que virão depois.

## AGRADECIMENTOS

Em meados de 2017 me perguntaram como eu lidava com a complexa negociação das minhas identidades pessoais e políticas no trabalho de campo e de elaboração dessa dissertação. A minha resposta, elaborada na hora, ainda se mantém verdadeira. Eu nunca teria feito isso sozinha. Essa tarefa de ser pesquisadora-sujeito só foi possível porque eu fui sujeito coletivo durante todo o caminho. É verdade que nunca estamos de fato sozinhos, os seres humanos são sociais e grupais, mas essa percepção se fez muito nítida em minha primeira grande aventura acadêmica.

Tenho muito o que agradecer, mas também é importante demarcar que essa dissertação se fez em um cenário profundamente turbulento no país. Crise econômica, golpe, ataques severos aos direitos humanos e à liberdade de pesquisa e docência. A UERJ, que tanto aprendi a amar, sucateada e seus trabalhadores lutando para encontrar formas de salvá-la e de se manterem. Minha bolsa de pesquisa muitas vezes foi utilizada para substituir partes do salário de minha mãe, professora dessa mesma UERJ, que não chegava ou chegava esmaltado. Ter a determinação para escrever essa dissertação é uma forma de resistência. De mostrar que seguimos e seguiremos, continuaremos produzindo discursos que perturbam o *status quo* e contam histórias inconvenientes ao conservadorismo. A luta se faz na rua e na academia; essa dissertação é parte de minha contribuição de vida a ela.

Entre minha defesa e o depósito desta dissertação, a esquerda brasileira sofreu um severo e imprevisto golpe, que se reflete em um jogo de espelhos distorcidos em diversas esferas de minha vida. A militante do Partido Socialismo e Liberdade e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, foi brutalmente executada no dia 14 de março de 2018. Seu assassinato é uma ferida imensa, traumática, dos eventos impossíveis de serem plenamente capturados em palavras. Ainda processaremos e ressignificaremos por anos o que seu assassinato significou. Eu não poderia deixar de escrever sobre isso aqui, porque – embora Marielle não fosse minha amiga pessoal – nós éramos companheiras de luta, daquelas que também se ligam por laços de afeto. Porque ela sabia deste trabalho e em mais de uma ocasião pediu que eu o encaminhasse quando pronto para que, senão ela, ao menos alguém de seu mandato o lesse. Porque Marielle era o rosto da nova política, o investimento dos últimos dez anos de uma organização política na formação de quadros que não sejam homens brancos heterossexuais de classe média. Marielle era negra, era da favela, era socialista, era mulher, não era hétero. Escrevo sobre sua morte porque no meio de tanta dor, sua identidade afetiva e sexual

torna-se objeto de disputa política. Ao visibilizar que ela não era heterossexual, que deixa uma viúva, ascende o debate: era lésbica? Era bissexual? Qual apagamento grita mais alto?

Menos de uma hora antes de morrer, Marielle declarou na roda de debates que participava que era bissexual. Eu acredito firmemente que isso precisa ser dito e acredito também que, embora não deva ser silenciado, esse não é o tema mais premente quando falamos de sua vida e seu legado. Marielle fica como essas interseções que unem mulheres que amam mulheres e como uma perda tão grande quanto foi sua vida. Eu queria agradecer a ela e a todas as companheiras que se recusaram a tombar e esmorecer depois de termos visto-a ser arrancada de nós. Nunca pude lhe mostrar meu trabalho, deixo-o como oferenda póstuma.

Os agradecimentos a seguir não darão conta de contemplar todas aquelas e aqueles que permearam meu caminho e formaram quem eu sou hoje, nem as e os que acompanharam a gestação desta pesquisa e o seu parto. Passei meses em um trabalho de Penélope, fazendo e refazendo esse pedaço de texto, tentando não esquecer de pessoas importantes e elaborar frases que fizessem jus à importância de cada pessoa citada aqui. Vamos a eles.

**AGRADEÇO** imensamente ao meu orientador, Sérgio Carrara, que esteve comigo durante todo o trajeto desta dissertação – me inspirando muito, tranquilizando e focando meus esforços. À minha co-orientadora, Vanessa Leite, que me estimulou, desafiou e me ajudou a acreditar em mim mesma e a encontrar as forças que eu tenho dentro de mim. Ao financiamento da agência de fomento à pesquisa, CAPES, única agência de fomento a pagar em dia sem sustos nos últimos dois anos. Às professoras Claudia Mora e Laura Murray, que estiveram desde antes do começo, sem elas, suas aulas e observações eu não conseguiria nem ter aceitado o desafio deste tema.

À minha família: meus pais, meus irmãos, minha tia Estela, minha madrinha, minhas primas, meus sobrinhos. Queria agradecer à Ligia e Gabrielle: amo vocês, escolhemos todos os dias ser família voluntariamente em nossas vidas. Meus avós queridos que já se foram. Vocês são minhas raízes, meu solo, minha história.

Às minhas amigas e meus amigos queridos de todas as horas, sem nenhuma ordem específica: À Carol, o yin do meu yang, que está na minha vida há sete anos, com disposição, carinho e cuja luz me guiou muitas vezes para fora de lugares escuros. Ao Remom, cuja amizade e colaboração interestadual me deram mais fôlego do que sou capaz de descrever. Marina, cuja resiliência mineira me lembrou de minha própria capacidade e cujo afeto e caráter tornaram tão preciosa a nossa colaboração. Às minhas amigas de São Paulo: Mariana, Luka, Ravenna, que me mostraram lados suaves da cidade cruel. Ruan e Marta, que sempre me acolheram em sua casa e seu afeto. Às minhas bruxas: Mariana, Isabela, Isabella e Julia, juntas sobrevivemos

àquele lugar chamado UFRJ e vamos aprendendo que a vida é mais do que sobreviver. Mayumi, Ju e Carol, que estão comigo pelo que parece ser quase o tempo de toda a minha vida e me ajudam sempre a ser uma pessoa melhor. Bianca, nós sobrevivemos juntas e juntas vamos aprendendo que é possível voltar a viver. À Clarinha, obrigada por estar na minha vida, obrigada por me guardar no seu afeto. Ao Felipe, cuja leveza feita de ar me lembra da importância de não me levar tão a sério.

Gostaria de agradecer também minhas companheiras e meus companheiros que participaram de minha formação militante e da formulação de várias questões que discuto nessa dissertação. Agradeço em especial os coletivos Bi-Sides, os setoriais LGBT e feminista do “RUA – Juventude Anticapitalista” e quem compartilha comigo minha trajetória no PSOL.

Não poderia concluir essa parte sem agradecer às mulheres que participaram da construção dessa pesquisa. Todas aquelas que estão incansavelmente no *front* de batalha dos movimentos sociais e que lutam pelos direitos de mulheres bissexuais e lésbicas. Mas, com um carinho especial, queria agradecer às sete mulheres que disponibilizaram tempo das suas vidas para me dar entrevistas, indicar outras mulheres, me conceder acesso a seus acervos pessoais, me acompanhar em reuniões do movimento. Essa dissertação é também de vocês.



“Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxaguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

- “Linhas tortas”, *Graciliano Ramos* (1962)

## RESUMO

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018, 117 f. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Essa pesquisa é uma exploração inicial da construção da bissexualidade como uma identidade política entre mulheres. Através de pesquisa bibliográfica, análise de documentos produzidos pelos movimentos sociais estudados e entrevistas semiestruturadas realizadas em trabalho de campo ocorrido no ano de 2017, toma-se o Seminário Nacional de Lésbicas/Senale (1996-2010) como caso e fio condutor da elaboração de memória no Brasil sobre o ativismo e a militância de mulheres lésbicas e bissexuais. O seminário ocorrido em 2010 (Porto Velho-RO) que efetivou a mudança de seu nome para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (2010-) e em especial os seminários ocorridos em 2014 (Porto Alegre-RS), que alterou a sigla de Senale para Senalesbi (2014-...), e em 2016 (Teresina-PI) têm especial importância analítica nesta dissertação, sendo considerados como “centros gravitacionais” na organização política de mulheres bissexuais. Esses três seminários (2010,2014,2016) tiveram expressiva presença de mulheres bissexuais e neles se manifestaram os conflitos em torno da alteração do nome do evento, evidenciando disputas políticas pragmáticas e simbólicas entre as identidades “lésbica” e “mulher bissexual”.

Palavras-chave: Bissexualidade. Homossexualidade feminina. Movimento LGBT. Identidades sociais. Memória. Senalesbi. Brasil.

## ABSTRACT

LEÃO, Maria. **The unicorns at the rainbow's end: female bisexuality, identities and politics at the National Seminar on Lesbians and Bisexual Women.** 2018, 117 f. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The initial construction of bisexuality as a political identity among women is one this dissertation's main purpose. Through a bibliographical research, analysis of documents produced by the social movements studied and semi-structured interviews conducted in field work in the year 2017 at the National Lesbian Seminar (Senale, 1996-2010) that were the study-case and guiding line for the memory elaboration on the activism and militancy of lesbian and bisexual women in Brazil. Specially the seminar that took place in 2010 (Porto Velho-RO) changing its name to National Seminar on Lesbians and Bisexual Women (2010-); and, in particular the seminar held in 2014 (Porto Alegre-RS), where its acronym changed from Senale to Senalesbi (2014 -...). The 2016 Seminar (Teresina-PI) have special analytical importance in this dissertation, but all of them are considered of pivotal importance as gravitational centers in the political organization of bisexual women. The three of these seminars (2010, 2014, 2016), with significant presence of bisexual women, arose some conflicts around the name change of the event enhancing how, pragmatic and symbolic politically, can the disputes be amongst the identities "lesbian" and "bisexual woman".

Keywords: Bisexuality. Female homosexuality. LGBT movement. Social identities. Memory. Senalesbi. Brazil.

## LISTA DE TABELAS<sup>1</sup>

Tabela 1 –	Bissexuais: Idade * Orientação Sexual .....	112
Tabela 2 –	Bissexuais: Raça/etnia * Orientação Sexual .....	112
Tabela 3 –	Bissexuais: Identidade De Gênero * Orientação Sexual .....	112
Tabela 4 –	Bissexuais: Região * Orientação Sexual .....	113
Tabela 5 –	Bissexuais: Grau de escolaridade * Orientação Sexual .....	113
Tabela 6 –	Bissexuais: Organização * Orientação Sexual .....	114
Tabela 7 –	Lésbicas: Idade * Orientação Sexual .....	116
Tabela 8 –	Lésbicas: Raça/etnia * Orientação Sexual .....	116
Tabela 9 –	Lésbicas: Identidade De Gênero * Orientação Sexual .....	117
Tabela 10 –	Lésbicas: Região * Orientação Sexual .....	117
Tabela 11 –	Lésbicas: Grau de escolaridade * Orientação Sexual .....	118
Tabela 12 –	Lésbicas: Organização * Orientação Sexual .....	118

---

<sup>1</sup> As tabelas a seguir são tabulações cruzadas de dados referentes às lésbicas e bissexuais credenciadas no 8º Senalesbi (2014).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ALEM	Associação Lésbica de Minas
CAEHUSP	Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo
Corsa	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo pela Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais
BIL	Coletivo de Bissexuais e Lésbicas
CBB	Coletivo Brasileiro de Bissexuais
CFL	Coletivo de Feministas Lésbicas
COLERJ	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
EME	Encontro de Mulheres Estudantes da UNE
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ
ILGA	<i>The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersexual Association</i>
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MS	Ministério da Saúde
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Senale	Seminário Nacional de Lésbicas
Senalesbi	Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO: VIVÊNCIAS QUIMÉRICAS</b> .....	12
1	<b>DAS FORMULAÇÕES E INTERDIÇÕES</b> .....	24
1.1	<b>Criando unicórnios</b> .....	24
1.2	<b>Sujeitos em construção</b> .....	27
1.3	<b>Construções sobre a <i>bi</i></b> .....	32
1.4	<b>De noite é</b> .....	38
1.5	<b>Ser unicórnio</b> .....	41
2	<b>JACARÉS E UNICÓRNIOS</b> .....	46
2.1	<b>As “histórias” do Senale</b> .....	47
2.1.1	<u>Narrativas sobre a fundação e sua importância para as bissexuais</u> .....	50
2.2	<b>O lugar da LBL na organização de bissexuais</b> .....	55
2.3	<b>Movimentações <i>bi</i></b> .....	57
2.3.1	<u>Aqueles que vieram antes</u> .....	57
2.3.2	<u>Bi-Sides</u> .....	59
2.3.3	<u>Coletivo BIL</u> .....	62
3	<b>“NA CAPA DO LIVRO”: AS <i>BI</i> PROVOCAM MUDANÇAS</b> .....	64
3.1	<b>Carta a uma amiga bissexual</b> .....	64
3.2	<b>Senalesbi: lésbicas-e-bissexuais em foco</b> .....	65
3.3	<b>E bifobia existe?</b> .....	68
3.4	<b>De volta ao Senalesbi e à organização das bissexuais</b> .....	71
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FIM DO ARCO-ÍRIS</b> .....	78
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83
	<b>ANEXO I</b> - Carta a uma amiga bissexual (maio de 2010) .....	89
	<b>ANEXO II</b> - Contribuição para a mesa: "O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL" .....	92
	<b>ANEXO III</b> - Textos Senale/Senalesbi .....	96
	<b>ANEXO IV</b> - Tabelas de lésbicas e bissexuais credenciadas no 8º Senalesbi .....	102
	<b>ANEXO V</b> - Roteiro das entrevistas semiestruturadas .....	105

## INTRODUÇÃO: VIVÊNCIAS QUIMÉRICAS

Essa dissertação, muito mais do que encerrar debates, se pretende ser uma exploração inicial de diversos aspectos da construção da bissexualidade como uma identidade política entre mulheres. Essa pesquisa é parte de um projeto pessoal maior de estudos sobre bissexualidade, identidades sociais e política, que será continuado no doutorado. Não é humanamente possível chegar ao fim do arco-íris, a cada passo que damos, como a linha do horizonte, ele se afasta um pouco mais. A inspiração para o nome dessa dissertação residiu na ideia dual de que a bissexualidade é comumente identificada como uma ameaça desestabilizadora das identidades, podendo, assim, destruir o arco-íris LGBT e, por outro lado, as bissexuais são frequentemente colocadas no papel de apêndices discursivos ao fim das elaborações sobre política e identidades LGBT.

O fio condutor deste trabalho são diferentes aspectos da estruturação da identidade “mulher bissexual” como uma identidade política através das alianças construídas entre mulheres lésbicas e bissexuais, as negociações de fronteiras de identidade e a força do movimento feminista em aproximá-las nas diversas conjugações de movimento. Faço isso através da reflexão sobre o processo que fez com que tal identidade entrasse em cena no Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) e sobre como o próprio nome do evento foi alterado para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi).

Além de me identificar politicamente como bissexual, compartilho outras experiências com minhas entrevistadas *bis*<sup>2</sup>. Como elas, me senti incluída nas narrativas heterossexuais que permeiam nossa sociedade (até o fim de minha adolescência, pelo menos). Também não me senti confortável ou incluída em espaços LGBT quando “saí do armário”. Também comecei minha participação política fora de espaços de militância LGBT. Minha identificação como feminista precede minha identificação como bissexual e o primeiro espaço físico militante de que participei foi o movimento estudantil universitário. Foi nas dinâmicas de politização dos meus interesses sexuais e afetivos que fui, de certo modo, tornando-me “mais” bissexual. Embora essa palavra estivesse na minha boca desde os dezessete ou dezoito anos, eu a considerava parte de minha vida pessoal e nem compreendia muito bem como isso caberia em uma esfera política. Foi no contato com companheiras lésbicas mais velhas e bissexuais mais ou menos da minha idade, dentro do feminismo e do partido político ao qual sou ligada, o

---

<sup>2</sup> Diminutivo de bissexuais, comumente utilizado em contextos coloquiais. O recurso do “itálico” será utilizado ao longo do texto para demarcar palavras estrangeiras e expressões êmicas.

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que comecei a tentar elaborar melhor o que seria uma “identidade bissexual” e quais seriam as razões para falar sobre ela.

Inexistiam no Rio de Janeiro, dentro dos espaços do movimento estudantil e do feminismo jovem que eu frequentava, figuras capazes de articular pautas sobre a bissexualidade. Nisso, muito rapidamente me vi alçada ao lugar de uma “figura pública de referência”, dando palestras e realizando “formações” sobre coisas que eu elaborava com um grupo pequeno de pessoas que se dedicavam a discutir o assunto e a partir de leituras que eu fazia por conta própria. Porém minhas perguntas se multiplicavam e se complexificavam velozmente e eu me sentia incapaz de respondê-las.

Nesse contexto, fui convidada pela Diretoria de Mulheres da União Nacional dos Estudantes (UNE), gestão 2013-2015, para *facilitar*<sup>3</sup> o Grupo de Discussão de Lésbicas, Bissexuais e Mulheres Trans (GD-LBT) no VI Encontro de Mulheres da UNE (EME-2015), em Curitiba. Integrante do movimento feminista desde 2009, minha participação no movimento LGBT era mais recente, datando de 2013. No entanto, toda a minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi voltada para me aprofundar em discussões sobre gênero e sexualidade. Com isso em mente, aceitei o convite, apesar de me sentir apreensiva e insegura acerca de minha própria capacidade como *facilitadora* em um espaço nacional do movimento universitário de mulheres.

Mesmo entre mulheres muito mais experientes que conheci em diferentes espaços de ativismo, sentimentos de apreensão e insegurança ao se pronunciar publicamente são recorrentes, dado que, como postula o movimento feminista, as mulheres são ensinadas a não tomarem a palavra em espaços públicos. A isso se soma um sentimento que acompanha a minha vida desde que passei a me identificar como bissexual: o de não ser “LGBT o bastante”. O sentimento de inadequação e de que haveria uma ruptura pouco radical com as normas sexuais e de gênero inerente a “ser bissexual” já me foi relatado por diversas pessoas que conheci ao longo da minha adolescência e vida adulta e que se identificam como bissexuais e foi repetido por minhas interlocutoras bissexuais diversas vezes ao longo do campo realizado para essa dissertação.

Diante disso, expliquei às participantes do GD-LBT que aquele era o primeiro espaço nacional em que eu me propunha a falar sobre vivências bissexuais e todos os sentimentos que disputavam a minha atenção naquele momento. Pedi que se tivesse cuidado e paciência na

---

<sup>3</sup> Termo êmico do movimento estudantil em que uma pessoa com experiência pessoal e/ou conhecimento acadêmico sobre determinado assunto é convidada a estar em um debate ou roda de conversa para levantar questões e provocações aos participantes e direcionar a discussão.



elaboração das falas para que aquele pudesse ser um espaço confortável para todas. Ao invés disso, ouvi de uma participante: “Você pode dizer que é bi, pan, uma árvore, um jacaré ou um unicórnio, mas nada disso é real”.

Essa e outras inúmeras frases foram proferidas por um grupo de mulheres que se intitulavam feministas radicais e militantes lésbicas. A principal reclamação delas era serem obrigadas a estar em espaços como aquele GD, com bissexuais e, em suas palavras, “pessoas trans”, que elas não reconheciam como mulheres, e que isso “roubava” espaço para se discutir as demandas das lésbicas. O exemplo que davam repetidamente era a alteração do nome do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi). Até então, eu ouvira falar apenas vagamente do Senale, por participar de movimentos sociais diferentes. A partir daquele momento, quis entender melhor o que era o Senale, a mudança do nome para Senalesbi e as disputas políticas que levaram a isso<sup>4</sup>.

Minha análise se desenvolve a partir de uma posição multifacetada: como mulher bissexual, militante e pesquisadora. Para poder me inserir em um campo com tantas tensões, precisei realizar um trabalho de deslocamento, permitindo que a identidade de pesquisadora assumisse a dominância nos últimos dois anos. Como pesquisadora, realizei pesquisa bibliográfica da produção nacional e internacional acerca da bissexualidade, analisei atas de reuniões e documentos produzidos por movimentos de bissexuais e de mulheres lésbicas, acompanhei espaços políticos organizados por mulheres lésbicas e bissexuais e realizei entrevistas semiestruturadas com mulheres bissexuais e lésbicas.

Tal postura de construção de um olhar crítico diante do meu objeto de pesquisa gerou diversas consequências e, produzindo desconfortos, provocou-me de formas diferentes. Destaco a constatação de que, se eu não me identificasse explicitamente como bissexual, as lésbicas que acessei através de minhas redes de contato me tratariam como lésbica. Em diversos momentos, no campo, quando eu estive em espaços onde não havia pessoas conhecidas, eu não explicitava que era bissexual. Caso perguntada diretamente, respondia, do contrário permitia que minha “passabilidade lésbica”<sup>5</sup> deixasse as mulheres ao meu redor com maior liberdade

<sup>4</sup> A monografia de conclusão de curso de Hyldalice de Andrade, “‘Combate às opressões’ na universidade: O feminismo universitário no enfrentamento à violência de gênero” (2018), aborda esse episódio com maior riqueza de detalhes. Sua monografia se destaca pelo cuidado e a seriedade com que foi realizada ao abordar temas tão delicados ao feminismo jovem contemporâneo.

<sup>5</sup> Por diversas vezes já encontrei o argumento de que bissexuais seriam dotadas da capacidade de se “camuflar” como heterossexuais em seu cotidiano, enquanto gays e lésbicas supostamente seriam figuras facilmente identificáveis nas ruas e mais expostas à violência. A discussão de “passabilidade” começa nos meios trans, em relação a quem “não pareceria” trans no espaço público e é incorporada nas discussões dos movimentos sobre identidade sexual. Para mais sobre “passabilidade” em contextos trans, ver Duque (2017). Permito aqui transparecer a ironia de que, em um ambiente não-heterossexual, a suposição automática é de que as presentes seriam homossexuais e a bissexualidade segue uma impossibilidade lógica.

para conversar sobre os assuntos que quisessem. Um momento simbolicamente importante foi quando caminhei, no ato realizado durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero de 2017, junto às mulheres ligadas à LBL<sup>6</sup>, conhecendo possíveis entrevistadas. Em determinado momento, outro grupo de mulheres “puxou” a seguinte palavra de ordem: “Eu beijo homem, beijo mulher/Tenho direito de beijar quem eu quiser”. Tal palavra de ordem vem sendo continuamente associada mais a bissexuais e bissexualidade, embora tenha sido utilizada por muito tempo como uma palavra de ordem que retrata a diversidade e a liberdade sexual. Na perspectiva de tomar a palavra de ordem em sua literalidade, algumas militantes da LBL não cantaram essa versão e puxaram em seguida, uma versão modificada: “Não beijo homem, beijo mulher/Beijo mulher, beijo mulher, beijo mulher”. Eu estava em um diálogo com uma possível interlocutora e não cantei a primeira versão, sendo surpreendida pela mulher com quem eu dialogava com o seu estranhamento por eu não ter cantado também a segunda. “Você não é sapatão?” ela me perguntou. Sem saber como responder imediatamente, eu respondi “sim, mas eu não posso gritar, estou rouca”. Não era verdade, também não era mentira.

Na tentativa em permanente construção de ser capaz de retratar de forma justa em minha pesquisa esse campo que eu considero tão importante e essas mulheres cuja atuação, mesmo com eventuais discordâncias pessoais, eu respeito e admiro tanto, precisei também aprender a ouvir mais do que falar. A permitir que as mulheres que me cercavam contassem suas versões sobre os acontecimentos e explicitassem suas visões de mundo. Mesmo que essas visões de mundo contivessem falas que, em minha opinião, reiterassem equívocos violentos sobre bissexuais e bissexualidade. Quando perguntada sobre minha opinião acerca dos assuntos, tentei sempre responder com a maior honestidade possível. No entanto, quando as perguntas não vinham ou quando era eu quem as fazia, eu tentava guardar minhas visões para o processo de escrita.

Dentre os documentos a que tive acesso em minha pesquisa, destaco um texto que Regina Facchini escreveu sobre a fundação da Rede B<sup>7</sup> onde narra alguns dos desafios enfrentados por bissexuais ao participar de movimentos LGBT nos anos 2000. O termo ofensivo “gilete” para se referir a bissexuais estava em voga na época e é a partir da dor de ser comparada a um objeto cortante e perigoso que Regina começou o seu texto.

Hoje, a expressão “gilete” caiu em desuso e aparece ocasionalmente para se referir a um passado não tão distante. Na segunda década do século XXI, uma das alegorias mais recorrentes

---

<sup>6</sup> Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, mais sobre isso no capítulo 2, “Jacarés e unicórnios”, subseção 2.2., “O lugar da LBL na organização de bissexuais”.

<sup>7</sup> Mais sobre isso no capítulo 2, “Jacarés e unicórnios”, subseção 2.3.1, “Aqueles que vieram antes”.

para pensar a bissexualidade é o personagem mítico do “unicórnio”. Suas marcas são menos de algo ambíguo e perigoso para quem o toca e mais de algo inócuo e inexistente ou quimérico, que deve ficar confinado aos contos de fada. Os simbolismos por trás das alegorias em questão merecem ser discutidos com maior profundidade em trabalhos futuros, abordando a conexão entre as imagens da gilete e do unicórnio com a transição da sexualidade passando a ser compreendida como algo que se “é”, não se “está”. Eu considero a alegoria do unicórnio particularmente útil quando falamos de espaços como o Senalesbi, onde a própria existência de bissexuais enquanto sujeitos políticos está em disputa.

Vale ressaltar que a participação de bissexuais nos movimentos sociais brasileiros encontra-se bastante pulverizada e raramente é possível localizar contextos e situações específicas onde a bissexualidade encontre destaque, concentrando as disputas e dinâmicas que giram em torno da construção dela como uma identidade política. Conheci em minhas viagens pelo Brasil, no movimento estudantil, diversas mulheres jovens que se identificavam como bissexuais, mas que, em suas participações no movimento estudantil ou feminista, não traziam a bissexualidade para o centro do debate. Ouvi queixas e angústias diversas e experimentei muitas das vivências narradas por minhas entrevistadas.

A letra “B” na sigla LGBT costuma ocupar um lugar meramente formal - como no movimento quando se fala em “homofobia, lesbofobia e transfobia”, porém a possibilidade de haver uma “bifobia” é deixada de lado ou constantemente posta em questão<sup>8</sup>. Nesse sentido, a mudança de nome do Senale para Senalesbi funcionou como um cerne gravitacional, condensando em si a capacidade de bissexuais organizadas politicamente produzirem algo concreto. Interessava também olhar o Senale/Senalesbi porque têm sido as mulheres as que mais reivindicam a bissexualidade como uma identidade política e social<sup>9</sup> e as relações com as mulheres que se identificam como lésbicas compõem uma imbricada dinâmica de alianças e tensionamentos.

Esse trabalho não tem o intuito de vilanizar lésbicas e nem vitimizar bissexuais. Meu esforço acadêmico e militante centra-se em discutir vivências e relações até então relegadas à margem dos estudos brasileiros sobre movimentos LGBT. Se é verdade que pouco se produziu e se produz sobre os esforços de organização de lésbicas (CARRARA; SIMÕES, 2014), é também verdade que as bissexuais costumam aparecer apenas como um apêndice retórico em uma equação linguística das “lésbicas-e-bissexuais”. Nas páginas a seguir pretendo aplicar o

---

<sup>8</sup> Discuto alguns pontos sobre a ideia de “bifobia” no capítulo 3, “‘Na capa do livro’: as *bi* provocam mudanças”, subseção 3.3, “E bifobia existe?”.

<sup>9</sup> Forneço alguns dados e reflexões sobre isso no capítulo 1, “Das formulações e interdições”.

que Donna Haraway chamou de saberes parciais<sup>10</sup> e, ao não tratar a equação “lésbicas-e-bissexuais” como óbvia e natural, trazê-la para o centro do debate, com foco na bissexualidade, e analisá-la em suas potências e limitações.

Isto posto, fica a pergunta: reconhecendo o sistemático apagamento da identidade “mulher bissexual” da história dos movimentos LGBT<sup>11</sup>, como podemos tecer novas historiografias que tragam o protagonismo das ativistas bissexuais, bem como compreendam a diversidade de conceitos que a identidade bissexual feminina assumiu, e sua utilização como dispositivo de poder? Inspirada pela tese de Guilherme Almeida (2005), na qual o autor aborda a dita “caixa preta” do corpo lésbico (ALMEIDA, 2005: p.129) e a necessidade de se investigar sobre o movimento social de lésbicas no Brasil, pretendo girar meu foco para um espaço de mulheres, onde a orientação sexual, seja homossexual ou bissexual, e as questões de gênero se misturam e geram toda uma nova miríade de formas de organização política.

Em minha pesquisa, percebi que o Senalesbi é visto como o maior encontro de ativistas e pesquisadoras lésbicas e bissexuais do país. Portanto, concebendo esse como um espaço privilegiado para analisar o protagonismo bissexual bem como possibilidade de concepção dessa identidade política, intento utilizar sua trajetória como caso - concentrando a discussão desta pesquisa na mudança do nome do seminário, em 2010, de sua sigla, em 2014, e os impactos dessas alterações, de 2016 em diante. Quais dinâmicas de poder estão em jogo, como identidades emergem e se modificam como dispositivos de poder, quais figuras possuem e possuíram papel de destaque nesse processo, quais caminhos se desenham no presente e para o futuro da organização de mulheres bissexuais no seminário e no Brasil?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de utilização política da identidade “bissexual” no Senalesbi, como meio privilegiado para abordar as disputas conceituais acerca da identidade bissexual, o protagonismo de mulheres bissexuais e os diálogos e tensões com as ativistas lésbicas. Os objetivos específicos perpassam contribuir com os estudos de memória do ativismo LGBT brasileiro; analisar a interação entre gênero e sexualidade na elaboração de demandas políticas e dinâmicas de movimentos sociais; enfrentar o apagamento da identidade

---

<sup>10</sup> “Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que ‘nós’ ‘naturalmente’ habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições ‘inocentes’. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. (...) A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia.” (HARAWAY, 1995: p. 23).

<sup>11</sup> Análise presente na Carta de Teresina, produzida pelo 9º Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, ao declarar que é “(...) necessário reconhecer a invisibilidade histórica das companheiras bissexuais (...)” (vide Anexo I (d)), como discutirei no capítulo 3, “‘Na capa do livro’: as *bi* provocam mudanças”.

de mulher bissexual no Brasil e contribuir à formação de uma memória bissexual do movimento LGBT brasileiro.

### **Minhas interlocutoras**

Minhas entrevistadas podem ser divididas em dois grupos principais: bissexuais que tiveram um papel importante no jogo de forças do 8º Senale (2014) e lésbicas que valorizam e estimulam a organização de mulheres bissexuais dentro do Senalesbi. Não consegui acessar nenhuma lésbica que tivesse sido contra a participação ativa de bissexuais no seminário ou que ainda se mantenha contra a mudança de seu nome e sigla. Embora, conforme narrado em diversas entrevistas coletadas, essa tensão esteja longe de ser resolvida, havendo, inclusive, relatos de movimentação para reabertura da questão no 10º Senalesbi (2018), que está marcado para acontecer na Bahia. Apesar de mulheres em minha rede terem me colocado em contato com mulheres lésbicas que tiveram ou mantêm posicionamentos resistentes à atividade bissexual no Senalesbi, aquelas que acessei não quiseram participar da pesquisa. Algumas demonstraram sua ausência de interesse ao não retornarem minhas iniciativas de contato ou não encontrarem espaço vago em suas agendas. Outras disseram explicitamente que não tinham interesse em participar de uma pesquisa “para falar de bissexuais”.

Participaram ativamente dessa pesquisa sete mulheres que acessei através de *redes comunitárias*, ou seja, que conheci em minhas idas a campo e me indicaram outras pessoas e/ou acionando contatos que já possuía antes de iniciar essa pesquisa. Do conjunto das entrevistadas, três se identificavam como lésbicas e quatro como bissexuais. Duas mulheres foram selecionadas por sua atuação destacada há décadas em movimentos feministas e LGBT. Uma lésbica e uma bissexual. Destas, três entrevistadas pediram que fosse mantido seu anonimato, as outras quatro abriram mão dele por diferentes motivos.

Regina Facchini e eu nos localizamos no mesmo campo de pesquisa e rede colaborativa de pesquisadores. Sua produção acadêmica já se destacava nas influências teóricas de minha dissertação quando meus orientadores julgaram que sua história de vida e de militância acrescentariam aspectos importantes à minha pesquisa e nos colocaram em contato. Regina abriu mão do anonimato em relação à pesquisa, dado que considerou que tudo o que me contou já havia aparecido em sua produção acadêmica e/ou sua trajetória militante. Sua atuação se destaca não apenas na fundação da Parada LGBT de São Paulo e em colaborações com o

Ministério da Saúde, mas como em extensa produção sobre gênero e sexualidade, inclusive abordando vivências de “mulheres que se relacionam com mulheres”. Sua relação com a militância/o ativismo passou também pelos Fóruns Sociais Mundiais, o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo (CAEHUSP) e o Grupo Corsa<sup>12</sup>. Regina se aproxima dos cinquenta anos, é branca, teve um filho no final da adolescência e nasceu e cresceu no interior de São Paulo. Eu a entrevistei na cozinha de sua casa, em São Paulo capital. Sua relação com a identidade bissexual é fortemente política, como demarcação de sua trajetória de vida. Ressaltou frequentemente, no entanto, que nunca quis “criar uma nova caixinha para as pessoas” com a identidade bissexual. Citarei seu nome ora como Regina Facchini ou Facchini, quando estiver em cena sua produção intelectual, ora como Regina, apenas pelo primeiro nome, como minhas outras entrevistadas, em um esforço de tentar separar o que me foi dito por ela em entrevista de sua obra.

Na dissertação eu não contei não, mas acho que na introdução da minha tese eu conto, que foi um momento, das primeiras entrevistas que eu fui fazer, eu fui num grupo lésbico, era um grupo lésbico que fazia projetos de prevenção pra mulheres. Era a “Rede de Informação Um Outro Olhar”. (...) E me deram um formulário, pra analisar os materiais, tinha uma pergunta ali “você se define como hétero, homo ou bi?”. Eu fiquei uns vinte minutos olhando praquela negação. Porque pra mim não passava pela cabeça me classificar nem como hétero nem como homo nem... E aí eu fiquei me perguntando, “mas a partir de que critério, eu vou me identificar como hétero ou como homo ou como bi? É o desejo que eu tenho? É a prática?” (Regina)

Com quase sessenta anos de idade, a trajetória militante de Virgínia Figueiredo começa no movimento secundarista, perpassa espaços sindicalistas, o PT, o Movimento Homossexual Brasileiro e a fundação da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL). Virgínia participou da fundação do Senale em 1996 (e esteve em quase todos os Senales que já ocorreram) e esteve presente na conferência da ILGA em 1995 no Rio de Janeiro que motivou sua criação<sup>13</sup>. Nós já nos conhecíamos anteriormente da “cena” feminista e ela aceitou prontamente meu convite para entrevista. Sua atuação também é marcada por ser uma aliada constante da organização seja de bissexuais, seja de transexuais, dentro do movimento LGBT. Eu identifiquei Virgínia como branca, ela me contou que cresceu e reside na Zona Norte do Rio de Janeiro, vem de família de camadas baixas da classe trabalhadora, a primeira identidade

<sup>12</sup> O “Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo pela Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais” (Corsa) foi fundado em 1995, na cidade de São Paulo. Regina acompanhou o grupo entre 1997 e 1999, como parte de sua dissertação de mestrado. Para mais sobre o CAEHUSP e o Grupo Corsa, ver o livro “Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990” (FACCHINI, 2008).

<sup>13</sup> “*The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersexual Association*”, fundada em 1978 no Reino Unido, é uma ONG internacional que se propõe a representar a população LGBTI (em sua sigla eles incluem as pessoas intersexuais) junto à ONU e outros organismos internacionais. Para mais informações, é possível acessar o site oficial da ILGA: <<http://ilga.org/about-us>>. Em 1995, aconteceu no Rio de Janeiro a XVII Conferência da ILGA, a primeira na América do Sul. Para mais sobre a ligação entre a ILGA e o Senale, ver o capítulo 2, subseção 2.1.1, “Narrativas sobre a fundação”.

política que assumiu foi de “entendida”, depois lésbica. Eu a entrevistei no pátio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), onde nos encontramos depois de seu horário de trabalho, e ficamos sentadas nas mesinhas de mármore em frente ao *bandejão*. Virgínia abriu mão do anonimato, considerando que tudo o que me narrou em entrevista era de conhecimento público e notório através de sua trajetória militante.

As outras cinco entrevistadas participaram do Senale de 2014, sendo as três bissexuais restantes figuras de destaque na mudança da sigla do seminário e visibilização da mudança de nome. Conheci Alyne Evelyn em um evento organizado pela Coletiva Sapa Roxa<sup>14</sup> sobre “Memória do Movimento de Lésbicas no Brasil”, no qual ela pediu a palavra após a pergunta que eu fiz à mesa acerca da relação com bissexuais nos movimentos. A fala de Alyne, que está na metade dos seus vinte anos, se destacou por mencionar especificamente o 8º Senale (2014) e o sentimento de isolamento que a acompanhava ao se organizar com lésbicas dentro da LBL. Alyne declarou em entrevista que abria mão do anonimato por achá-lo desnecessário diante do foi tratado durante a mesma, considerando suas avaliações e experiências acerca do movimento LGBT como fatos públicos. Alyne é negra, nasceu e cresceu em Fortaleza (CE), se mudou para o Rio de Janeiro há poucos anos e mora em um bairro da Zona Norte da cidade. Eu a entrevistei em sua casa, sentadas em banquinhos em sua laje. Sua trajetória militante começou em espaços de acolhimento de jovens da favela onde morava em Fortaleza e foi nos grupos de formação LGBT do projeto pelo qual era atendida que descobriu a identidade bissexual e politizou sua negritude. Além da LBL e do Senale, Alyne participou do coletivo Tambores de Safo<sup>15</sup> enquanto morava em Fortaleza.

Greta e eu nos conhecemos no Seminário Internacional Fazendo Gênero, por indicação de minha orientadora. Ela é branca, tem trinta e poucos anos, nascida e criada em um estado do Sudeste, vem de uma família de classe média e é formada em um curso do campo das Ciências Humanas. Começou a atuar no ativismo pela discussão de direitos humanos e população LGBT. Hoje integra a LBL. Eu a entrevistei em um banco ao ar livre no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela sempre soube que não era hétero e se definiu como lésbica na adolescência. Além de lésbica, reforça como importante a identidade “sapatão” em sua atuação política e vivência pessoal. Esteve na organização do 8º Senale (2014). Greta

---

<sup>14</sup> Fundado em 2017, a Coletiva Sapa Roxa (RJ) se define como “(...) um brejo de sapas feministas, anticapitalistas, antiracistas, anticapacitistas e descoloniais coaxando pela dissidência Lésbica.”. Para mais, ver o site oficial delas: <<https://saparoxa.wordpress.com>>.

<sup>15</sup> Para mais sobre o coletivo Tambores de Safo, ver a dissertação de Margareth Cristina de Almeida Gomes (2013), disponível em <[http://www.btdt.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4927](http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4927)>.

gostaria que sua fala ficasse anônima, dado que estava no meio de diversas negociações pela LBL e algumas coisas que me disse poderiam dificultar sua posição política.

Ananda me foi apresentada por Greta, no congresso Fazendo Gênero, dentre diversas outras pessoas que a militante da LBL gostaria que eu entrevistasse. Ananda foi a única mulher da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)<sup>16</sup> a aceitar me dar uma entrevista e enfatizou veementemente querer anonimato total. Nascida no Centro-Oeste, é formada em um curso da área de ciências humanas. Está na metade dos trinta anos, é negra. Começou a ter relacionamentos com mulheres na universidade e se identifica como lésbica. Começou a se organizar politicamente pela pauta de direitos humanos e população LGBT e, ao se aproximar do feminismo, compreendeu a importância de se identificar pública e politicamente como lésbica. Atualmente participa da ABL e de dois coletivos de mulheres negras lésbicas. Esteve presente nos 8º e 9º Senalesbis (2014 e 16). Eu a entrevistei em um banco ao ar livre no campus da UFSC.

Fernanda Coelho foi mencionada direta ou indiretamente em todas as entrevistas. Está na metade dos trinta anos, é branca, moradora do Vale do Aço de Minas Gerais, formada em Direito. Percebeu que não era heterossexual aos vinte anos, ao se apaixonar por uma amiga. Ingressou em movimentos sociais pela pauta dos Direitos Humanos, tendo feito o seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre direitos para pessoas LGBT. Foi da LBL por um curto período e se afastou, por relatar não ter sentido espaço real para discutir a bissexualidade dentro da rede. Participou da fundação do Coletivo de Bissexuais e Lésbicas (Coletivo BIL)<sup>17</sup>, nessa ordem, para demarcar que a bissexualidade não seria apenas um apêndice dentro dele. Foi uma das pessoas que propuseram a mudança da sigla para Senalesbi e participou ativamente da organização do Grupo de Discussões sobre bissexualidade no 8º Senale (2014). Também participou da organização do 8º Senale (2014), embora tenha se retirado dela por não ver espaço para falar de bissexualidade. Participa do Bi-Sides<sup>18</sup> postando informes do Coletivo BIL e como uma rede de informação e suporte para bissexuais. Fernanda abriu mão de seu anonimato – por considerar público tudo o que me contou e porque não haveria como disfarçar a posição de destaque que ela assumiu nos últimos dois Senalesbis.

---

<sup>16</sup> A ABL foi fundada em 2004 e se define em seu site oficial como uma “Organização de promoção e defesa dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, da cidadania, da prevenção e combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST, HIV/Aids), da redução de danos no uso de álcool e outras drogas, da saúde da mulher, da história da lesbianidade, da família homoparental e da igualdade de gênero, por meio de uma plataforma político-feminista e humanista”. Disponível em <<http://redeabl.blogspot.com.br/>>. Acessado em fevereiro de 2018.

<sup>17</sup> Para mais sobre o Coletivo BIL, ver o capítulo 2, subseção 2.3.3, “Coletivo BIL”.

<sup>18</sup> Para mais sobre o Bi-Sides, ver o capítulo 2, subseção 2.3.2, “Bi-Sides”.



Pérola me foi indicada por Fernanda, quando lhe perguntei se pensava em mais bissexuais que houvessem tido papel de destaque no Senale. Mora em um estado do Sudeste; é terapeuta, negra, está no final dos seus vinte anos. Foi aos 8º e 9º Senalesbis (2014 e 16). Foi contra a mudança de nome, porém não se manifestou publicamente sobre isso, explicou-me que o fez por respeito à organização das mulheres bissexuais que o propuseram. Acredita que as bissexuais devem estar no Senalesbi apenas para fazer contato com outras bissexuais e organizar espaços centrados na bissexualidade em suas localidades e, no futuro, no Brasil. Passou a se identificar como bissexual no final da adolescência. Descobriu a palavra na internet. No começo da vida adulta, participou de uma organização de mulheres lésbicas por dois anos, de onde se sentiu praticamente expulsa por não abrir mão de falar de sua bissexualidade. Participou de um coletivo negro LGBT nos últimos três anos, que era seu principal espaço de organização, até que atritos muito sérios em torno de sua bissexualidade levaram ao seu afastamento. Usa o Bi-Sides como um espaço de articulação com outras pessoas bissexuais. Foi no Bi-Sides que entrou em contato com outras pessoas bissexuais para organizar um coletivo de pessoas bissexuais, com atividades em setembro de 2017 na cidade onde reside. Pérola enfatizou por diversas vezes que gostaria de ver mantido o anonimato de sua entrevista.

### **Entre acervos e cartas**

Para além das entrevistas e da inserção em atividades políticas organizadas por lésbicas e por bissexuais, utilizei como fonte primária nesta pesquisa documentação escrita, produzida pelos coletivos, entidades e ativistas que fizeram parte desse estudo. As análises de tais materiais aparecerão nos capítulos dois, “Jacarés e Unicórnios”, e três, “‘Na capa do livro’: as *bi* provocam mudanças”. Todos os materiais analisados encontram-se nos anexos desta dissertação, especialmente considerando-se que nem todos são de fácil acesso. O relatório final do 8º Senalesbi (2014) e as cartas dos Senales/Senalesbis de Porto Velho (2010), Porto Alegre (2014) e Teresina (2016), além da chamada “Carta da Juventude”<sup>19</sup>, foram analisados em seu conteúdo e na formulação do discurso, com foco em como bissexuais e a bissexualidade apareciam nos textos. Esses documentos foram retirados do grupo do Facebook “SENALE –

---

<sup>19</sup> Todas as cartas dos Senales/Senalesbis utilizadas nesta pesquisa estão disponíveis na íntegra no Anexo II desta dissertação.

SENALESBI (Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais)”. Como material produzido pelas organizadoras do Senale/Senalesbi também analiso, no capítulo dois, o texto intitulado “História” (s/d), disponibilizado no site oficial do Senalesbi. A partir do acervo pessoal de Regina, incorporei um relatório produzido para a Associação da Parada LGBT de São Paulo sobre o grupo Espaço B, que discuto no capítulo dois. No site do Bi-Sides<sup>20</sup>, encontrei a “Carta a uma amiga bissexual” (2010), de autoria de Tatiana Ranzani Maurano, Regina Facchini e Fabiana Karine de Jesus, que muito influenciou a atuação das bissexuais nos Senalesbis de Porto Alegre (2014) e Teresina (2016). Analiso a “Carta a uma amiga bissexual” e suas influências no capítulo 3.

Essa dissertação apresenta os resultados da primeira parte de um projeto mais longo, a ser continuado em meu doutorado, de pesquisa sobre bissexualidade, política e identidades sexuais. Muitos dos conceitos apresentados nas páginas a seguir são explorações iniciais a serem aprofundadas, inclusive pelas limitações da produção acadêmica existente sobre o assunto, que discuto no capítulo 1. A tarefa não foi fácil, como pesquisadora e em termos pessoais. Considero este trabalho relevante por trazer para o centro do debate questões em geral relegadas à margem das pesquisas e da política.

---

<sup>20</sup> Disponível na íntegra no Anexo I desta dissertação.

## 1 DAS FORMULAÇÕES E INTERDIÇÕES

Neste capítulo discutirei algumas das formulações teóricas que funcionaram como referências para a construção dessa dissertação. Foram escolhidas/os autoras/es que tivessem escrito sobre identidades sexuais, política, memória e bissexualidade em geral. Vale ressaltar que, sobre o tema específico desta dissertação – mobilização política da identidade “mulher bissexual” – inexistiu produção acadêmica anterior. Portanto, trabalhei com retalhos de outras obras, que discutissem mulheres que se relacionam com mulheres ou estudos diversos sobre bissexualidade.

Considerando essa escassez de produção acadêmica, desenvolvi meu trabalho muitas vezes nas áreas de penumbra das referências encontradas, buscando dentro delas o que poderia contribuir para a construção de meu objeto de pesquisa e meu olhar sobre ele. O capítulo a seguir não possui um fio condutor único, se apresentando ao leitor como um caleidoscópio temático, numa tentativa de capturar algo um tanto fugidio.

### 1.1 Criando unicórnios

Bissexuais são comumente comparados a seres míticos, em especial unicórnios, sob a alegação de que a bissexualidade não seria uma identidade sexual "real". Com isso, resta a pergunta: o que são identidades sexuais reais? Quais são os critérios a serem cumpridos para merecer a alcunha?

O artigo “A invisibilidade da experiência” (SCOTT, 2012), se propõe a debater as contradições da produção acadêmica sobre histórias até então consideradas indignas de inclusão nas historiografias oficiais, quando baseada em narrativas de experiência.

A história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem, entretanto, como a-históricas: desejo, homossexualidade, heterossexualidade, feminilidade, masculinidade, sexo, e mesmo práticas sexuais, tornam-se de tal modo entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas que não em si próprias historicizadas. Apresentar a história dessa forma exclui, ou ao menos descarta, o inter-relacionamento historicamente variável entre os sentidos “homossexual” e “heterossexual”, a força constitutiva recíproca e a natureza mutável e contestada do terreno que eles ocupam simultaneamente. (SCOTT, 2012: p. 303)

Do mesmo modo que a autora, afasto-me aqui da defesa da imutabilidade referente ao desejo, às práticas e às identidades sexuais. Ao contrário, aproximando-me da própria Scott

(2012), de Foucault (2015), Weeks (2000) e Butler (1993), compreendo as múltiplas facetas da sexualidade humana como socialmente construídas, performadas e atualizadas, sendo as identidades sexuais dispositivos de poder, políticos e politizáveis.

Como somos capazes de nos compreender depende de onde, quando e com quem estamos. Nossas múltiplas formas de identificação são histórica, geográfica, política e culturalmente situadas. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que todas as identidades que produzem efeitos na realidade social e mobilizam sujeitos ao redor delas são reais. Mas me interessa menos a aferição de verdade acerca das identidades políticas utilizadas no campo dos movimentos LGBT do que analisar os impactos produzidos por elas.

Ao se partir do suposto de que talvez bissexuais e a bissexualidade não sejam relevantes e, portanto, não haja necessidade de serem pesquisados, há a produção de um raciocínio tautológico. A escassez de dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil das pessoas que se identificam como bissexuais no Brasil torna-se um empecilho para averiguar quais questões seriam prementes aos bissexuais e qual o seu lugar dentro da dita *comunidade*<sup>21</sup> LGBT. Com isso, é comum que constantemente não haja lugar algum para bissexuais em movimentos e espaços da *comunidade* ou que esse lugar seja um adendo, um apêndice no final do arco-íris simbólico.

As identidades sexuais são dinâmicas e o ritmo da mudança das classificações que definem os sujeitos nas diferentes esferas da sociedade é mais acelerado do que o tempo necessário à reflexão de uma pesquisa. Não apenas as identidades sexuais são cambiantes, mas também as siglas referentes aos múltiplos ativismos são adaptadas periodicamente. Para este trabalho, fiz a opção de usar a sigla “LGBT”, ou seja, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais<sup>22</sup>, que é a reconhecida e utilizada nacionalmente no presente momento, sabendo que outras identidades correntemente reivindicam a participação na sigla e poderiam vir a aparecer no campo da pesquisa<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> A ideia de que haveria uma vivência comunitária universal ou um espaço único de socialização e acolhimento já foi estranhada na tese de Regina Facchini, onde é desconstruída a ideia de uma “comunidade homossexual” única, sem diferenças, se contrapondo a um “mundo heterossexual”, mobilizando a noção de “comunidades imaginadas” elaborada por Benedict Anderson (1991) (FACCHINI, 2008: p. 286). Neste trabalho a expressão é usada com uma ponta de ironia, reconhecendo que muito se fala na “comunidade LGBT”, mas duvidando que ela exista como algo mais do que uma abstração.

<sup>22</sup> É comum que, em contextos internacionais, ao se enunciar as identidades referentes à sigla LGBT, T signifique também “Transgêneros”.

<sup>23</sup> No entanto, as “novas” identidades sexuais e de gênero não foram mencionadas em meu campo nem nas entrevistas com minhas interlocutoras. Alguns exemplos de identidades “novas” seriam: assexual, identidade referente a pessoas que possuem pouco ou nenhum interesse em práticas eróticas e/ou sexuais; e intersexual, que deriva de uma categoria médica, atualmente pessoas que se reivindicam como intersexuais possuem alterações cromossômicas nos cariótipos sexuais e/ou “genitália ambígua”, que não estaria dentro dos padrões médicos de normal para vaginas e pênis. Para mais sobre intersexualidade, ver artigo de Paula Sandrine Machado (2005), “O

Creio que o dinamismo e a capacidade de gerar novas classificações e de perverter os sentidos técnico-científicos dados a classificações já correntes por parte das pessoas que se entendem como bissexuais (e suas variações) é um exemplo bastante nítido da capacidade que Hacking descreveu em seu trabalho de que “*people of the kind may rise up against the experts. The known may overpower the knowers.*”<sup>24</sup> (HACKING, 2002: p. 359-360). Uma vez que os sujeitos se reinventam constantemente, em um campo de força e possibilidades, me interessa menos saber se a bissexualidade é uma “categoria de transição” ou uma trajetória identitária do que me perguntar que tipos de impactos surgem na sociedade e nas disputas políticas a partir do momento em que pessoas passam a se identificar enquanto bissexuais. Investigo tais questões dentro do Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, reconhecendo o protagonismo das mulheres quando se fala na identidade “bissexual” e a dinâmica complexa entre lésbicas e mulheres bissexuais nos espaços políticos e culturais da *comunidade* LGBT.

Este trabalho se insere no campo multidisciplinar de estudos sobre Gênero e Sexualidade. O campo de estudos da sexualidade, como Simões e Carrara (2014) descrevem, tem a esmagadora maioria de sua produção centrada nas vivências de homens gays, homossexuais ou HSH (Homens que fazem Sexo com Homens), uma produção escassa sobre lésbicas, um volume crescente sobre travestis e transexuais e praticamente nada sobre bissexuais<sup>25</sup>. A partir de Weeks (2000) e a abordagem de “construcionismo social” sobre a sexualidade, a sexualidade é compreendida neste trabalho como uma produção social, constantemente atualizada através das vivências e dos discursos de diversos atores. Portanto, a necessidade de produção de memória sobre mulheres bissexuais não se dá porque as diferenças e desigualdades existem como fatos imutáveis, mas porque elas se constroem e se atualizam socialmente.

## 1.2 Sujeitos em construção

---

sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural” e a dissertação de mestrado de Anacely Guimarães Costa (2014), “Fé cega, faca amolada: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro”.

<sup>24</sup> “Pessoas do tipo podem se erguer contra os especialistas. Os estudados podem superar os estudiosos.” (HACKING, 2002: 359-360) [livre tradução].

<sup>25</sup> Realizei para essa pesquisa uma busca bibliográfica no ano de 2016, que repetiu as conclusões de Simões e Carrara sobre a produção acerca de bissexuais e da bissexualidade.

John D’Emilio escreveu “*Capitalism and Gay Identity*” em 1983, onde discutiu os processos políticos e históricos pelos quais a identidade *gay* passou ao longo do século XX. O autor se alinha com a tradição de pesquisadores como Jeffrey Weeks, que consideram as identidades sexuais produtos sociais, não características inatas dos seres humanos, como discute no trecho abaixo, retirado de seu supracitado artigo:

*There is another historical myth that enjoys nearly universal acceptance in the gay movement, the myth of the “eternal homosexual”. The argument runs something like this: gay men and lesbians always were and always will be. We are everywhere; not just now, but through history, in all societies and all periods. (...) Here I wish to challenge this myth. I want to argue that gay men and lesbians have not always existed. Instead, they are a product of history, and have come into existence in a specific historical era. (DEMILIO, 1983: 101)<sup>26</sup>.*

Posto que a homossexualidade é produto de um contexto histórico específico, D’Emilio salienta que esse contexto histórico existe no sistema capitalista de produção, que influencia diretamente as diferentes compreensões das sexualidades ao longo do século XX. Nas transformações das relações de trabalho, nas mudanças dos conceitos de indivíduo e família, nas disputas dos movimentos sociais com Estados nacionais e poderes econômicos (como o das indústrias farmacêuticas durante a epidemia de aids nos anos 1980 e 90); as pessoas tipificadas a partir da consigna da homossexualidade variaram e também alteraram ativamente as suas definições. D’Emilio está de propósito discutindo especificamente gays e lésbicas, pois se refere a grupos sociais pertencentes às classes médias, capazes de se organizarem coletivamente para intervir em políticas estatais.

A tese de Guilherme Almeida (2005), que discute as transformações do “corpo lésbico” diante da epidemia da aids (que originalmente foi concebido como invulnerável e depois passa a ser vulnerabilizado, de acordo com o autor), tem papel crucial na elaboração desta dissertação. Seja por seu retrato meticuloso dos movimentos de mulheres lésbicas no Brasil no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 (dentre eles o Senale), seja pelas discussões acerca de identidades sexuais que permeiam a tese. Também ele defende que as identidades sexuais são historicamente situadas, como no trecho abaixo:

O/a homossexual, o/a bissexual e o/a heterossexual não são, portanto, figuras atemporais, mas construções culturais forjadas inicialmente pelo discurso da Medicina e do Direito europeus, como categorias instrumentais na luta política pela descriminalização da sodomia (FRY & MACRAE, 1985) e contemporaneamente apropriadas por alguns integrantes dos movimentos políticos organizados a partir da identidade sexual. (ALMEIDA, 2005: p. 133).

---

<sup>26</sup> “Há um outro mito histórico que goza de aceitação quase universal no movimento gay, o mito do ‘homossexual eterno’. O argumento vai mais ou menos assim: homens gays e lésbicas sempre existiram e sempre existirão. Nós estamos em todos os lugares; não apenas agora, mas através da história, em todas as sociedades e todos os períodos. (...) Aqui eu gostaria de desafiar esse mito. Eu quero argumentar que homens gays e lésbicas *não* existem desde sempre. Ao contrário, eles são um produto da história e vieram a existir em um período histórico muito específico.” (DEMILIO, 1983: p. 101) [livre tradução].

Em “A epistemologia do armário”, Sedgwick (1993) discutiu as dinâmicas de alianças existentes nos movimentos sociais e sua mutabilidade de acordo com os direitos que se buscava alcançar ou as pautas que se procurava debater. Nesse cenário, mulheres heterossexuais e mulheres lésbicas se uniriam para falar de machismo e desigualdades de gênero, mulheres lésbicas e homens gays se uniriam para falar de homofobia e marginalização, homens gays buscariam se aproximar de mulheres heterossexuais para debater os estigmas relacionados a performances de gênero feminilizadas, entre diversas outras combinações.

Outras divisões podem ser estabelecidas ao analisarmos as diversas epistemologias do armário. A noção de “monossexualidade” é uma categoria analítica que engloba todas as pessoas que se atraem por pessoas de apenas um gênero, as identidades sexuais contemporâneas que se encaixam nessa definição seriam heterossexuais e homossexuais (YOSHINO, 2000). Aos monossexuais se oporiam os bissexuais, de acordo com Yoshino (2000), ou, na linguagem corrente do ativismo bissexual brasileiro, os “monodissidentes”. O termo “monodissidência” surgiu, de acordo com interlocutores, na comunidade fechada da rede social *Facebook* chamada “Bi-Sides”, com a proposta de que sua utilização sirva de conceito guarda-chuva para abrigar todas as terminologias e identidades sexuais que se referem a pessoas que se sentem atraídas por mais de um gênero. Além disso, a utilização do conceito de “dissidência” ao invés de diferença (como em “não-monossexual”, que alguns grupos usam), evidencia a ideia de bissexualidade como uma resistência politizada às estruturas vigentes da sexualidade. No trecho compilado a seguir, Yoshino provoca seus leitores com a afirmação de que as identidades sexuais não seriam tipos naturais a serem descobertos pela sociedade.

*I emphasize, however, that I do not present the category of bisexuals (or heterosexuals, homosexuals, or asexuals) as a natural kind awaiting detection. While individuals harboring both cross-sex and same-sex desire clearly exist, it does not necessarily follow that such individuals should be classified together as a group. Strictly speaking, then, the real question is not why bisexuals are erased: one cannot erase something that does not have material existence outside of one's writing it, and which one has never written. (YOSHINO, 2000: 2) [grifo meu]<sup>27</sup>.*

O sociólogo Kenji Yoshino escreveu um longo artigo para a *Stanford Law Review* intitulado “*The epistemic contract of bisexual erasure*” (2000), no qual discute o apagamento discursivo acerca da bissexualidade nas esferas política e jurídica. Ao abordar o conceito de bissexualidade para discutir seu apagamento, Yoshino (2000) está se referindo a desejo, não

---

<sup>27</sup> “Eu enfatizo, no entanto, que eu não apresento a categoria de bissexuais (ou heterossexuais, homossexuais ou assexuais) como um tipo natural aguardando detecção. Enquanto indivíduos nutrindo desejos tanto por outro sexo como pelo mesmo sexo claramente existem, isso não necessariamente significa que tais indivíduos deveriam ser classificados juntos como um grupo. Estritamente falando, então, a verdadeira questão é não porque bissexuais são apagados: alguém não pode apagar algo que não tem existência material fora da elaboração de alguém, sendo que ninguém nunca elaborou a respeito.” (YOSHINO, 2000: p. 2) [livre tradução].

conduta sexual ou auto identificação. Yoshino (2000) postula três esferas de apagamento da bissexualidade. A primeira esfera está inserida em um contexto geral de tabu referente à sexualidade, que afeta todas as orientações sexuais – inclusive a heterossexual. A segunda é aquela que outros autores já chamaram de heteronormatividade (BUTLER, 1993), heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), onde apenas se concebe que o desejo possa ser heterossexual, as práticas homossexuais habitando o que a Bíblia chama de “o pecado que não deve ser nomeado”. A última afeta exclusivamente a bissexualidade e é uma prática de apagamento discursivo compartilhada por heterossexuais e homossexuais, que Yoshino unifica na categoria analítica de “monossexuais”. Essa terceira forma de apagamento é o cerne de seu trabalho, no qual desenvolve o postulado de que tanto heterossexuais quanto homossexuais teriam interesse em reforçar a ideia de que a sexualidade humana é imutável e tanto o desejo homoerótico quanto heteroerótico seriam pertencentes a territórios totalmente separados. Nesse sentido, na perspectiva de Kenji Yoshino, a existência de pessoas que possuem desejo por pessoas de diferentes gêneros ao longo de suas vidas e que assumem o desejo bissexual desestabilizaria a divisão social da sexualidade.

O apagamento epistêmico da bissexualidade se daria de diferentes formas. Na esfera da política e da produção acadêmica, seria em não considerá-la como um tópico digno de discussão em si e, quando admitida, sua existência seria correlata ou um apêndice às trajetórias e experiências homossexuais. Outras formas de apagamento são a invalidação da bissexualidade através da associação entre bissexualidade e não-monogamia, promiscuidade sexual e a propagação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

O que faria com que determinado grupo de pessoas passasse a se identificar como bissexuais é uma pergunta relevante, que Carrara e Ramos fizeram ao analisar os dados quantitativos sobre as pessoas que se identificaram como bissexuais em pesquisa realizada na Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, em 2004.

Homens e mulheres que se declararam “bissexuais” continuam a se concentrar entre os mais jovens. Entre os indivíduos com até 21 anos, 24.8% designaram-se “bissexuais”, enquanto apenas 12.6% dos que tinham 40 anos e mais fizeram o mesmo. Não podemos assegurar se essa concentração de “bissexuais” entre os mais jovens é efeito de processos relacionados ao ciclo de vida, já que nessa faixa etária as identidades poderiam não estar ainda claramente estabelecidas, ou se estamos vendo firmarem-se nestas gerações novas formas de identidades sexuais. (CARRARA e RAMOS, 2005).

Uma vez que as identidades sexuais seriam “tipos humanos” na definição de Hacking (1995) e na compreensão de Yoshino (2000), as pessoas que se identificam e são identificadas como bissexuais se alteram e são alteradas no processo da construção da sua identidade sexual, assim como D’Emilio (1983) descreveu os processos de consolidação da identidade sexual



gay/lésbica. A identidade bissexual tem se provado nos últimos anos uma categoria extremamente dinâmica, que é correntemente utilizada pelo ativismo como um “conceito guarda-chuva”<sup>28</sup>, que abriga diversas outras identidades “não-monossexuais” ou “monodissidentes”.

São inúmeras as identidades que se enquadram no chamado “guarda-chuva bissexual”, a maior parte delas não é encontrada no cotidiano brasileiro, embora algumas venham ganhando projeção em determinados contextos como espaços universitários e o ativismo LGBT. Entre elas temos a mais antiga, no entanto restrita em termos cotidianos a contextos anglófonos, “*queer*”.

*Queer* é uma palavra inglesa antiga que pode ser traduzida literalmente como “estranho”, mas com um sentido extremamente pejorativo que a aproxima de “aberração” ou “aberrante”. É usada para se referir a pessoas cuja performance sexual e/ou de gênero desvia de modo chocante das normas sociais vigentes. Peter Drucker (2010), em “*The new sexual radicalism*”, se concentra em acompanhar as transformações das pessoas identificadas como “*queer*” nos Estados Unidos e na Europa. A diferença de raça e classe entre os sujeitos analisados por D’Emilio e os analisados por Drucker é fundamental para a compreensão dos processos referidos e os métodos organizativos escolhidos por estes e aqueles.

Enquanto os gays e as lésbicas em D’Emilio (1983) focam suas formas de organização política principalmente em disputa institucional, os *queer* preferem as ações diretas contra o Estado, com ligações fortes com o anarquismo, de acordo com Drucker (2010). Conforme narra em seu texto, “*queer*” foi reapropriada por jovens de comunidades pobres, negras e latinas dos Estados Unidos a partir dos anos 1980 e se tornou uma identidade política sexual e/ou de gênero, com a proposta de romper concepções binárias acerca do gênero e da sexualidade. Correntemente, *queer* pode ser inserida dentro do “guarda-chuva bissexual” quando se refere à sexualidade de indivíduos e dentro do “guarda-chuva trans”<sup>29</sup> quando se refere à identidade de gênero.

Outras identidades incluídas no “guarda-chuva bissexual” são “pansexual”, que vem se tornando cada vez mais popular no Brasil; e categorias bastante incomuns como “polissexual” e “omnissexual”, entre outras. As definições delas se alteram bastante a depender do contexto

<sup>28</sup> Neste link é possível conferir uma arte digital amplamente divulgada na internet para discutir a noção de “guarda-chuva bissexual”: <[http://img05.deviantart.net/140b/i/2011/324/6/a/the\\_bisexual\\_umbrella\\_by\\_drynwhy1-d4gq9ji.jpg](http://img05.deviantart.net/140b/i/2011/324/6/a/the_bisexual_umbrella_by_drynwhy1-d4gq9ji.jpg)>. Acessado em março de 2017.

<sup>29</sup> Utilizado com proposta similar ao “guarda-chuva bissexual”, “trans” passa a ser um termo capaz de unificar diversas identidades de gênero não-cisgêneras, sejam elas regionais ou específicas. Exemplos: *queer*, travesti, transgênero, *demi-girl*, *demi-boy*, bi-gênero etc.

e das pessoas que as estão invocando, mas a única requisição para ser uma identidade “monodissidente” seria “a atração por mais de um gênero”. O ativismo bissexual está profundamente conectado com diversas pautas transgêneras e, dentro do conceito do “guarda-chuva bissexual”, parte-se do suposto que há mais de dois gêneros sendo performados contemporaneamente. Nesta pesquisa, a bissexualidade como identidade sexual é abordada teoricamente na perspectiva “guarda-chuva”. Embora eu tivesse a intenção de incluir outras possíveis nomenclaturas que aparecessem nos documentos analisados e nos discursos das entrevistadas, essa diferença foi encontrada de forma extremamente pontual, com duas mulheres que compareceram ao 8º Senale se identificando com variações de “gosto de pessoas” no questionário de credenciamento e menções a outras identidades em uma roda de conversa sobre “visibilidade bissexual” de que participei em setembro de 2017, no Rio de Janeiro.

A tese de Fernando Seffner, “Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual” (2003), investiga as construções da bissexualidade masculina e seus entrelaçamentos com a masculinidade heterossexual. O autor discute a bissexualidade como prática sexual e cultural, não se baseando na auto-identificação dos homens que acompanhou em trabalho de campo realizado nos anos de 1995-2000. Seffner realiza um importante trabalho de resgate de diferentes construções da ideia de bissexualidade masculina e masculinidade bissexual, desde a astrologia, a mitologia e a pornografia, passando pelas origens da psicanálise e concluindo com produções brasileiras do campo de estudos de sexualidade, citando autores como Perlongher (1987) e Fry (1982).

É importante destacar a diferença que o hiv/aids ocupa nas vidas desses homens em relação às mulheres bissexuais. Para as mulheres bissexuais e lésbicas, a aids é uma sombra difusa e de certa forma distante, que aparece de modo pontual entre elas, e que é evocada como parte dos “perigos” do contato sexual direto ou indireto com homens. Para os homens bissexuais e gays, a aids é uma associação naturalizada, vista como quase que imanente às suas práticas sexuais, sendo uma realidade que vitima diversos membros de suas comunidades. Um ponto em comum entre homens e mulheres bissexuais que aparece na tese de Seffner e em meu trabalho de campo está a associação de tais identidades com o papel de “vetores” do vírus e com a ideia de promiscuidade sexual.

Como parte das exigências da bolsa de pesquisa que a Fundação MacArthur havia concedido a Seffner era que os pesquisadores criassem alguma forma de intervenção social junto a homens bissexuais, o autor organizou a Rede Bis-Brasil, que funcionava como campo de pesquisa (uma vez que os integrantes dela forneciam dados sobre suas trajetórias e vivências ao autor) e espaço de produção de reflexões sobre bissexualidade e masculinidade. Tal Rede

surge exatamente um ano antes da criação do Senale e dez anos antes da criação do Espaço B, grupo criado pela Associação da Parada do Orgulho LGBT (à época, GLBT) de SP para discussão da bissexualidade. Enquanto o Senale e o Espaço B surgem como espaços presenciais organizados por ativistas e militantes de movimentos LGBT, a Rede Bis-Brasil é impulsionada por um pesquisador e sua existência se calçou principalmente através de correspondência física e/ou virtual. Seffner narra em sua tese a frustração com a ausência de participação presencial dos homens que se identificavam como bissexuais nos espaços que a Rede Bis-Brasil tentava organizar.

### 1.3 Construções sobre a *bi*

Como relatado por Weeks (2000), Fry e MacRae (1985), Almeida (2005), Almeida e Heilborn (2009), Simões e Facchini (2009), Facchini (2005; 2008) e outros autores, a construção do sujeito político identitário “lésbica”, se dá em um processo dinâmico, marcado por tensões e alianças com outros sujeitos políticos, como gays/homossexuais masculinos e feministas. Aparece entre as narrativas o sentimento de que, de um lado, as questões marcadas pelo gênero e diretamente associadas a ser mulher seriam relegadas a segundo plano nos movimentos ligados à (homo)sexualidade e, de outro, o feminismo hegemônico afastava e até mesmo repelia as lésbicas e qualquer tema relacionado à lesbianidade. Desse modo, as lésbicas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, criaram para si espaços separados de outros movimentos.

As mulheres bissexuais surgem como uma identidade política em uma relação igualmente imbricada e tensa com as lésbicas. Apesar de encontrarem em suas organizações espaços onde é possível elaborar sobre diversos temas que tangenciam seus cotidianos, identificar-se como bissexual é constantemente fonte de tensões. Em entrevista, Virgínia destacou a contradição entre o apagamento bissexual realizado pelas lésbicas, que, elas mesmas, sofrem apagamento em outras esferas sociais:

Apesar de dizer que a gente sofre apagamento do movimento feminista e tudo, a gente sem querer faz o apagamento das mulheres bi dentro do movimento também. E eu sempre questiono isso pra todas as meninas que se dizem lésbica feminista e reclama de apagamento: até onde a gente também não tá fazendo apagamento com as *bi*?  
(Virgínia)

A obra de Facchini (2005, 2008, 2009) é utilizada como referência teórica central na elaboração deste trabalho ao discutir percepções acerca da bissexualidade feminina. Sua tese

“Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo” (FACCHINI, 2008) é, nas palavras da autora,

(...) um estudo sobre mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres, realizado a partir da cidade de São Paulo. O foco analítico recai sobre as relações que se estabelecem entre práticas eróticas, identidades, corporalidades e convenções sociais acerca de gênero e sexualidade, enfatizando a intersecção entre diversos eixos de diferenciação social. (FACCHINI, 2008: p. 15).

Investigando diferentes contextos culturais em que “mulheres que se relacionam com mulheres” se encontram e as identidades que mobilizam, Facchini mostra perfis e concepções de sexualidade bem diversas entre suas entrevistadas. Sua tese é também importante por desconstruir a ideia de uma “comunidade homossexual” única, sem diferenças, se contrapondo a um “mundo heterossexual”, mobilizando a noção de “comunidades imaginadas” elaborada por Benedict Anderson (1991) (FACCHINI, 2008: p. 286). Uma noção presente no trabalho e incorporada neste estudo, é a associação entre os conceitos de risco e perigo, produzidos por Douglas em “Pureza e Perigo” (1976), com as construções discursivas sobre bissexualidade encontradas por ela em campo.

Alguns desses limites, como a *masculinização* e a *bissexualidade* remetem à ambiguidade, sendo investidos de poderes e associados a noções de risco e perigo (DOUGLAS, 1976). (...)

[a bissexualidade] Como acusação, se aplica principalmente a quem, estando numa relação com alguém do mesmo sexo, não nega o desejo pelo outro sexo ou mesmo a possibilidade de transpor esse desejo para o plano da prática. É justificada a partir de raciocínios em que o *homem* é visto como *promíscuo* e *sujo*, de modo que a mulher que mantém relações sexuais com homens – como se contaminada pela desqualificação moral que a eles se aplica – é apontada como fonte de riscos emocionais e de saúde e situada a partir de categorias como *curiosa*, *não confiável* e *aventureira* por oposição a expressões como *lésbica mesmo* ou *sapa-sapa*. A categoria *bi* remete também a poderes que poderiam ser descritos em termos de capacidades e imunidades: capacidade de sedução, de flexibilidade e de obter gratificação sexual ilimitados, e imunidade em relação às possibilidades de apaixonar-se e de passar por experiências de discriminação e violência. Desse modo, o termo *bi* acaba por aproximar mais da categoria popular *gilete* do que da categoria *bissexual* do pensamento médico-científico. (FACCHINI, 2008: 229-230) [grifos da autora].

A imagem majoritariamente produzida pela mídia da mulher bissexual ou com desejos bissexuais reforça a categoria de sexualmente “curiosa”, sendo representada na ficção em filmes e seriados por personagens dentro do padrão estético vigente (brancas, jovens, magras, sem nenhuma deficiência física ou mental...), como um recurso cômico ou de fetichização dessas personagens. A hipersexualização dos desejos e/ou práticas homoeróticas de mulheres que também se relacionam com homens perpassa os mais diversos meios e construções de narrativas.

Encontramos tal visão com grande frequência em narrativas pornográficas que envolvem mulheres ou meninas em idade escolar que decidem experimentar sexualmente e eventualmente há o surgimento de um homem para “complementar” o ato sexual e transar com

as duas. Em geral, as personagens que manifestam “curiosidade” como recurso cômico em seriados ou filmes são mulheres que estão em relações heterossexuais ou que terminarão a narrativa com um homem, sem nunca se envolver com nenhuma mulher para além de um beijo ou uma única relação sexual, e seu desejo se manifesta no campo da fantasia, como uma frustração de uma vida não realizada ou uma aventura sexual da juventude<sup>30</sup>.

Essa fetichização masculina do desejo feminino homoerótico apareceu constantemente narrada em meu campo por mulheres de diferentes idades e identidades sexuais. Em uma das entrevistas, foi lembrado que no clube Gaivota, que existia nos anos 1980 no Rio de Janeiro e era muito frequentado por mulheres lésbicas e bissexuais, algumas frequentadoras eram estimuladas por seus maridos a ir ao clube para conhecer mulheres para fazer sexo com o casal. Em contrapartida, quando esse desejo foge ao controle masculino, essas mulheres vivem diversas situações de violência e perseguição. Outra entrevistada, uma mulher bissexual, foi exposta por um homem com quem ela terminou um relacionamento na congregação religiosa que ambos frequentavam: por vingança, ele contou às líderes do grupo de orações que minha entrevistada estava em um relacionamento secreto com a sobrinha de uma delas.

Facchini (2008) destaca a equivalência discursiva entre a bissexualidade e outras categorias pejorativas, no discurso de suas entrevistadas.

É importante ainda outro traço mais presente entre as mulheres de estratos médios: o uso de classificações que desafiam o princípio de coerência entre práticas e identidades, que é especialmente valorizado pela maior parte das entrevistas e expresso por meio da rejeição a categorias aparentemente usadas de maneira intercambiável: *bissexuais*, *indecisas*, *aventureiras* e mulheres que *querem experimentar*. (FACCHINI, 2008: 226). [grifos da autora]

Essa ideia de promiscuidade aparece, por exemplo, na fala de uma entrevistada explorada em artigo de Facchini e Barbosa, através da associação entre bissexualidade e bigamia:

“P: O que é que você chama de mulher bissexual?”. “R: A bi é aquela que quer os dois relacionamentos ao mesmo tempo. Quer estar comigo e manter uma relação com um homem”. “P: Se ela teve um relacionamento com homem até três meses atrás, isso...” “R: Se ela foi casada, separou, não quer mais se relacionar com homem, nem com aquele homem, nem com nenhum outro, quer se relacionar com mulher, ela é entendida” (BARBOSA; FACCHINI, 2009).

Em meu campo, “falocentrada” e “peniscentrada” surgiram como categorias pejorativas comumente associadas às mulheres bissexuais. Esses termos são utilizados como classificação do nível de “verdade” da bissexualidade de determinadas mulheres. As “falocentradas” seriam

<sup>30</sup> Essa construção sobre a (bi)sexualidade feminina se manifesta em obras contemporâneas com personagens principais de seriados - como Lilly Aldrin de “*How I Met Your Mother*” e Rachel Green de “*Friends*” - e filmes - como Ramona Flowers de “*Scott Pilgrim Contra o Mundo*”. É digna de nota também a música “*I kissed a girl*”, de Katy Perry, que reúne a fetichização sexualizada das relações entre mulheres em função de um homem (mencionando constantemente que não é traição e que espera que o namorado não vá se importar) e a comicidade de mulheres cultivarem desejo sexual por outras mulheres.

mulheres que, apesar de terem conhecido relacionamentos afetivos e sexuais com outras mulheres, “priorizam” estar com homens. Seriam mulheres também propensas a abandonar a esfera de mobilização política LGBT e a “voltar para o armário” em suas vidas pessoais, adquirindo então a “passabilidade hétero”. Em determinado momento de meu campo, uma mulher lésbica definiu que uma bissexual séria, quando confrontada sobre “gostar mais de homem”, responderia assim: “[emulando uma fala de mulher bissexual] ‘eu sei qual é a minha afetividade, o amor que eu sinto por uma mulher é diferente quando eu quero ter prazer com um homem’. Que não atinge a sexualidade, que não atinge afetividade, que não atinge criar [laços], é puro prazer”.

A “falocentrada” também seria “perigosa” para as lésbicas por não conseguir sentir-se sexual e afetivamente satisfeita em relacionamentos com mulheres, necessitando sempre buscar homens. Em seu trabalho, Yoshino (2000) se refere à associação entre bissexualidade e não-monogamia ao discorrer sobre os interesses que monossexuais possuiriam em manter o apagamento bissexual:

*The final interest that monosexuals have in bisexual erasure is an interest in defending norms of monogamy. Both straights and gays share this interest, as the dominant ethic of contemporary American society favors dyadic relationships. Straights may have a particular interest in this insofar as the form of nonmonogamy associated with bisexuals has been connected to HIV infection, with bisexual "promiscuity" acting as a bridge (phantasmatically if not actually) between the "infected" gay population and the "uninfected" straight population. Gays may have a particular interest in monogamy insofar as they seek to assimilate into "mainstream" society. Bisexuality threatens all of these interests because bisexuals are often perceived to be "intrinsically" nonmonogamous. (YOSHINO, 2000: 10)<sup>31</sup>.*

Apesar de Yoshino (2000) considerar que apenas heterossexuais temam a “ponte bissexual” de transmissão do HIV, encontro um cenário diferente nas pesquisas brasileiras e em meu trabalho de campo. A promiscuidade aparece na fala de outra entrevistada no artigo de Barbosa e Facchini, no entanto associada aos homens com os quais as mulheres bissexuais se relacionariam:

“Eu não critico bissexual, desde o momento em que ele não esteja comigo! Desde que eu não tenha uma parceira que transa com os caras. Porque eu acho super perigoso! Eu acho um lance muito perigoso. Eu procuro assim uma pessoa na mesma idade, ou mais velha que eu e pelo menos não tenha tanto atrativo com os meninos. Por causa dessa coisa da sexualidade e da DST também. É mais fácil. É mais fácil você se contaminar com os caras do que com as mulheres, eu acho, porque eles são mais

<sup>31</sup> “O último interesse que monossexuais têm no apagamento bissexual é um interesse em defender as normas da monogamia. Tanto héteros quanto gays compartilham esse interesse, já que a ética dominante da sociedade Americana contemporânea favorece relações diádicas. Héteros podem ter um interesse particular nisso já que a forma de não-monogamia associada com bissexuais vem sendo conectada com infecção pelo HIV, com a “promiscuidade” bissexual agindo como a ponte (fantasmagoricamente, senão de fato) entre a população gay “infectada” e a população “hétero” não infectada. Gays podem ter o interesse particular na monogamia já que eles buscam ser assimilados à sociedade “mainstream”. Bissexualidade ameaça todos esses interesses porque bissexuais são comumente percebidos como ‘intrinsecamente’ não-monogâmicos.” (YOSHINO, 2000: p. 10) [livre tradução]

promíscuos” (36 anos, auxiliar de enfermagem, nunca fez sexo com homens). (BARBOSA; FACCHINI, 2009).

A promiscuidade masculina seria, nessa lógica, o que levaria as mulheres bissexuais a contraírem ISTs e a transmitirem-nas às lésbicas. Mora e Monteiro analisam a associação entre bissexualidade e transmissão de ISTs em seu artigo “Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids” (2013):

Uma interpretação similar é encontrada no estudo de Facchini, no qual a ambiguidade evocada pelo estereótipo da bissexualidade é significada como “perigo”, devido ao suposto franqueamento das fronteiras entre os universos homossexual e heterossexual. A noção de perigo, nesse caso, envolve riscos à saúde sexual, por considerar que mulheres autodefinidas como bissexuais estão mais expostas à infecção por HIV, na medida em que o rótulo pressupõe prévio contato sexual com homens. (MORA; MONTEIRO, 2013).

Na definição de Facchini citada pelas autoras, a bissexualidade representaria um perigo para as outras mulheres. Nessa metáfora inspirada por Mary Douglas, a exclusão específica de mulheres bissexuais por parte de mulheres lésbicas seria uma forma de prevenir a contaminação com o masculino, pólo associado à poluição e à promiscuidade<sup>32</sup>.

Destaco também um trecho compilado por Guilherme Almeida em seu artigo “Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas”:

Em 1994, uma publicação do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) afirmou que com relação à Aids e ao HIV existia “uma lacuna, completa ausência de serviços de educação e prevenção adequada às lésbicas, no combate não só da Aids, mas das DSTs”. A publicação afirmou a importância da temática argumentando que o vírus e a Aids estavam se espalhando de forma incontrolável na população brasileira, “sem distinção de orientação sexual, idade, cor, classe social” e que entre as mulheres a incidência vinha aumentando mais rapidamente que entre os homens, sendo portanto, **“errôneo acreditar que lésbicas são grupo de risco zero. Somos mulheres que fazemos sexo com outras mulheres que são bissexuais, usuárias de drogas endovenosas, mulheres que recebem transfusões de sangue”** (CFL, 1994, p. 20. Apud ALMEIDA, 2009). [Grifo meu]

No trecho destacado acima, vemos a perpetuação da romantização da identidade “lésbica” como um ser dotado de pureza, onde o sexo com mulheres “contaminadas” seria o que as infectaria com o HIV. Na frase do CFL, apesar de as autoras enfatizarem que as lésbicas não são um grupo de risco zero, elas se opõem às mulheres que usam drogas endovenosas, receptoras de transfusão de sangue e bissexuais. Nesse imaginário, os homens seriam tão poluidores quanto o sangue contaminado das transfusões e das agulhas e as mulheres bissexuais o receptáculo da sua impureza, levando-a às lésbicas através do sexo. Apesar de ser uma

---

<sup>32</sup> Partindo da noção popular de que os homens gays seriam o “marco zero” da AIDS, podemos traçar um *continuum* do imaginário sobre a contaminação através de práticas sexuais onde as lésbicas seriam o pólo oposto, teoricamente sendo infectadas apenas quando se relacionam com mulheres bissexuais. Nesse postulado, a linha de transmissão ficaria mais ou menos assim: homens gays → homens bissexuais → mulheres bissexuais → mulheres lésbicas.

publicação de 1994, esse raciocínio ainda é atual, aparecendo entre minhas interlocutoras bissexuais relatos de já terem sido chamadas de “vetor de DST” e variantes.

A noção de apagamento de Yoshino (2000) entra em diálogo com a construção da mulher bissexual como “o outro”, um conceito elaborado por Facchini (2008), a partir de Douglas (1976). No contexto desta pesquisa, o apagamento se manifesta na desumanização de mulheres bissexuais ao transformá-las discursivamente em vetores de contágio de ISTs ou objetos sexuais, sem história ou sequer existência próprias.

“A bissexual” construída nas representações discursivas dos materiais analisados não se refere a mulheres concretas que se identificam como bissexuais ou que tenham práticas bissexuais e se identificam de outras formas, mas a um conjunto de noções que funcionam como categoria acusatória para demarcar comportamentos inaceitáveis e unificar a “comunidade imaginada” de mulheres lésbicas.

A dissertação de Claudia Mora (2009), “*Vulnerabilidad al VIH/Sida: sociabilidad y trayectorias de mujeres jóvenes con prácticas homoeróticas en Rio de Janeiro*”, destaca-se por abordar mulheres auto-identificadas como bissexuais, junto com mulheres lésbicas, em seu universo pesquisado. Parte do projeto internacional *Relations among “race”, sexuality and gender in different local and national contexts*<sup>33</sup>, seu campo são os dados etnográficos e de entrevistas semiestruturadas com essas mulheres, que eram jovens e frequentadoras de espaços de sociabilidade noturna na cidade do Rio de Janeiro, analisando suas trajetórias afetivo-sexuais. Mora, ao discutir concepções acerca da vulnerabilidade de “mulheres com práticas homoeróticas” ao HIV e práticas sexuais de prevenção ao contágio, discorre sobre a bissexualidade em muitos aspectos de forma similar a Yoshino (2000):

*La bisexualidad, término originario del discurso médico y reinterpretado socialmente como una falta de límites en el terreno sexual y moral, ha sido comúnmente asociada a la preferencia por múltiples parejas de ambos sexos (Fry y McRae, 1983). La ambigüedad evocada por el estereotipo de la bisexualidad es significada como ‘peligro’, debido al supuesto franqueamiento de las fronteras entre el universo homosexual y heterosexual. La noción de peligro en este caso se traduce en riesgos a la salud sexual, por considerar que mujeres inscritas en tal identidad están más expuestas al VIH al explicitar su contacto sexual con hombres, así como por amenazar la estabilidad afectiva y conyugal por la vía de la infidelidad. Adicionalmente, puede decirse que la bisexualidad tiene algunas limitaciones con respecto a su aceptabilidad en diferentes redes sociales (Facchini, 2008a). (MORA, 2009: 45) [grifos da autora]*<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Sob coordenação geral da antropóloga Laura Moutinho, o estudo foi realizado em nove centros de pesquisa: USP (São Paulo), CLAM/IMS/UERJ (Rio de Janeiro), CEBRAP (São Paulo), IOC/FIOCRUZ (Rio de Janeiro), SFSU/CRGS (San Francisco), *Center for the Study of Race, Politics and Culture* (Chicago), AGI/UCT (Cape Town), WITS e OUT (Johannesburgo), financiado pela Fundação Ford e o CNPq.

<sup>34</sup> “A *bissexualidade*, termo originário do discurso médico e reinterpretado socialmente como uma falta de limites no terreno sexual e moral, tem sido comumente associada à preferência por múltiplos parceiros de ambos sexos (Fry e McRae, 1983). A ambigüidade evocada pelo estereótipo da *bissexualidade* é significada como ‘perigo’, devido ao suposto enfraquecimento das fronteiras entre o universo homossexual e heterossexual. A



Vivemos em uma sociedade que pretende a estabilização das identidades e, centralmente, do gênero e da sexualidade dos indivíduos. O desejo bissexual é inconcebível a uma compreensão de humanidade estática, visto que a sua característica definidora é a constante transformação do objeto de desejo dos sujeitos que se identificam como bissexuais. Em um mundo onde a heterossexualidade e a homossexualidade representam polaridades opostas, vivências que navegam entre esses pólos e não se fixam em nenhum deles são vistas como agentes de contaminação. Para as mulheres, das quais se espera que cumpram a função de esposas e alicerces morais da família, a bissexualidade significa lidar com desejos e vivências homoeróticas não submetidas ou necessariamente relacionadas ao fetiche masculino, representando uma constante inquietação à heteronorma. Para os “espaços sapatão”, dominados pela lesbianidade, há a construção romântica de que as relações entre mulheres seriam mais livres, puras, diante da ausência da força opressora dos homens. A bissexualidade assumida como identidade, não apenas como prática ocasional que se configura em desvio, significa a presença constante dos homens como objetos de desejo e afeição mesmo por aquelas que já conheceram e não negam sua homoeroticidade. A mulher bissexual habita o espaço do Outro, não importa onde esteja.

#### 1.4 De noite é...

Sentada no banco de praça onde realizávamos a nossa entrevista, de cabelo pintado com uma cor vibrante da moda, batom vermelho na boca e roupas despojadas com elementos que traziam as cores do arco-íris, Greta declarou: “Eu sou lésbica, mas a minha identidade política (...) eu sou sapatão, né? Essa é a minha identidade política. Eu sou sapatão” (Greta).

Fernanda, que no momento de sua entrevista estava sem maquiagem, com os cabelos grisalhos soltos caindo pelos ombros, vestida de camiseta simples e calça jeans, também se

---

noção de perigo neste caso se traduz em riscos à saúde sexual, por considerar que mulheres inscritas em tal identidades estão mais expostas ao HIV ao explicitar seu contato sexual com homens, assim como por ameaçar a estabilidade afetiva e conjugal pela via da infidelidade. Adicionalmente, pode-se dizer que a bissexualidade tem algumas limitações com respeito a sua aceitabilidade em diferentes redes sociais (Facchini, 2008a).” [livre tradução]

referiu a si mesma como “Sempre fui essa figura mais sapatão”, ao ilustrar a ironia de ter percebido que não era heterossexual “apenas” na metade de seus vinte anos, depois de ter rejeitado várias investidas de mulheres diferentes, identificando-se a partir de então como bissexual.

Dedico-me nas páginas a seguir a discutir algumas das definições de “sapatão”, como um exemplo das disputas sobre quem é o sujeito político do Senalesbi e do campo político de atuação centrado em mulheres lésbicas e bissexuais. “Sapatão” é um termo importante no campo de estudos e ativismo de mulheres lésbicas e bissexuais, estando constantemente em disputa. É um dos termos violentos usados para perseguir meninas e mulheres que fogem aos padrões heteronormativos. Em Fry e MacRae (1985), a descrição do imaginário popular acerca da “sapatão” a coloca como uma “mulher-homem”, assim como as entrevistadas da tese de Facchini (2008) falam das “masculinizadas”. Virgínia narrou em sua entrevista essa percepção popular acerca das “sapatão” em sua infância e adolescência, nos anos 1970 na Zona Norte do Rio de Janeiro, e o quanto isso a marcou negativamente:

Os termos usados naquela época, na escola, que eu escutava as meninas falando, no ginásio, no científico: “ah, aquela menina ali é Maria-Homem. Aquela menina é Maria-João, mulher paraíba, mulher macho”, esses termos assim que usava, bem pejorativo, inclusive, “caminhoneira” e “sapatão”. Eu me sentia com vergonha de mim mesma. Porque as pessoas não eram aquilo que elas tavam falando que eram, só tinham uns códigos que eu já conhecia e, ao mesmo tempo, a maneira como elas falavam era bem pejorativa, era como se aquilo tivesse... Eu não sei, querendo ofender a pessoa. E não, na verdade, querer identificar a pessoa. Mas era mais uma ofensa. E eu não conseguia me identificar com isso. (Virgínia)

Sem entrar no mérito sobre as diferentes origens e significações contemporâneas acerca do que é “sapatão”, pretendo abordar a seguir algumas das disputas no espaço político de lésbicas e bissexuais sobre quem teria direito a se orgulhar de ser “sapatão”, em um contexto de reapropriação do termo pelos movimentos sociais.

Há diferentes versões sobre o que seria ser “sapatão” numa perspectiva de resgate identitário e orgulho. Apareceu em minhas entrevistas e entre minhas interlocutoras no campo a ideia de uma “cultura sapatão”, de “mulheres que amam mulheres”, e, portanto, qualquer mulher que não seja heterossexual teria “direito” a essa reivindicação. Porém há duas outras ideias correntes acerca do que seria a “sapatão” numa perspectiva política, que ouvi em campo e em diversos momentos em minha própria atuação militante.

A primeira seria que “sapatão” seria exclusividade de mulheres cuja expressão de gênero seria “masculinizada” – embora essa ideia exclua as lésbicas femininas do orgulho “sapatão”, há a noção implícita de que apenas lésbicas seriam capazes de ser “masculinas”. Essa primeira ideia se assemelha às noções populares e em contextos sociais onde a percepção do modelo

igualitário de relacionamentos homossexuais entre mulheres e da possibilidade de existência de homens trans não se encontra capilarizada.

A segunda perspectiva coloca “sapatão” referente apenas a lésbicas, já que mulheres bissexuais teriam um “descanso” quando estivessem vivendo relacionamentos com homens. No entanto, essa perspectiva pode ser problematizada. Tal termo pejorativo é utilizado como forma de ataque até mesmo contra crianças, cujas vivências não são análogas à forma e o lugar que a sexualidade ocupa na vida adulta (FACCHINI, 2008). Saliento que me alinho à perspectiva teórica que considera que orientação sexual e performatividade de gênero (BUTLER, 1993) não são necessariamente auto-evidentes e alinhadas entre si. Assim, há mulheres cuja performatividade de gênero é extremamente “feminina” e “feminilizada” e que se identificam como lésbicas, não sendo percebidas em suas vidas cotidianas como lésbicas se assim não o reforçarem constantemente. Na matéria jornalística em forma de depoimento feita por Jemima Skelley para o site de notícias BuzzFeed, “*People assume women who look like me are straight, and that’s a problem*”<sup>35</sup>, a autora narra o sentimento de isolamento e angústia por não se enquadrar com o que tanto heterossexuais quanto membros da comunidade LGBT esperam de uma mulher lésbica. Esse sentimento não é tão diferente do descrito por Robyn Ochs, ativista bissexual norte-americana, em seu texto chamado “*Biphobia*” (2005), ao discutir identidades não tão “identificáveis”:

*While not constantly identifiable, which may in certain contexts protect us from discrimination, we suffer the disadvantage of not being able to identify others like ourselves, resulting in feelings of isolation and an underestimation of our large numbers by both members of our own group and members of the dominant group. In addition, the “privilege” of passing also carries as its counterweight the onus of needing to repeatedly announce ourselves in order to avoid being misidentified, as well as feelings of guilt or discomfort when we are silent. We carry the weight of constantly having to make the decision of how and when to come out and at what cost.* (Ochs, 2005)<sup>36</sup>.

E há mulheres cuja performatividade de gênero é extremamente “masculina” ou “masculinizada” que se identificam como bissexuais, sendo hostilizadas publicamente até mesmo quando estão em relacionamentos com homens. Há ainda um terceiro elemento importante nesse cenário: como Gail Mason coloca em seu livro, “*The spectacle of violence:*

<sup>35</sup> “Pessoas assumem que mulheres que parecem comigo são hétero e isso é um problema” [livre tradução]. Disponível em <[https://www.buzzfeed.com/jemimaskelley/girl-on-girl?utm\\_term=.ctK47xA8M](https://www.buzzfeed.com/jemimaskelley/girl-on-girl?utm_term=.ctK47xA8M)>. Acessado em dezembro de 2017.

<sup>36</sup> “Embora não constantemente identificáveis, o que em determinados contextos possa nos proteger de discriminação, nós sofreremos a desvantagem de não sermos capazes de identificar outros como nós, resultando em sentimentos de isolamento e subestimação dos nossos grandes números tanto por membros do nosso próprio grupo quanto do grupo dominante. Além disso, o ‘privilegio’ da passabilidade também carrega como seu contrapeso o ônus de precisarmos repetidamente nos identificar publicamente para evitarmos ser identificados erroneamente, assim como experimentamos sentimentos de culpa ou desconforto quando ficamos em silêncio. Nós carregamos o peso de constantemente ter que tomar a decisão de como e quando sair do armário e a que custo.” [livre tradução].

*homophobia, gender and knowledge*” (2001), quando pensamos em violência homofóbica contra mulheres, ela raramente acontece na rua, perpetrada por desconhecidos. Sua faceta principal se manifesta em espaços domésticos, realizada por pessoas que fazem parte do círculo de trabalho, de amizades ou familiar das mulheres envolvidas. Nesse sentido, uma mulher “fora do armário” para qualquer um desses círculos dificilmente encontrará qualquer “descanso” em sua vida, pouco importando qual é a sua identidade sexual. Encontrei por parte de algumas de minhas interlocutoras uma definição ressignificadora de “sapatão”, que designaria as mulheres que têm relações afetivas e sexuais com outras mulheres e cujas vidas fogem à heteronormatividade, posição política da qual me aproximo.

### 1.5 Ser unicórnio

Uma série de estudos internacionais são importantes para mapear as condições sociais e de saúde de pessoas que se identificam como bissexuais. No Brasil, a produção de dados quantitativos desenvolvida com algum rigor metodológico e que inclua a bissexualidade em suas análises a que possuo acesso se restringe aos relatórios a partir das pesquisas realizadas pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)/UERJ<sup>37</sup> e parceiros a partir das Paradas do Orgulho LGBT de Pernambuco (2006), Rio de Janeiro (2003, 2004, 2011) e São Paulo (2005), sob o nome “Política, direitos, violência e homossexualidade” (CARRARA et al, 2003, 2005, 2006, 2007)<sup>38</sup>.

Os questionários com perguntas fechadas foram aplicados durante as Paradas do Orgulho, com participantes destas que se dispuseram a respondê-los. Neste sentido, os resultados destas pesquisas servem para mostrar um perfil de pessoas LGBT: as que vão nas Paradas. Tendo guardados o pioneirismo e a importância do estudo, deve-se lembrar que ele não funciona se quisermos um retrato mais amplo das pessoas com identidades LGBT no Brasil.

---

<sup>37</sup> As duas pesquisas referentes ao Rio de Janeiro foram realizadas em parceria com o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). A pesquisa baseada na Parada de São Paulo, com Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP), Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)/UCAM, Departamento de Antropologia/USP e Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. E, por fim, a realizada em Pernambuco foi feita com Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)/UCAM, Instituto Papai, Fórum LGBT de Pernambuco e Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema)/ UFPE.

<sup>38</sup> Outras pesquisas foram realizadas em anos e localidades diferentes, como por exemplo em Belém (PA/BR) e Bogotá (CO). No entanto, os resultados das análises não se encontravam disponíveis no *site* do CLAM em 2016. <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/pesquisa-simples.asp>>. Acesso em outubro de 2016.

Em “Política, direitos, violência e homossexualidade” (CARRARA et al, 2003, 2005, 2006, 2007), a categoria bissexual é apresentada composta majoritariamente de jovens em todas as cidades e anos. Na pesquisa baseada na Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro de 2004 (CARRARA; RAMOS, 2005), sob o título “Bissexualidade: fenômeno jovem”, os autores se perguntam se a bissexualidade como identidade sexual seria um fenômeno recente no Brasil, introduzido pela população jovem, ou se seria uma categoria transitória. Facchini, em sua tese, mobiliza hipóteses sobre o fato de que, apesar de muitas entrevistadas relatarem fazer sexo com homens e com mulheres, apenas um número muito reduzido delas se identificava como bissexual:

Entre as mais jovens, tal dissociação entre práticas e identidades se expressou mais frequentemente, pela afirmação da categoria estigmatizada bissexual e, com menos frequência, por meio do uso de termos descritivos como gosto de mulher ou gosto de ambos os sexos. Esses últimos ganham aí uma conotação distanciada das estratégias para amenizar estigmas, aproximando-se mais da evitação dos rótulos e da preservação da liberdade individual descritas por Maria Luiza Heilborn (1996), ao abordar os dilemas envolvendo a tensão entre o ser e o estar homossexual. (FACCHINI, 2008: 226-227).

Isso coincide em parte com os dados das pesquisas de Carrara et al (2003, 2005, 2006, 2007), nas quais homens e mulheres bissexuais apresentam o menor índice de visibilidade, ou seja, compõem o grupo que menos “se assumiu” e que menos compartilhou sua identidade sexual, mesmo nas esferas mais privadas de suas vidas.

Foi o primeiro estudo do tipo realizado no Brasil e há alterações metodológicas realizadas ao longo dos anos e de acordo com as instituições que os estivessem elaborando. Diversos desafios apareceram para os pesquisadores, como o desencontro entre as expectativas dos elaboradores acerca das identidades que acreditavam que seriam mobilizadas pelos entrevistados e como as pessoas de fato responderam os questionários. Os relatórios, então, basearam suas análises em identidades agregadas dentre as escolhidas (chamadas, pelos pesquisadores, de “identidades auto-atribuídas”). Assim, “lésbica”, “sapatão” e “entendida” se transformaram em “homossexual feminina” e “gay”, “viado” e “entendido” foram agrupados em “homossexual masculino”. “Bissexual” tem correspondência quase total no relatório entre as identidades auto-atribuídas e as identidades agregadas.

Nos parágrafos a seguir, exponho brevemente alguns aspectos de pesquisas internacionais. Nos Estados Unidos, o estudo de Mikel L. Walters, Jieru Chen e Matthew J. Breiding<sup>39</sup>, descreve que não apenas homens e mulheres bissexuais relatam maior ocorrência

---

<sup>39</sup> Realizado pelo *National Center for Injury Prevention and Control - Division of Violence Prevention*, o survey foi realizado por telefone em 2010, entrevistando 16507 adultos a partir de 18 anos (9086 mulheres e 7421 homens) nos Estados Unidos, tanto em inglês quanto em espanhol. Os dados coletados são baseados nos relatos

de violência sexual, física, emocional, patrimonial e psicológica do que homens e mulheres heterossexuais e mesmo os homossexuais, como mulheres bissexuais são comumente mais vitimadas em relacionamentos abusivos com outras mulheres do que mulheres lésbicas.

O relatório da Comissão de Direitos Humanos de São Francisco se refere a alguns estudos realizados no estado da Califórnia, reunidos pelo Instituto Williams da UCLA, que apresentam um cenário de vulnerabilidade econômica das pessoas bissexuais em relação às heterossexuais e até mesmo às homossexuais<sup>40</sup>. Enquanto homens gays ganham em média 2 a 3% e mulheres lésbicas ganham 2,7% a menos do que os homens heterossexuais, homens bissexuais atingiam 10 a 15% e mulheres bissexuais 11% de renda inferior aos homens heterossexuais.

O artigo de Lisa Colledge et al (2015), publicado no *Journal of Public Health*<sup>41</sup>, apresenta um cenário de extrema fragilidade na saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais, mas mais acentuado nas mulheres bissexuais. Mulheres bissexuais apresentariam maior índice de automutilação, transtornos alimentares, ideação suicida, tentativas de suicídio, ansiedade e depressão do que todas as outras identidades sexuais, incluindo mulheres lésbicas, no Reino Unido. O trabalho de Karen I. Fredriksen-Goldsen et al publicado no *American Journal of Public Health*<sup>42</sup>, relata uma situação similar no estado de Washington e vai adiante: os índices de sofrimento mental entre mulheres bissexuais aumenta em ambientes urbanos, enquanto o das mulheres lésbicas diminui, como descrito no trecho abaixo:

*The likelihood of experiencing frequent mental distress was similar between lesbians and bisexual women in a nonurban area. About 26% of lesbians and 22% of bisexual women residing in a nonurban area reported that they experienced frequent mental distress. However, frequent mental distress decreased significantly for lesbians living in an urban area. When controlling for other sociodemographic and health-related factors, the odds of frequent mental distress for bisexual women living in an urban area were almost twice as high as those for bisexual women living in a nonurban area. (FREDRIKSEN-GOLDSSEN et al, 2010: 2258)*<sup>43</sup>

---

peçoais dos entrevistados. O trabalho “*The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010, Findings on Victimization by Sexual Orientation*”.

<sup>40</sup> As metodologias utilizadas nos estudos reunidos pelos relatórios são múltiplas, envolvendo, por exemplo, *surveys* realizados por telefones e pesquisas de longo prazo (10 anos) com grupos de controle de mulheres e homens homossexuais e bissexuais.

<sup>41</sup> O *survey* em que se baseou o artigo de Colledge et al foi preenchido pelas participantes em suas residências, sem o acompanhamento de entrevistadores. O recrutamento das participantes foi através de suas relações comunitárias, a partir de mulheres auto-identificadas como lésbicas e mulheres bissexuais, reunindo 937 mulheres bissexuais e 4769 mulheres lésbicas.

<sup>42</sup> A análise de Fredriksen-Goldsen et al é baseada nos dados do *Washington State Behavioral Risk Factor Surveillance System* (Sistema de Monitoramento de Fatores de Comportamento de Risco no Estado de Washington [livre tradução]) através da técnica de regressão logística de multivariáveis para analisar os dados populacionais dos anos de 2003 a 2007, com uma amostra de 1496 lésbicas e mulheres bissexuais.

<sup>43</sup> “A probabilidade de experimentar sofrimento mental constante era similar em lésbicas e mulheres bissexuais em área não-urbana. Aproximadamente 26% das lésbicas e 22% das bissexuais residindo em área não-urbana reportaram experimentar sofrimento mental constante. No entanto, o sofrimento mental constante diminuiu significativamente para lésbicas vivendo em área urbana. Quando estabilizamos outros fatores

Os autores identificam no artigo que um dos principais fatores para que a saúde física e mental de mulheres bissexuais seja tão mais deteriorada do que a das mulheres lésbicas é a ausência de laços de sociabilidade e apoio dentro da *comunidade* LGBT. Ao passo que para homossexuais “sair do armário” em geral represente formar laços comunitários e redução dos fatores de estresse e sofrimento mental, para bissexuais, a pressão por “se decidir” e ter sua identidade posta em cheque ou precisar renegociar os termos com os quais se identificam a depender do parceiro, faz com que o sofrimento não diminua.

O sentimento de isolamento e solidão mesmo dentro de espaços da *comunidade* LGBT aparece constantemente em discussões sobre bissexualidade e falas de bissexuais. Essa noção permeia a “Carta a uma amiga bissexual”<sup>44</sup> e foi narrado entre minhas entrevistadas. Destaco uma fala de Alyne sobre o assunto:

(...) é muito difícil, cara, muitas vezes eu me sinto sozinha, isolada. Principalmente dentro do movimento. Que me deixa muito triste, dentro do movimento de lésbicas, entendeu? Porque eu reclamo pra *caraca* quando eu vou nos lugares, parece que eu sempre tenho que ‘tá nos lugares pra dizer assim “tem uma bissexual aqui” porque, senão, ninguém fala sobre isso. (Alyne)

Diversos trabalhos já discutiram as limitações da construção da narrativa do armário em contextos do chamado “Sul global”, como a América Latina. Cymene Howe (2013), em seu livro “*Intimate Activism: The Struggle for Sexual Rights in Postrevolutionary Nicaragua*”, discute diversas formas de relação com a sexualidade entre os nicaraguenses<sup>45</sup>. Ao invés do armário, uma metáfora comum nos materiais analisados pela autora é a “máscara”, onde há a possibilidade de diferentes performances sociais em diferentes contextos relacionais, em um processo de “administração do segredo”. Em meu campo, encontrei relatos de mulheres que administram seu “segredo” para dentro da *comunidade* LGBT, identificando-se publicamente como lésbicas, mas tendo vidas bissexuais, e/ou se identificando em contextos pontuais como bissexuais. De acordo com Fernanda, a alteração da sigla do Senale para Senalesbi foi sugerida por uma mulher que dizia à sua família e ao coletivo político do qual fazia parte que era lésbica, mas não se via capaz de se identificar como bissexual, temendo o ostracismo político e a rejeição familiar.

---

sociodemográficos e relacionados à saúde, as chances de sofrimento mental constante para mulheres bissexuais vivendo em área urbana eram quase o dobro das chances de mulheres bissexuais vivendo em área não-urbana.” (FREDRIKSEN-GOLDSSEN et al, 2010: 2258) [livre tradução]

<sup>44</sup> Disponível no Anexo I. Para minha análise sobre a Carta, ver capítulo 3, “‘Na capa do livro’: as *bi* provocam mudanças”, subseção 3.1., “Carta a uma amiga bissexual”.

<sup>45</sup> O livro de Howe se dedica a discutir movimentos de mulheres lésbicas na Nicarágua entre os anos 1990 e 2000 e vivências culturais das “minorias sexuais” no país, como programas de rádio, festas e novelas.

Regina descreveu em diversos momentos ao longo de sua entrevista o sentimento que experimentou, em sua participação no movimento LGBT, ao perceber uma expectativa constante de que ela fosse lésbica. Destaco essa passagem em que ela se referia ao grupo Corsa:

Era uma convivência muito próxima, é, não tinha essa de ficar “ai, eu sou a lésbica”, mas eu entendia que as pessoas desejavam que eu fosse lésbica, sabe? (...) E pra mim aquilo tudo era muito difícil e pesado, porque as pessoas sabiam que eu era... Que eu me identificava como bissexual, mas o tempo inteiro, primeiro elas desejavam ter uma ativista lésbica. (...) É mulher no grupo LGBT, logo é lésbica. E pra mim isso era muito complicado porque pra mim funcionava como se fosse uma traição de mim mesma. E do que eu sentia. É como se eu estivesse não sendo leal com os meus desejos e com os meus afetos se eu me dissesse lésbica. É muito maluco, mas assim, eu amei profundamente cada pessoa com quem eu me relacionei. E não fazia sentido pra mim negar nenhuma dessas relações, sabe? (Regina)

A narrativa de uma “saída do armário” definitiva, universal e que produzisse uma vida livre e sem conflitos acerca dos desejos, práticas e identidades das pessoas mostra-se limitada para as mulheres bissexuais, que precisam constantemente estar reafirmando sua identidade ou não utilizar politicamente o termo “bissexual” por medo do ostracismo e estigmatização. Comparo aqui esse processo de apagamento da identidade bissexual no movimento LGBT como uma transição para Nárnia<sup>46</sup>, onde essas mulheres conseguem abandonar vidas e performatividades heteronormativas, mas precisam esconder sua bissexualidade. Como dito anteriormente neste capítulo, a mulher bissexual ocupa o lugar do Outro, um “outro” que não é visto e não é incluído como um dos “nossos” mesmo dentro da *comunidade* LGBT. Nos capítulos a seguir, discuto alguns aspectos de como tais questões apareceram no Senale/Senalesbi e em coletivos de lésbicas-e-bissexuais ao longo das últimas duas décadas.

---

<sup>46</sup> Nárnia é uma terra de fantasia criada pelo autor C.S. Lewis, que aparece em sua série literária “As Crônicas de Nárnia”, com sete romances produzidos entre os anos de 1949 e 1954. A série já foi adaptada em diversas produções para o rádio, o cinema e a televisão. Os personagens principais dos livros de Lewis chegam a esse mundo de fantasia saindo de um armário.



## 2 JACARÉS E UNICÓRNIOS

Esse capítulo se propõe a apresentar o Senale (1996-2014) focando na inserção das mulheres bissexuais e os conflitos identitários entre mulheres que se identificam como bissexuais e lésbicas dentro dele. Discutirei também a atuação de alguns coletivos políticos importantes na construção do sujeito “mulher bissexual”.

Regina Facchini (2005; 2008), Guilherme Almeida (2005), Júlio Simões e Regina Facchini (2009) já fizeram importante trabalho de resgate da memória e de disputas envolvidas no atualmente denominado movimento LGBT brasileiro. As narrativas dessa história são protagonizadas em sua maior parte, se olharmos pelo viés de gênero, por homens e, se olharmos pelo viés da identidade sexual, por homossexuais. Uma referência importante nessa história é Leila Míccolis<sup>47</sup>, relevante também quando falamos de mulheres que verbalizaram sem pudor seu desejo e suas práticas bissexuais em suas produções literárias. Míccolis é também uma das fundadoras do Movimento Homossexual Brasileiro, tendo participado da criação do Somos/RJ e construído importantes parcerias com figuras como Herbert Daniel e João Silvério Trevisan. Em seu ensaio “Eram as lésbicas marcianas?” (1983), Míccolis apresenta alguns mitos de origem da categoria “lésbica” e os ironiza, joga com a noção de fixidez identitária ou essência de identidades. No fim do texto, a autora reforça a sua posição política contra-identitária e zomba da ideia de ser acusada de estar “defendendo o bissexualismo” sub-repticiamente por “ter medo” de se assumir *bi*, ao que responde:

Se não creio em homo ou hetero, não acredito em bi, mais uma classificação inútil. (...) Para mim, todas essas palavras (...) só podem ser minadas por um comportamento libertário esvaziando seu sentido pejorativo e até ofensivo. Enquanto elas forem apenas usadas maquinalmente, sem uma ação coerente que as desmistifique, cada vez mais estarão reproduzindo estereótipos (...). (MÍCCOLIS, 1983: p. 78-79).

Quase duas décadas depois, a necessidade de construção e reafirmação de identidades políticas se solidifica no cenário internacional e produz impactos entre pessoas com desejos e práticas bissexuais. O Dia da Visibilidade Bissexual, criado em 23 de setembro de 1999 pelos ativistas americanos Wendy Curry<sup>48</sup>, Michael Page e Gigi Raven Wilbur, se popularizou

<sup>47</sup> O título deste capítulo é uma homenagem a Leila Míccolis, a partir do nome do livro que escreveu com Herbert Daniel, “Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade” (1983). Na cultura popular brasileira, “mulher com mulher dá jacaré”, sendo o jacaré uma das antigas alegorias para lésbicas. Ironicamente, como descrevi na Introdução, para deslegitimar a existência de bissexuais e pansexuais, no Encontro de Mulheres da UNE, uma das participantes juntou na mesma analogia árvores, jacarés e unicórnios. Por licença poética, aproprio-me de suas palavras (deixando a árvore de fora) e ressignifico sua agressão em uma homenagem.

<sup>48</sup> Wendy Curry conta mais sobre essa história neste texto: <<http://www.binetusa.org/curriedspam.html#cbd>>.

progressivamente pelo mundo nas últimas duas décadas. É comum que as atividades se distribuam ao longo do mês de setembro, apresentando os mais diversos formatos. “Visibilidade” é o conceito-chave desse capítulo, aparecendo constantemente como oposição a “apagamento” nos discursos sobre a mudança de nome do Senale para incluir as bissexuais e, posteriormente, a mudança de sigla para Senalesbi.

A chave visibilidade-apagamento aparece como elemento crucial da Carta de Teresina (2016). Aprovada ao final do 9º Senalesbi, a Carta declara que “no processo histórico de construção dos seminários nacionais de lésbicas, as mulheres bissexuais sempre estiveram na luta e presentes” e afirma que a mudança no nome do seminário seria uma questão de “memória” e “verdade”<sup>49</sup>. Esse capítulo propõe-se a seguir a linha da construção de memória e investigar as “verdades” acerca da participação de mulheres bissexuais no movimento LGBT brasileiro, através do Senalesbi, e de suas demandas políticas.

## 2.1 As “histórias” do Senale

Fundado em 1996, o Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) teve nove edições ao longo de vinte anos. A primeira ocorreu no Rio de Janeiro (RJ), em 29 de agosto, que se tornou o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. As edições seguintes foram nas cidades de Salvador (BA) em 1997, Betim (MG) em 1998, Aquiráz (CE) em 2001, São Paulo (SP) em 2005, Recife (PE) em 2006, Porto Velho (RO) em 2010, Porto Alegre (RS) em 2014 e Teresina (PI) em 2016. Alguns temas de discussão são recorrentes ao longo dos diversos seminários como saúde de mulheres lésbicas, democracia e racismo.

Apesar de se chamar “seminário” e se definir como um espaço que há participação acadêmica e de gestores governamentais que pensam políticas públicas para mulheres e/ou população LGBT, o texto chamado “História”<sup>50</sup> no *blog* oficial do Senalesbi destaca sua “importância (...) para a afirmação do sujeito político lésbica” no Brasil e não esconde quais organizações políticas constroem tradicionalmente e contemporaneamente o espaço, tornando-o híbrido de encontro político e acadêmico. As cartas de resoluções publicadas após o encerramento dos encontros abordam múltiplas pautas, realizando análises sobre a conjuntura

---

<sup>49</sup> Vide Anexo II (e).

<sup>50</sup> Vide Anexo II (a).

política no Brasil, se posicionando sobre temas diversos em relação a mulheres e/ou pessoas LGBT e demandas de mulheres lésbicas e bissexuais.

Tais cartas são expressões de consensos elaborados pelas participantes dos encontros e apenas dão pistas sobre divergências e problemas que possam ter ocorrido nos encontros. No 8º Senalesbi, além de uma carta de encerramento como de praxe, foi publicada uma “Carta da Juventude”, produzida a partir do Grupo de Trabalho de Juventude, que narrou a existência de disparidades entre as ativistas históricas e as recém-chegadas e mais jovens, além de sentimentos de ausência de “acolhimento” por parte das mais velhas em relação às jovens no encontro<sup>51</sup>. A “Carta da Juventude” faz alusão à existência de práticas discriminatórias contra as “jovens”, que são caracterizadas no texto como lésbicas e mulheres bissexuais.

Havia uma expectativa, antes de minha ida a campo, de que haveria uma forte interpenetração entre o grupo de mulheres bissexuais que se organizou no 8º Senale e o grupo de mulheres que produziu a “Carta da Juventude”. No entanto, nos relatos de campo, foi narrado que, embora Alyne e Pérola tenham se envolvido de diferentes formas com a movimentação das “jovens”, esse não foi um processo de forte protagonismo bissexual. “Bissexualidade” e “juventude” são características que frequentemente se misturam discursivamente. Seja porque a juventude é localizada como um período de experimentações diversas, incluindo de práticas sexuais (HERDT; BOXER, 1995) ou porque a bissexualidade é comumente pensada como uma identidade transicional, típica da juventude (POLLAK, 1990. apud CARRARA; RAMOS, 2005). Como Zanetti (2011) discute em seu trabalho sobre organização de jovens feministas na cidade do Rio de Janeiro, “juventude” não é uma categoria estática ou que corresponda literalmente a faixas etárias, mas sim relacional. No movimento feminista, a autora se referencia no trabalho de Pierre Bourdieu (1983) para apresentar a juventude como relacionada ao tempo de inserção em espaços políticos em geral e internamente aos grupos feministas. Nesse sentido, embora minhas interlocutoras e as outras mulheres bissexuais a que elas se referiram em entrevistas tenham passado dos simbólicos 25 anos localizados por Pollak como momento padrão de abandono da identidade e das práticas bissexuais - minhas interlocutoras tinham entre 25 e 35 anos, pode-se dizer que essas mulheres bissexuais são localizadas, junto com parte das lésbicas, como “jovens” no contexto do Senale/Senalesbi por estarem há menos tempo organizadas naquele espaço político.

A “juventude” apareceu também como instrumento de legitimação e deslegitimação tanto na “Carta da Juventude”, ao se localizarem como um grupo coeso que sofreu

---

<sup>51</sup> Vide Anexo II (d).

discriminação por parte das “mais velhas” do Senale, quanto nas falas de minhas interlocutoras. Destaco uma passagem da entrevista Alyne por considera-la particularmente ilustrativa desta questão,

Eu não participei diretamente da carta [da Juventude]. Mas tinha uma questão muito forte que é a questão geracional. Principalmente dentro desse encontro, que são de mulheres lésbicas que já estão no movimento há muito tempo, que são de redes conhecidas e tal. E que muitas vezes você só vê essas mulheres nesses espaços. Porque parece que elas já têm a vaga garantida. “Vai ter Senale”, “ah, Fulana vai, ah, Fulana, Fulana”. (...) Só que a gente [jovens] queria muito mudar isso. Não é porque a gente tá chegando agora... E, inclusive, várias vezes a gente já ouviu isso “ah, não, você nem sabe o que tá acontecendo, você tá chegando agora”. Mas não é porque a gente tá chegando agora que a gente não tenha força, que a gente não tenha histórico político, que a gente já carregue uma bagagem política e que a gente não entende nada de política. Que as pessoas, às vezes, as mais velhas veem a gente assim. Não tô dizendo todas, mas muitas [pensam] “cara, essa menina tá chegando agora no movimento e pá”. (...) Eu cheguei agora no Rio, as pessoas não conheciam a minha militância aqui, aí as pessoas me olha como se eu tivesse entrado agora na militância. Aí eu [digo sempre] “gente, eu milito desde os catorze anos. O movimento nacional de lésbicas, de mulheres, já conheço”. Já conheço, cara. Já conheço as artimanhas de tudinho, então não tenta me enganar não (...) Tá achando, assim, que eu sou bobinha, que “ah, novinha”, não é porque eu sou novinha que eu não tenho bagagem política, né, velho? (Alyne)

As “jovens” provocariam disrupções na política do Senale/Senalesbi por questionarem o poder estabelecido daquelas que estão há mais tempo organizando o seminário e as redes e coletivos políticos que fazem parte dele. Porém, sem renovação das fileiras militantes, qualquer movimento está fadado desaparecimento. Nesse sentido, os últimos Senalesbis têm tido a complexa tarefa de promover a integração da “juventude”, capaz de dar continuidade ao trabalho das “mais velhas”. Parte desse trabalho é renovar a produção de memória coletiva, com, por exemplo, a realização de rodas de conversa e textos de formação política com esse fim.

No site oficial do Senalesbi, há um texto sem autoria definida e sem data, chamado “História”, com agá maiúsculo. Considero esse texto a síntese dos debates realizados na última década de Senales/Senalesbis, uma reformulação do mito fundador do Senale, onde as mulheres bissexuais são incluídas como sujeito político. Nesse parágrafo, analiso criticamente esse texto e, para tanto, me valho de excertos do original. O texto “História” descreve o Senale como um “um espaço de interação político pedagógico nacional construído por Lésbicas e mulheres Bissexuais no Brasil”<sup>52</sup> e a equação “lésbicas-e-bissexuais” aparece repetidas vezes ao longo do texto e “bissexual” desaparece sem maiores contextualizações em outros momentos. Por exemplo, o Senale “reuniu lésbicas” em 1996, “mas se transformou no maior evento deliberativo de lésbicas e bissexuais” e, no último parágrafo do texto, o sujeito “mulher bissexual” desaparece das frases como alguém que teria importância política e histórica no

---

<sup>52</sup> Vide Anexo II (a).

Senale. Considero esse “lusco-fusco” identitário uma perfeita exemplificação do lugar ambíguo ocupado pelas mulheres bissexuais no seminário, ora existindo como um apêndice narrativo, ora desaparecendo completamente.

### 2.1.1 Narrativas sobre a fundação e sua importância para as bissexuais

Para além de textos oficiais intitulados “História”, essa pesquisa foi permeada pelo interesse em mapear os processos de negociação entre memórias individuais e a memória coletiva (Pollak, 1989) através dos discursos de minhas entrevistadas. Pedi a todas que me narrassem o que sabiam da fundação do Senale, como descreveriam a importância do Senale para a organização de lésbicas e de mulheres bissexuais no Brasil e se consideravam haver outros espaços políticos de importância igual ou similar. As respostas foram bastante significativas e optei por apresentar os argumentos de cada uma delas.

Ao ser perguntada sobre como descreveria a fundação do Senale, Virgínia a associou fortemente à XVII Conferência da ILGA, como uma condição para que o Brasil pudesse assumir uma cadeira na Secretaria de Lésbicas da entidade, destacando a importância do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) em sua organização:

Foi quando o COLERJ pegou essa tarefa na frente e, em 29 de agosto, fez esse primeiro Seminário Nacional de Lésbicas no Rio de Janeiro, com os grupos que tinham no Brasil e vieram, a gente descobriu que tinha muito. Veio o Nuances, que tinha um núcleo de lésbica em Porto Alegre, veio o GLB, que era um núcleo do GGB, veio as meninas de São Paulo. Aqui do Rio tinha o COLERJ, tinha a própria, o Movimento Dellas da Ione. Então, veio... Eu era do Setorial na época, né, o Núcleo de Gay do PT. Então veio mais de cem meninas. E aí a gente conseguiu fazer esse documento, registrar, mandar pra ILGA a tempo de o COLERJ entrar como primeiro núcleo de lésbica negra na ILGA. (Virgínia)

Sua descrição é a que mais se assemelha ao texto oficial provido pelo *site* do Senale, marcando a importância de sua participação na construção da história oficial do seminário e também o quanto esse espaço ocupou e ocupa um papel relevante em sua vida pessoal. Enfatizou que havia um planejamento das organizadoras do Senale em fazer com que as edições acontecessem em localidades onde o movimento de lésbicas era considerado incipiente ou necessitado de ajuda do movimento nacional, associando cada edição do Senale com a ebulição de coletivos e ONGs de lésbicas nos estados onde estes haviam ocorrido.

Dos espaços de importância similar para as lésbicas e mulheres bissexuais, Virgínia focou sua análise na cidade do Rio de Janeiro, em espaços anteriores à existência do Senale e que já não existem mais. Alguns dos espaços listados foram o Jornal Nós Por Exemplo; o Safe

Bar, que ficava na Glória, onde aconteciam shows de drag, inclusive *drag kings*<sup>53</sup>, e reuniões de movimentos sociais, como a fundação do Movimento Dellas; o grupo Atobá, que tinha o grupo Meninas do Rio, que era um espaço mais lúdico do que o Safe Bar, de acordo com ela.

Greta, que também é membra ativa da LBL e destacou a importância do Senale como um espaço agregador das “redes autônomas” de lésbicas e bissexuais do Brasil, preferiu falar da criação do Senale em termos mais amplos sobre os objetivos e necessidades gerais:

Nasceu duma necessidade que é muito específica nossa, aqui do contexto brasileiro, e acho que talvez mundial, eu não sei, pensar global também, mas de ter espaços onde se falam de questões de mulheres com... Que não sejam hétero, né? Que não sejam especificamente lésbicas... E espaços de construção feminista, lésbico-feminista. Então ele nasce com essa necessidade de pensar as nossas questões e de fazer um enfrentamento a esse movimento, é, que existe. Que até hoje é bem complicado, misógino, enfim, e que tem uma perspectiva muito diferente de, de atuação, que é o movimento LGBT brasileiro, então ele nasce com, com essa necessidade. Eu sei que partiu, isso muitas me contaram das que já tiveram nesses primeiros Senales, de que partiu duma vontade inclusive de lésbicas negras de construir esse espaço mais autônomo, mais reservado e mais fechado pras nossas próprias questões. (Greta)

Ananda, a única integrante da ABL que participou de minha pesquisa, localizou a fundação do Senale em 2006, quando teria surgido a ABL. Enfatizou a importância do Senale para a organização de outros coletivos de lésbicas e, em especial, de lésbicas e bissexuais negras, citando em sua fala organizações de mulheres lésbicas e bissexuais negras. Para ela, o Senale é “a nossa instância máxima enquanto sociedade civil”, localizando as Conferências Nacionais LGBT<sup>54</sup> como o único espaço nacional para essas mulheres com importância similar ao seminário.

Regina descreveu a importância do Senale para as bissexuais por discutir as pautas em comum que lésbicas e bissexuais teriam, como “a invisibilidade que as relações afetivo-sexuais com mulheres têm na sociedade”. Fez questão de destacar que considera o Senale:

Conquista *fundamental* do movimento lésbico, muito importante. Um espaço de articulação. O espaço de articulação que nós bissexuais não tivemos a oportunidade de ter na vida. E é oportunidade que não depende só do nosso trabalho, né? Porque o Senale também (...) não dependeu apenas da luta das lésbicas. Dependeu de ter um reconhecimento do poder público e de quem apoiava financeiramente. A gente [bissexuais] não teve essa oportunidade. (Regina)

<sup>53</sup> Destaco a passagem a seguir do artigo de Eliane Borges Berutti, “*Drag kings*: brincando com os gêneros” (2003), que discute a dificuldade de fixar a categoria *drag king*: “Escrito por Judith Halberstam e com fotos de Del LaGrace Volcano, *The Drag King Book* aponta, no primeiro capítulo, a dificuldade de conceituar o termo. Entre as inúmeras tentativas, cito a seguinte: ‘um *performer* que transforma a masculinidade em seu *show*’ (HALBERSTAM; VOLCANO, 1999, p. 36, tradução nossa). Este *performer* pode ser uma mulher heterossexual que assume uma persona masculina apenas para fazer o *show*, uma *butch* que encontra uma forma de expressar sua masculinidade, ou até mesmo um homem *gay*.” (BERUTTI, 2003 p. 55)

<sup>54</sup> A tese de Sílvia Aguião, “Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo” (2014), destaca-se como um trabalho contemporâneo cuidadoso e elaborado sobre movimento LGBT brasileiro e o papel das Conferências Nacionais LGBT. Ao longo da tese, há inclusive breves passagens contendo situações do campo etnográfico da autora onde são descritas cenas que retratam conflitos em torno da presença de bissexuais naquele espaço político.

Ela associou, na entrevista, o fim do Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB), em 2008, a um conflito por representação em um fórum do Ministério da Saúde (MS) - onde um ativista que publicamente se identificava como gay assumiu a cadeira destinada à representação de bissexuais. As pessoas de referência no Ministério, responsáveis por legitimar as representações, não levaram em consideração os questionamentos dos membros do CBB. Tal desfecho teria sido, segundo Regina, uma derrota crucial, que determinou fortemente a desarticulação daquela geração de ativistas bissexuais brasileiros, que naquele momento tentava construir a bissexualidade como uma identidade política autônoma e consolidar reconhecimento de suas pautas junto ao Estado assim como as identidades gay, lésbica e trans haviam logrado antes.

O CBB foi fundado em 2005, durante o encontro nacional da ABGLT<sup>55</sup>, unindo ativistas bissexuais de diversos coletivos e núcleos LGBT do país. Parte desses ativistas, residentes do estado de São Paulo, já estavam organizados em uma lista de e-mails chamada “RedeB” desde o II Encontro Paulista GLBT, após surgir a proposição de excluir bissexuais da sigla diante de alegações de que não seria um segmento organizado “de fato”. Regina relatou em entrevista que não foi um sentimento espontâneo que fez com que esses ativistas bissexuais com os quais ela atuou politicamente se vissem organizados em coletivos e espaços de bissexuais, mas as constantes iniciativas de exclusão e apagamento que vivenciaram nos espaços LGBT. No encontro nacional da ABGLT os conflitos sobre a existência ou não de bissexuais organizados politicamente retornaram e os ativistas de São Paulo se articularam com outros indivíduos e núcleos de diferentes regiões do país para criar o CBB e lançar uma carta com suas demandas. Reproduzo a seguir, um trecho da entrevista realizada com Regina onde ela leu e comentou passagens dessa carta de fundação do CBB:

[lendo a carta] “Nós, ativistas de núcleos bissexuais, afiliados à ABGLT” porque era essa a linguagem que a gente tinha que dizer, ‘tá? “Gostaríamos de ter reconhecido por essa entidade nacional nosso trabalho e organização política de homens e mulheres bissexuais. Queremos continuar atuando no sentido de fortalecer o movimento pelas liberdades de orientação sexual e de identidade de gênero como um todo”. E a gente se colocava. A gente não dizia assim “a gente ‘tá lutando pela gente”. **A gente ‘tá lutando por todos vocês, mas vocês vão nos reconhecer.** “Que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais juntos e juntas sejamos agentes de transformação do preconceito e do ódio em respeito e equidade. Afirmemos a diversidade que compõe o arco-íris do desejo e do amor humanos. Caminhemos juntos e juntas”. **Então, a nossa linguagem era sempre essa, era sempre do “a gente não tá aqui pra lutar pela gente, mas a gente não quer se apagar”.** A gente tá aqui

<sup>55</sup> Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criada em 1995. O termo “bissexuais” entrou posteriormente à fundação e a sigla não foi alterada. O “B” na sigla serviria para representar tanto “Brasileira” quanto “bissexuais”. Para mais sobre a ABGLT, ver o livro de Regina Facchini “Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990” (2005). Site oficial da ABGLT disponível em <<https://www.abgl.org/>>. Acessado em fevereiro de 2018.

junto, a gente veio pra somar, a gente não veio pra dividir, mas a gente tá aqui, né?  
(Regina. Grifos meus)

Porém, os conflitos internos e o desgaste emocional e político dos ativistas que surgiram em decorrência da ausência de representação bissexual no fórum do MS foram centrais para o processo de desarticulação do CBB.

Tinha gente que dizia que bissexual não existia e ia lá e ocupava a vaga de bissexuais. Ativista lésbica. Isso não aconteceu só nessa ocasião não, é que essa foi muito marcante pra gente, sabe? A gente achou que tava no limite, se propondo a fazer não era viável. (...) E aí a gente dizia que “é assim, com pesar que tornamos públicas nossa discordância em relação à condução dada a esse procedimento e nossa decisão de nos afastarmos do CBB, a fim de nos dedicarmos ao fortalecimento do movimento na base e evitar que nossas atuações políticas locais sejam usadas para legitimar nomes de ‘representantes’ que nunca priorizaram a defesa dos direitos de bissexuais em sua atuação”. E, outra dificuldade que a gente tinha, é que as pessoas diziam assim “cê vai provar que eu não sou bissexual?”. Era uma coisa que a gente sempre tinha que provar: que era bissexual. E que as outras pessoas que nunca tinham feito nada por bissexuais e que tinham histórias longas de atuação por outros segmentos e sem nunca ter atuado em favor de bissexuais diziam “cê vai provar como? Prova aí!”. Era uma coisa muito cínica, sabe? (Regina)

Pérola narrou a criação do Senale a partir do que aprendeu com o caderno de formação produzido pela Associação de Lésbicas de Minas (ALEM)<sup>56</sup>, chamado “28 anos de Ativismo”, que leu com uma amiga. Correlacionou o processo organizacional brasileiro de luta por direitos sexuais com o de países como os EUA e países europeus, descrevendo-o assim:

De nascimento de movimento de gays, as lésbicas muito dentro desse movimento gay. E aí elas conseguem pelo menos aparecer no desenvolvimento desse movimento, né? Com a coisa de gays e lésbicas. E aí eu entendo que o Senale se encaixa nessas primeiras tentativas de dar mais visibilidade ao grupo de lésbicas e enfrentando o machismo presente no movimento gay. E nessa interação com os gays, né? (Pérola)

Para ela, assim como para Regina, o Senale tem significados diferentes para as mulheres lésbicas e as bissexuais. Localiza o seminário como importante para “dar direção pro movimento de lésbicas no Brasil”. No que tange às bissexuais, considera que, apesar de ser um espaço importante para

(...) avaliação, reavaliação e de teste das estratégias de luta em conjunto com as lésbicas, mas eu acho muito problemático quando essa é a única estratégia de fortalecimento do movimento e da pauta. É que me incomoda desde 2014, que eu acho que agora tá melhorando porque tem um pronunciamento. Eu vejo um pronunciamento mais forte do movimento bi. Mas eu gostaria que fosse menos dependente, né, de... Dessas outras vias de lésbicas e de gays. Então eu acho que é importante, mas ele não deveria ser o principal, a princípio. (Pérola)

Alyne está atualmente organizada na LBL, depois de ter passado pelo coletivo Tambores de Safo quando morava em Fortaleza. Descreveu a criação do Senale de forma ampla, enfatizando sua importância para que as ativistas autônomas pudessem participar do movimento de forma mais democrática. Para ela, a importância atual do Senale para lésbicas e bissexuais

<sup>56</sup> Criada em 1998, após o Senale ocorrido em Betim (MG). A ALEM é uma rede de lésbicas do estado de Minas Gerais, que se articula nacionalmente com o Senale. Não possui site oficial e, em fevereiro de 2018, foi profundamente difícil encontrar mais informações sobre a rede online.



está em ser um espaço onde se reúnem coletivos e organizações de todo o Brasil, podendo sintetizar suas pautas políticas e implementar em suas localidades de origem as deliberações do Senale. Alyne considera as Conferências Nacionais LGBT e as Paradas LGBT como espaços importantes para lésbicas e bissexuais, mas que “não nos contemplam”, inclusive mencionando que o coletivo Tambores de Safo teria sido criado para demarcar o espaço de mulheres lésbicas e bissexuais na Parada LGBT de Fortaleza, onde não haveria um trio elétrico nem espaço político para suas demandas. Nesse sentido, o Senale seria único por ser apenas sobre mulheres lésbicas e bissexuais.

Fernanda aprendeu sobre a criação do Senale em uma atividade de formação do 9º Senalesbi (2016) e, após descrever de forma sucinta a criação de uma forma bastante parecida com o texto oficial do site do Senalesbi, dedicou sua resposta à minha pergunta a refletir sobre o lugar das bissexuais no Senale, enfatizando a presença de mulheres que se identificavam como bissexuais em suas vidas pessoais “desde o primeiro momento”, sem tornar a bissexualidade uma pauta com demandas políticas específicas. Atribuiu ao Senale/Senalesbi o papel de principal espaço de articulação do movimento de “lésbicas” e de “lésbicas e bissexuais”<sup>57</sup> do Brasil, localizando as Conferências Nacionais LGBT como espaços igualmente relevantes de articulação, porém onde “de concreto a gente não alcança nada nelas”. Fernanda enfatizou também a importância estratégica de inserção da discussão sobre “bifobia” no seminário e do combate interno ao apagamento da bissexualidade e à discriminação contra bissexuais, uma vez que ela identifica que “esse movimento que se faz de lésbicas e bissexuais a todo momento tá trazendo outras mulheres bissexuais pra compor”.

Diversas ONGs e coletivos locais e regionais participaram e ainda participam da composição política dos Senales e Senalesbis, descritas com riqueza e detalhes na tese de Guilherme Almeida (2005) e no livro de Facchini e Simões (2009). Nas páginas a seguir, me dedico a caracterizar algumas das principais organizações na estruturação do sujeito político “mulher bissexual” e nas disputas acerca do lugar das bissexuais e da bissexualidade no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Outras organizações e articulações foram mencionadas, seja porque minhas interlocutoras fizeram parte destas em algum período de suas trajetórias militantes ou ainda estão integradas em alguma delas. No entanto, não me dedico nesse trabalho a fazer um estudo amplo das organizações de movimento de lésbicas no Brasil nem um estudo em profundidade de todas as organizações de bissexuais locais que estão

---

<sup>57</sup> Mantenho a aparente repetição entre “lésbicas” e “lésbicas e bissexuais” de propósito, utilizando o jogo de palavras realizado por Fernanda, para evidenciar que o sujeito político “mulher bissexual” só faz sentido nos Senales/Senalesbis em uma relação dual com o sujeito “lésbicas”.

emergindo no país – ambos aspectos dariam teses completas, diferentes de meu objeto de estudo.

## 2.2 O lugar da LBL na organização de bissexuais

“Quem não foi da LBL?”, Fernanda me perguntou com uma risada, ao narrar sua trajetória de participação em movimentos sociais. Essa frase, embora não deva ser tomada como verdade absoluta acerca das atrizes na cena lésbica e bissexual brasileira, contém em si um dado de realidade sobre os últimos quinze anos de movimento. A Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) já foi objeto de pesquisas<sup>58</sup> e, atualmente, é uma das principais articulações na organização do Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

Fundada no Fórum Social Mundial de 2003, a LBL é descrita por Selem (2007) como uma alternativa à ABGLT para as lésbicas em seu cuidadoso artigo sobre a Liga, “A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas”. O ponto do separatismo das lésbicas estaria, de acordo com Selem (2007), no fato de que muitas lésbicas participantes do movimento LGBT à época “não se sentiam representadas pelos discursos dos grupos mistos pela livre expressão sexual por acreditarem que estes invisibilizavam as questões referentes à desqualificação das mulheres nas sociedades androcêntricas e seus desdobramentos.” (SELEM, 2007). As entrevistadas de Selem descreveram também dificuldades em se inserirem no movimento feminista, uma vez que não haveria espaço no feminismo para discutir questões concernentes à lesbianidade.

Guilherme Almeida (2005) associa a criação da LBL com a existência do Senale, como parte de:

“(…) um desejo de autonomia com relação aos movimentos gay e feminista, expresso inclusive na criação de uma data própria de celebração da visibilidade (ou seria orgulho?) lésbica, não obstante o fato de que permaneçam participando de alguns dos fóruns comuns aos outros dois movimentos” (ALMEIDA, 2005: p. 59-60)

Dentre os documentos de seu acervo pessoal que Regina Facchini disponibilizou para essa pesquisa, há um relatório produzido por ela em 2004 para a Associação da Parada LGBT-SP acerca das atividades do Espaço B. Nele, encontramos informação segundo a qual, no I Encontro da LBL-SE em 2004, militantes bissexuais, ao reivindicarem essa identidade, foram

---

<sup>58</sup> O trabalho mais abrangente sobre a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais permanece a dissertação de mestrado de Maria Célia Orlato Selem, “A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica” (2007).

impedidas de participar do evento. Esse conflito foi levado a espaços nacionais da Liga e foi quando apareceu a primeira indicação de discutirem aprofundadamente a participação ou não de mulheres bissexuais na articulação. Há ainda a compilação de uma fala feita por Regina para o encontro nacional da LBL em 2004 sobre a inserção de bissexuais e mulheres transgêneras que tivessem relações com outras mulheres.

Nessa apresentação, Regina defende a inserção de mulheres bissexuais e mulheres transgêneras na LBL sob a perspectiva de alargar o sujeito político que se mobilizaria acerca da lesbianidade. Dentro de sua perspectiva de não criar um “gueto bissexual” (em suas palavras) apartado do resto do movimento LGBT, Regina argumentou que a LBL deveria ser mais do que aquelas que adotavam “lésbica” como sua identidade pessoal, permitindo-se incluir todas as mulheres que tivessem experiências sexuais e afetivas com outras mulheres.

A existência de tal debate desde praticamente a fundação da LBL, no começo dos anos 2000, situa a presença de mulheres bissexuais como sujeitos políticos que fizeram diversas reivindicações desde a emergência de um movimento de lésbicas separado do movimento LGBT em geral. Nesse sentido, a mudança de nome do Senale em 2010 e a mudança da sigla em 2014 podem ser vistas como soluções contemporâneas a uma questão em aberto há quase vinte anos.

Algumas ativistas do começo do século XXI, como Regina, possuíam um olhar de estranhamento em relação às identidades sexuais, situando-as como instrumentos importantes para a política, mas potencialmente perigosas ao serem capazes de engessar a pluralidade de experiências individuais ou limitar a atuação dos movimentos. As reivindicações das mulheres que se identificavam como bissexuais naquele contexto se concentravam mais em questões internas ao movimento, como a possibilidade de participar de espaços junto com mulheres lésbicas para discutir relações entre mulheres e as implicações de gênero na violência homofóbica. Questões ligadas ao reconhecimento e ao respeito pelas mulheres que se identificavam como bissexuais, como não associá-las à transmissão de ISTs e a interpretação de que não estariam “fora do armário” “de verdade”, também eram importantes.

Após mais de dez anos de movimento, o lugar das mulheres bissexuais e da bissexualidade no movimento LGBT em geral e nos espaços conjuntos com lésbicas em específico, ainda se coloca como uma questão em aberto. A LBL pode ser identificada como a organização que mais assumiu esse conflito de forma pública em suas contradições e limitações. Nesse sentido, a LBL e suas membras acabam ocupando um espaço extremamente conflitivo dentro do movimento de lésbicas e bissexuais. Por um lado, as mulheres bissexuais que participam ou participaram da LBL narram situações internas de violência simbólica e

apagamento, nas quais o espaço para elaborar sobre as pautas que diriam respeito especificamente a mulheres bissexuais seria mais formal do que efetivo. Por outro, ativistas lésbicas autônomas, de outras organizações e até mesmo membras da LBL apontariam pressões sofridas por assumirem uma pretensa postura de priorização das bissexuais em detrimento das lésbicas, como aparece na fala de Greta:

(...) a gente [LBL] ouviu muito “ah, as lésbicas estão oprimindo as bissexuais”, “ah, é um espaço só de bifobia, é um espaço...”. Ao mesmo tempo em que a gente ouviu de várias lésbicas dizendo “vocês estão apoiando a mudança do nome”, “vocês deram a rasteirada na mudança do nome”, ou seja, a gente fica meio, né? Algumas, eu me incluo aí, meio no limbo. (Greta)

Poderíamos utilizar os relatórios finais dos Senale como instrumentos para essa reflexão. Pois, se à primeira vista, eles passam a impressão de encontros onde as divergências foram ocorrências pontuais e as decisões foram tomadas de forma harmônica e “civilizada”, ao deixarem de fora os atritos e as concessões necessárias à produção do consenso, eles poderiam ser considerados exemplos vivos de um processo político onde a progressiva construção de acordos não exclui os conflitos, que se reatualizam no processo. Como Greta ressaltou,

Apesar de todas as divergências e conflitos, eu acho que conflito não necessariamente ele é ruim. A disputa política e identitária não necessariamente ela é ruim, ela é ruim quando você esvazia e aí você fica na briguinta da hierarquia de opressão, né? (Greta)

## 2.3 Movimentações bi

### 2.3.1 Aqueles que vieram antes

A entrevista com Regina desenhou um retrato da emergência da bissexualidade como uma identidade política no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Trajetória acadêmica e de ativismo se misturam de maneira singular em seus relatos. Os textos escritos pelo Coletivo Brasileiro de Bissexuais e o Espaço B que ela me disponibilizou e sobre os quais conversei comigo em entrevista trazem as marcas de reflexões teóricas que influenciavam as elaborações políticas dos ativistas bissexuais, que iam de citações ao Subcomandante Marcos, líder do movimento zapatista, à filósofa Judith Butler. A preocupação desses ativistas centrava-se muito mais em desconstruir preconceitos acerca da bissexualidade presentes em espaços partilhados com gays e lésbicas e ter sua participação como bissexuais reconhecida junto ao movimento LGBT do que em criar espaços exclusivos de bissexuais. As discussões que provocaram em diversos coletivos e esferas de mobilização da vida social pavimentaram muitos dos debates e concepções que existem hoje acerca de bissexuais e bissexualidade.

E a gente se colocava. A gente não dizia assim “a gente tá lutando pela gente”. A gente tá lutando por todos vocês, mas vocês vão nos reconhecer. (...) Então, a nossa linguagem era sempre essa, era sempre do “a gente não tá aqui pra lutar pela gente, mas a gente não quer se apagar”. A gente tá aqui junto, a gente veio pra somar, a gente não veio pra dividir, mas a gente tá aqui. (Regina)

O Espaço B, fortemente impulsionado, entre outros, por Regina, não era e nem se pretendia ser um espaço exclusivo de bissexuais, mas sim um espaço para falar da bissexualidade e de vivências fora da heteronormatividade. Regina, em entrevista, expressou de forma veemente e constante a preocupação de “não criar uma nova caixinha” a partir da bissexualidade, como ela sentia que eram outras identidades sexuais. O Espaço B, que existiu entre 2004 e 2008, funcionava como um espaço de formação política acerca da bissexualidade e de acolhimento de pessoas que participavam ou não de movimentos LGBT em São Paulo. A proposta era desfazer preconceitos sobre bissexuais e bissexualidade e produzir pautas políticas para os movimentos sociais. No relatório de atividades a que tive acesso, produzido em 2004, e na entrevista com Regina, fica destacada a importância desse espaço para possibilitar discussões sobre bissexualidade em coletivos e ONGs do movimento LGBT e em pautar a bissexualidade nos Encontros Paulistas GLBT e nos Encontros Brasileiros GLT.

O Espaço B não foi o único espaço de articulação que existiu naquele período com proposta similar. Regina destacou alguns ativistas que impulsionaram iniciativas semelhantes ao Espaço B ou que pautavam isolados a bissexualidade em outros coletivos políticos:

Tinha a Rosa de Oliveira no Nuances, já se afirmando como bissexual. (...) Tinha a Raquel no MoLeCa. Tinha o Rodrigo, no Identidade. No Estruturação tinha um grupo que era o Bis. O Bis era um grupo parecido com o Espaço B, só que o Bis era um grupo de bissexuais. Lá tinha a Alexandra Martins, que foi super companheira durante esse tempo inicial, porque era uma pessoa que também tava muito envolvida com isso, o Rodrigo lá do Identidade que eu já falei, tinha a Janaína Lima, que é uma ativista travesti. Mais reconhecida pela identidade dela de travesti do que de bissexual, mas ela também tava com a gente.

O disparador dessas movimentações teria sido a deliberação no XI Encontro Brasileiro GLT (ocorrido em São Paulo, em 2003) pela exclusão do termo “bissexuais” sob a argumentação de que “bissexuais” não seriam um segmento organizado e visível de fato como identidade. Diante disso, esses ativistas listados por ela, entre outros, se uniram para criar uma lista de e-mails chamada “Rede B”, onde trocavam experiências políticas e produziam formulações.

Embora tais iniciativas não tenham criado raízes em si mesmas na memória coletiva do movimento LGBT contemporâneo, considero que o trabalho desse grupo de ativistas no começo deste século foi fundamental para pavimentar o caminho daquelas e daqueles que vieram depois. As demandas de bissexuais sofreram poucas alterações de lá para cá, assim como o apagamento que experimentam nos movimentos LGBT. Para as *bi* com quem tive contato em

meu campo, identifiquei em suas falas muitas vezes ecos das trajetórias desses primeiros ativistas brasileiros que se organizaram a partir da bissexualidade como uma identidade política.

### 2.3.2 Bi-Sides

O grupo fechado do Facebook “Bi-Sides” funciona como fórum de debate, espaço de acolhimento e por vezes pólo de mobilização para 3741 pessoas<sup>59</sup> que se identificam com identidades dentro do guarda-chuva bissexual e com as mais diferentes identidades de gênero. Os administradores do grupo também gerenciam uma página de Facebook homônima, *curtida* por 4276 pessoas<sup>60</sup>, e há um grupo fechado menor, de 150 pessoas<sup>61</sup>, chamado “Coletivo Bi-Sides”, que congrega apenas aquelas e aqueles que se organizam politicamente em torno da bissexualidade. Esse grupo é menos ativo em publicações e debates do que o grupo amplo de bissexuais.

Os membros do Coletivo Bi-Sides mantêm um site, atualização do blog original fundado em 2009 por Daniela Furtado, que tinha inicialmente o intuito de traduzir material internacional sobre bissexuais e bissexualidade. Daniela iniciou o *blog* sozinha, de acordo com ela<sup>62</sup>, pois não conhecia nenhuma outra pessoa *bi* no Brasil e nem tinha inserção no movimento LGBT. Na Caminhada Lésbica e Bissexual de São Paulo, em 2010, conheceu Natasha Avital, após fazer uma fala sobre bissexualidade no carro de som. No mesmo dia, conheceu Regina, que também estava na Caminhada, e atuou brevemente como colaboradora do coletivo, em uma atividade que organizaram em São Carlos. Pouco depois Alex Tso se incorporou ao grupo e ele, Natasha e Daniela, passaram a atuar de forma coletiva no blog e, posteriormente, no grupo do Facebook. Sua atuação presencial se concentra na cidade de São Paulo e cidades próximas, como Campinas e São Carlos. Tradicionalmente, membros do Bi-Sides vão aos eventos públicos LGBT da cidade de São Paulo em grupos, por vezes de duas ou três pessoas, levando a bandeira azul, roxa e rosa, do orgulho bissexual.

Todas as mulheres bissexuais que participaram dessa pesquisa estão no grupo virtual do Bi-Sides e atribuem ao grupo um papel importante na formação política de militantes e ativistas

---

<sup>59</sup> Números de janeiro de 2018.

<sup>60</sup> *Idem*.

<sup>61</sup> *Idem*.

<sup>62</sup> Em conversas que tivemos online no começo de 2018, visto que Daniela reside atualmente na Argentina.

bissexuais, como elas mesmas. Foi no grupo amplo do Bi-Sides que algumas de minhas interlocutoras bissexuais encontraram outras pessoas bissexuais interessadas em organizar atividades referentes ao Mês da Visibilidade Bissexual, setembro, no ano de 2017. Logo após minha entrevista com Alyne, ficamos sentadas na laje de sua casa conversando sobre como seria legal se houvesse alguma atividade naquele setembro que se aproximava.

Alyne então, publicou um anúncio no mesmo dia no grupo Bi-Sides convocando pessoas da cidade do Rio de Janeiro e arredores para organizarem atividades de visibilidade. O resultado foi um grupo no WhatsApp com aproximadamente trinta pessoas de diferentes idades, perfis e localidades, que organizou uma roda de conversa na Cinelândia, para a qual fui convidada a fazer parte como *facilitadora*. Apesar de a roda de conversa não ser sobre bissexualidade feminina, apenas mulheres estavam à frente da organização e apenas mulheres fizeram falas como convidadas no dia do evento. Ironicamente, no dia de setembro em que estava marcada para acontecer a atividade sobre bissexualidade, foram agendadas mobilizações nacionais do movimento LGBT como um todo contra uma liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que autorizava psicólogos a tratarem a homossexualidade e a bissexualidade como distúrbios, realizando as chamadas “terapias de reversão sexual”, apelidadas popularmente de “cura gay”<sup>63</sup>. Como se fosse uma (re)encenação da história, as/os bissexuais consideraram que era melhor que sua reunião acontecesse logo após o ato, que se usasse o carro de som da manifestação para divulgar a atividade e que todos aqueles que estavam se programando para ir à atividade sobre bissexualidade fossem antes à manifestação do movimento LGBT.

A roda de conversa aconteceu em um canto da Cinelândia, as pessoas sentaram-se em alguns bancos de praça, canteiros de plantas e em cangas e bandeiras no chão. Aproximadamente vinte pessoas se encontravam no espaço. Em sua maioria, eram rostos jovens, entre vinte e trinta e poucos anos, mulheres e pessoas brancas. Muitas também tinham relações com espaços acadêmicos, algumas relataram que – como eu – foram buscar em pesquisas no campo de estudos de gênero e sexualidade caminhos para questões com as quais se defrontavam em seu cotidiano como bissexuais.

Enquanto conversávamos sobre quais seriam as nossas pautas e o que gostaríamos que acontecesse com aquele grupo de bissexuais dali em diante, o barulho das batucadas no fim do ato e das falas no carro de som permaneciam. Dentre as falas, apareciam principalmente dois

---

<sup>63</sup> Para mais sobre a manifestação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, é possível consultar jornais do período, com matérias similares a esta do G1: “Ato contra a Cura Gay interdita as ruas do Centro do Rio: manifestação começou às 17h na Alerj e percorreu outras vias da região”, disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ato-contra-a-cura-gay-interdita-ruas-do-centro-do-rio.ghtml>> (acesso em abril de 2018).

perfis: pessoas organizadas em coletivos políticos, como a LBL e o RUA-Juventude Anticapitalista, e pessoas cujo contato com a organização política girava principalmente em torno do Bi-Sides e que viam naquele espaço uma possibilidade de criar algo centrado na bissexualidade. Os temas discutidos na roda foram a escassez de pesquisas no Brasil sobre bissexuais e bissexualidade, relatos de experiência enquanto bissexuais e “saúde mental”, por exemplo.

A partir de setembro de 2016, houve um ascenso de atividades pelo Brasil por conta do Mês da Visibilidade Bissexual. Algumas de minhas entrevistadas atribuíram ao 9º Senalesbi, em Teresina, a vontade de realizarem atividades em seus estados. Algumas dessas atividades foram rodas pontuais como essa de que participei no Rio de Janeiro, outras, como a Primavera Bissexual em São Paulo, que surgiu em 2016, se estenderam pelo mês. O Coletivo Primavera Bissexual organizou em 23 de setembro de 2017 a 1ª Caminhada do Orgulho e Visibilidade Bissexual, além de debates e atividades lúdicas como um piquenique.

Foi-me informado por Pérola que um coletivo de pessoas bissexuais havia começado a se reunir em setembro de 2017 em sua cidade. Pérola esteve em suas reuniões e me contou sobre a organização de eventos de Visibilidade Bissexual naquele setembro. Não é um coletivo exclusivo para mulheres, podendo participar dele qualquer pessoa que identifique sua orientação sexual com um termo dentro do “guarda-chuva bissexual”. O surgimento do coletivo foi narrado como uma felicidade para Pérola, que declarou em entrevista estar há muito tempo esperando “(...) não passivamente, uma condição sócio-histórica mais favorável pra criação do movimento [de bissexuais]”.

### 2.3.3 Coletivo BIL

A partir da saída de Fernanda da LBL, em junho de 2013, foi fundado em Ipatinga, Vale do Aço de Minas Gerais, o Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas, Coletivo BIL. A inversão da ordem clássica de “lésbicas e bissexuais” para “bissexuais e lésbicas” foi proposital, como forma de demarcar que, naquele coletivo, as bissexuais e a bissexualidade não seriam um adendo à existência e às pautas das mulheres lésbicas. Segundo relatou, já havia participado de Conferências Nacionais LGBT e era reconhecida por quadros técnicos da Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres (SPM), além de ter contato com figuras de destaque da LBL, no mesmo ano de sua fundação, o Coletivo BIL foi convidado a participar de uma oficina de



atenção à saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais organizada pela Secretaria e, pouco depois, da Comissão Organizadora do 8º Senale (2014). Fernanda e o Coletivo se retiraram da Comissão Organizadora durante a preparação para o 8º Senale, diante da percepção de que não haveria espaço no evento para debates sobre a bissexualidade. Segundo ela,

A gente saiu, num determinado momento, dessa organização do seminário. E também, como eu já tinha conhecido o Bi-Sides, enfim, eu tive acesso àquela “Carta a uma amiga bissexual”, que a Regina Facchini e outras companheiras tinham feito no seminário anterior. A única referência que eu tinha mais concreta acerca da pauta da bissexualidade no Senale era essa, essa carta que eu tinha lido. E da minha experiência também no movimento que se faz, de lésbicas e bissexuais, que sempre foi de muito apagamento. Não necessariamente muita violência, mas muito apagamento. (Fernanda)

A pedido de integrantes da LBL do Rio Grande do Sul, que estavam à frente da organização do 8º Senale, o Coletivo BIL retornou à Comissão Organizadora durante o Senale. O pedido da LBL-RS se deu porque algumas das ONGs e coletivos que haviam se comprometido a participar dessa tarefa organizativa não foram ao Senale ou foram com menos pessoas do que o necessário. A relação do Coletivo BIL com o Senalesbi continua próxima e conflituosa, especialmente após Fernanda ter ocupado um papel de destaque na alteração da sigla do seminário e ter continuado a se posicionar de forma pública e incisiva pela visibilização da participação de bissexuais e na denúncia de situações de bifobia ocorridas naquele seminário e no próximo.

Talvez essa “condição sócio-histórica” de que Pérola falou tenha chegado, talvez o momento em que vivemos seja pontual. O que fica explícito, em minha percepção, é que as bissexuais estão progressivamente se articulando e provocando mudanças nos espaços políticos que ocupam, como, no exemplo central dessa dissertação, alterar o nome e a sigla do que até então era “o maior encontro de lésbicas do Brasil” e tornando-o formalmente um espaço para mulheres bissexuais também. No capítulo a seguir, me debruçarei sobre o processo de mudança Senale-Senalesbi e as tensões e os desconfortos relatados por minhas interlocutoras.

### 3 “NA CAPA DO LIVRO”: AS *BI* PROVOCAM MUDANÇAS

“É bem difícil você pedir a alguém que fale a vida inteira sobre o outro e que nunca possa falar de si mesmo.” (Regina)

Em entrevista, Greta, ao me contar sobre as expectativas das mulheres bissexuais que ela conheceu no movimento feminista e LGBT, mencionou a seguinte expressão: “eu já ouvi de pessoas diferentes dizer ‘a gente não quer só tá dentro do livro, a gente quer tá na capa do livro também’” (Greta). Neste capítulo, discuto as demandas das mulheres bissexuais que participaram do processo de mudança de nome e da sigla do Senale/Senalesbi e a forma como elas lutaram para, nas palavras de Regina, poder passar a falar de si mesmas.

#### 3.1 Carta a uma amiga bissexual

Produzida em maio de 2010 pelas mãos de Tatiana Maurano, Fabiana Karine de Jesus<sup>64</sup> e Regina Facchini, a “Carta a uma amiga bissexual” apresenta algumas impressões sobre o 7º Senale, em forma de texto curto e informal. Tatiana – que à época fazia parte da ONG CASVI<sup>65</sup> - esteve presente no 7º Senale e, ao fim dele, entrou em contato com Regina e Fabiana para relatar suas percepções sobre o evento. As três decidiram, então, transformar seu diálogo em carta pública, com fins de divulgar os problemas que identificavam na participação de mulheres bissexuais no movimento com lésbicas, em específico, e LGBT em geral.

A carta é um retrato poderoso de diversas construções sobre “a bissexual” já abordadas nessa dissertação, em especial no capítulo 1. O texto descreve cenas como “Ver pessoas até engasgar na hora de falar ‘bissexualidade’ ou falando simplesmente *pro forma* e quando levanto para falar, vem aquele sentimento de alguém falando: ‘lá vem aquela de novo dizer que é bissexual’”. Alguns desses aspectos são narrativas de sentimentos de isolamento, apagamento e solidão. As autoras falam também da contradição percebida entre identificar as bissexuais

<sup>64</sup> Ativista carioca feminista e da saúde, que já foi inclusive objeto de homenagem na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em 2011, através de uma Moção de Louvor e Reconhecimento (MOÇÃO Nº 29926/2011) solicitada pela vereadora Tania Bastos (Partido Republicano Brasileiro - PRB) por sua atuação no Fórum de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, realizada na III Conferência Municipal das Mulheres do Rio de Janeiro, em agosto de 2011.

<sup>65</sup> A Organização Não Governamental Centro de Apoio e Solidariedade à Vida define-se em seu site oficial como “(...) [uma ONG] de direitos humanos com enfoque na sexualidade, fundada em 1992, inicialmente com o objetivo de prestar assistência os portadores do vírus HIV (sintomáticos e não sintomáticos), disponibilizando distribuição de cestas básicas, assistência psicossocial e jurídica quando demandadas, e realização de atividades de integração entre os seus associados”. Disponível em <<http://www.corais.org/casvi/>>. Acessado em fevereiro de 2018.

como um “hospedeiro da aids”, que a transmitiria para as lésbicas, mas não se pesquisar a “saúde de bissexuais”. No texto, elas definem a bissexualidade como “um nome que damos para a nossa incapacidade de nos sentirmos confortáveis na distinção entre heterossexualidade e homossexualidade”. Na Carta, a alteração do nome do Senale para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais é mencionada brevemente, sob uma perspectiva crítica, caracterizando essa alteração como algo “meio perverso”, já que não haveria um espaço real para a discussão sobre pautas referentes a bissexuais e bissexualidade.

Considero esse um documento muito importante na construção da memória sobre a participação de mulheres bissexuais não apenas no Senale/Senalesbi, mas no movimento LGBT e feminista como um todo. É um dos textos que mostra a persistência ao longo dos anos das demandas de mulheres bissexuais no Senale e o quão pouco esses conflitos se modificaram desde então.

### 3.2 Senalesbi: lésbicas-e-bissexuais em foco

Como relatado no capítulo anterior, em 2014 o Senale mudou sua sigla para Senalesbi. No entanto, o seminário mudou de nome em 2010 para “Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais”. Como é possível perceber lendo o seu Caderno de Resoluções, essa mudança não foi originalmente incorporada pelas organizadoras do evento de 2014, que tiveram de alterar a arte referente ao nome do Seminário e a temática dele na capa do Caderno, mantendo a versão original na folha de rosto, logo abaixo da lista com os nomes das organizadoras e os coletivos políticos a que são filiadas. A temática original do encontro era “LESBIANIDADES E FEMINISMOS: Enfrentando o machismo, o racismo e a lesbofobia” (a caixa alta estava presente no material original e foi mantida aqui por fidelidade à fonte), sendo transformado em “Lesbianidades, bissexualidades e feminismos: Enfrentando o Machismo, o Racismo, a Lesbofobia, a Bifobia e a Transfobia”.

A menção à mudança do nome do seminário na “Carta de Porto Velho” (2010) é sumária e não nos fornece nenhuma pista de como e quem a provocou. Na maior parte das entrevistas e dos relatos encontrados no campo sobre o Senale/Senalesbi, também não se marca 2010 como o momento da mudança, mesmo entre aquelas que estavam presentes no Senale de Porto Velho. Dentre as minhas interlocutoras que estiveram no 7º Senale (2010), Alyne descreve sua participação nele como isolada de outras bissexuais, cujo reconhecimento acontecia

pontualmente em diálogos informais fora de espaços políticos do seminário. Greta se refere à participação das bissexuais no Senale de Porto Velho como “não tão organizada” quanto os dois Senalesbis seguintes e não menciona em sua entrevista a mudança no nome do Senale. Para Virgínia, foi neste Senale em que ela começou a notar mulheres bissexuais se identificando politicamente como tal e também não fez nenhuma referência à inclusão de “e Mulheres Bissexuais” logo após “Seminário Nacional de Lésbicas”. Não encontrei pistas de quem se organizou para realizar essa mudança ou como foi esse processo. O não-dito também é uma forma de discurso. Em seu trabalho “Memória, esquecimento e silêncio”, Pollak (1989) define os “não-ditos” como zonas de sombra da memória coletiva, entre o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente.

O ano de 2010 precede imediatamente o período de reorganização que o feminismo viveu no Brasil e no mundo nos últimos anos, com a inserção de mulheres jovens, de universitárias, de bissexuais (que podem ou não compartilhar essas características). De todo modo, como quer que tenha sido feita essa mudança, não apenas ela não criou raízes na memória e no imaginário das bissexuais que propuseram a alteração da sigla em 2014 como não gerou impacto na organização do Senale de Porto Alegre, que não previa nenhuma discussão sobre bissexualidade e bissexuais.

Esse apagamento inicial da pauta do 8º Senale (2014) acerca da bissexualidade não se deu sem conflito, conforme apreendido em minhas entrevistas. O Coletivo BIL foi convidado para integrar a comissão organizadora do 8º Senale e a representante escolhida para participar do processo foi Fernanda, que se identifica como bissexual. No entanto, como já relatado, ela e o Coletivo BIL se retiraram da organização por não sentirem que havia espaço para tratar, de fato, do tema da bissexualidade. Em seguida, o BIL foi reincorporado à Comissão Organizadora no primeiro dia do seminário.

As memórias individuais de minhas interlocutoras sobre o Senalesbi de Porto Alegre (2014) e o de Teresina (2016) reforçam a versão oficial relativa ao ascenso da participação e da organização de mulheres bissexuais nestes. As “rachaduras” na incorporação da memória coletiva apareceram principalmente quando pedi para narrarem o que sabiam ou lembravam do Grupo de Trabalho de Bissexualidade e a Plenária Final do Senalesbi de Porto Alegre. O papel das jovens nos dois Senalesbis foi enfatizado em todas as minhas entrevistas de formas diferentes. Uma das marcas da presença jovem no 8º Senalesbi inclusive na organização do evento foi a estratégia diferente de hospedagem das participantes do encontro. Conforme descrito no Relatório de Atividades produzido pelas organizadoras e por minhas interlocutoras que participaram dessa tarefa em 2014, os Senales anteriores disponibilizavam vagas em hotéis

e nas casas de ativistas lésbicas da cidade onde o encontro fosse sediado. Em 2014, no entanto, as organizadoras disponibilizaram um ginásio onde foi realizado um esquema de acantonamento para aquelas que trouxeram barracas e colchões. Com isso, o número de mulheres que moravam em outras cidades do Rio Grande do Sul e que participaram informalmente dos espaços daquele Senalesbi aumentou em relação aos anteriores.

A participação de Alyne no Senalesbi de Porto Alegre foi muito marcada pela questão da juventude, unindo tanto lésbicas quanto bissexuais, especialmente em relação a uma situação que foi identificada por elas como assédio sexual. Em um momento recreativo, um grupo de mulheres, formado principalmente por jovens, iniciou uma brincadeira que envolvia as perdedoras tirarem peças de roupa. Nisso, uma mulher mais velha e respeitada no movimento, com cargo governamental, começou a tirar fotos das participantes seminuas sem o consentimento delas e se recusou a apagar as fotos quando solicitada. A traição das expectativas de um lugar seguro, uma vez retirada a presença dos homens e sendo um encontro com raízes no feminismo, aparece explícita em uma frase dita por ela na entrevista: “Só que a gente tá num espaço de mulheres, a gente tá num espaço político e tal, a gente nunca pensou que, naquele espaço, ia haver uma violência daquelas” (Alyne). A ideia de que mulheres não são “naturalmente” agentes violentos, seja em violência doméstica, física, sexual, é amplamente difundida nos movimentos feministas das mais diversas correntes. Confrontadas com a violência perpetrada por outra mulher, uma que elas identificavam como “representante do Estado”, as jovens se reuniram para realizar um “escracho”<sup>66</sup> na plenária final do Senale e para produzir a Carta da Juventude. Alyne, no entanto, não participou da redação da Carta. O “escracho” consistiu de as jovens levarem para a plenária final cartazes contra o assédio sexual e tirarem suas blusas, ficando apenas de sutiã ou com os seios nus. Pérola se recorda dessa manifestação na plenária final, tendo retirado também a sua blusa e ficado apenas de sutiã. No entanto, apesar de declarar ter participado da revisão final da Carta da Juventude e de localizar essa manifestação como parte de um conflito geracional dentro do Senale, Pérola descreveu a plenária final como confusa, “muita coisa junto” (Pérola).

O que coesionou as bissexuais como um grupamento político dentro do Senale teria sido uma carta lida por Fernanda em uma plenária do segundo dia do encontro. Esse fato foi mencionado pela própria e por outras entrevistadas (que se referiram a ela pelo nome ou como

---

<sup>66</sup> Forma de manifestação política comum no movimento feminista jovem, onde se promove o constrangimento público de alguém ou alguma instituição. Para mais, ver o artigo de Carla Gomes e Bila Sorj (2014) sobre a Marcha das Vadias e a dissertação de mestrado de Leticia Ribeiro (2016), “Somos todas vadias? Igualdade, diferença e política feminista a partir da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro”.

“a moça do Coletivo BIL”). A carta, que falava do apagamento da bissexualidade nos espaços do movimento LGBT e da importância da luta em conjunto das bissexuais com as lésbicas, foi escrita por uma amiga de Fernanda, também bissexual, que não pudera ir ao encontro. Ananda se referiu a essa carta como o primeiro momento em que ela percebeu o desconforto de mulheres bissexuais em participar dos Senales e identificou sentimentos de “Talvez ressentimento, mágoa, (...) uma carga muito grande de ressentimento (...)” (Ananda) no texto da carta. Essa dinâmica é curiosamente similar à produção da Carta a Uma Amiga Bissexual (2010), porém com resultados diferentes. A leitura da carta disparou um debate nesta plenária, sobre bifobia e a presença de bissexuais no seminário, que culminou na deliberação da criação de um Grupo de Trabalho para discutir bissexualidade.

Fernanda me disponibilizou uma cópia da relatoria que ela produziu durante o GT. Na cópia há uma lista de presença contando 13 mulheres. Oito delas se identificavam como bissexuais, três como lésbicas (uma delas usa a definição “está lésbica”), uma heterossexual e uma que não indicou nenhuma identidade sexual em sua apresentação ou falas. Duas bissexuais e duas lésbicas eram integrantes da LBL, uma bissexual se apresentou como membra da ABL, há uma bissexual que estava na Rede Afro LGBT e uma bissexual integrante da Marcha Mundial de Mulheres. Quatro das mulheres presentes eram mineiras, três baianas, uma cearense, duas paraenses e duas gaúchas. A lista, no entanto, deve estar incompleta, visto que o nome de Alyne não aparece.

De todo modo, essa relatoria acompanha principalmente as propostas feitas pelas integrantes do GT e as discussões principais que surgiram nele, como a existência ou não de bifobia e se bissexuais sofreriam “mais” ou “menos” do que lésbicas. Uma das participantes do GT, que Pérola descreveu como “branca burguesa”, argumentou que não haveria pautas específicas de mulheres bissexuais, baseado na sua experiência pessoal de aceitação familiar e ausência de situações que identificasse como violências associadas ao fato de ser bissexual.

### 3.3 E bifobia existe?

A discussão sobre *o que é* a “bifobia” e mesmo se ela existe é um dos pontos de tensão dentro do movimento LGBT e especialmente entre lésbicas e bissexuais. Nas páginas a seguir, levanto algumas questões sobre o conceito de “bifobia”. A partir proposição de que a heteronormatividade, violência e as pressões sociais atingiriam de formas específicas diferentes segmentos da *comunidade* LGBT e que o termo “homofobia” não daria conta de expressar essas

variáveis surge no movimento LGBT originalmente entre lésbicas a proposição do termo “lesbofobia” e, posteriormente, entre travestis e transexuais, de “transfobia”.

A inclusão de bifobia nas formulações sobre comunidade LGBT pode ser remontada à Conferência Nacional LGBT de 2011, a partir da mobilização de ativistas (incluindo Regina) que se encontravam presentes na Conferência e se organizaram para a inclusão do termo nas deliberações que se referiam à homofobia, lesbofobia e transfobia. Inclusão essa, segundo relatos do campo, motivada com o intuito de enfrentar uma reiteração do apagamento vivido pelos bissexuais no movimento LGBT e que ganharia “oficialidade”, com a não inclusão do termo nos documentos da política LGBT

Porém, o que é a homofobia, o que são essas especificidades e por que haveria a necessidade de um termo específico para bissexuais? No artigo “*Beyond ‘Homophobia’: Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in the Twenty-First Century*”, Gregory Herek (2004) apresenta as origens do termo “homofobia” e algumas de suas problemáticas ou limitações. Originalmente cunhado por um psicólogo norte-americano e incorporado no léxico da política por amigos seus ativistas gays, “homofobia” se tornou globalizado e multifacetado nos últimos quarenta anos. Alguns dos argumentos apresentados por Herek (2004) em relação às limitações do termo “homofobia” são de que o termo normalmente é pensado em relação a homens gays e não dá conta de explicar as vivências de mulheres lésbicas, “homofobia” também não se enquadraria nos parâmetros de uma fobia, de acordo com o DSM<sup>67</sup>, e não funcionaria como uma patologia individual. Essas problematizações não são levantadas, no entanto, para invalidar o uso do termo ou enfraquecê-lo, mas sim prover seu uso e sua história de uma dimensão crítica.

As identidades sexuais e de gênero são profundamente dinâmicas e situacionais e a variável constante nessa equação é a heteronormatividade. Assim, considero que os termos específicos produzidos para falar das diferentes formas de violência contra segmentos da chamada “população LGBT” são politicamente importantes em uma perspectiva interseccional, permitindo visibilizar experiências e impactos diferentes e até mesmo problemáticas internas à *comunidade*, como o já discutido apagamento da bissexualidade. Reconhecendo, no entanto, que a questão não se resolve tão simplesmente e que a ausência ou não de violência que

---

<sup>67</sup> “*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*”, publicado pela primeira vez em 1952, encontra-se em sua quinta edição (2013), é um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e diretrizes de tratamento. Para mais, pode-se consultar o próprio site oficial do DSM, disponível em <<https://dsm.psychiatryonline.org/doi/book/10.1176/appi.books.9780890425596>>. Acessado em fevereiro de 2018.

bissexuais sofreriam dentro da sociedade é um elemento-chave nessa discussão, endereço nos próximos parágrafos alguns aspectos que concernem essa matéria.

Estudos de vitimização e números de morte são utilizados como ferramentas centrais por movimentos LGBT no mundo todo como argumento de que o problema seria profundo, complexo e urgente. No Brasil, o maior produtor dessas estatísticas tem sido o Grupo Gay da Bahia (GGB), que compila mortes de “homossexuais”, situando o Brasil como “o país que mais mata LGBT no mundo”. Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004a; 2004b) realizaram uma pesquisa levantando mortes que aglomeraram na categoria “homossexuais” (que, na época, englobava travestis e homens que fazem sexo com homens) a partir de matérias de jornais e Registros de Ocorrência na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980. Seu estudo detalhado levanta diversas questões acerca dos discursos produzidos por movimentos sociais sobre o índice de mortes de “homossexuais” no Brasil. Além de retratarem que a maioria dos casos não se enquadrava na imagem de estranhos que atacam nas ruas pessoas cuja identidade de gênero ou orientação sexual é “visível”, por motivação de puro ódio, os autores trazem outros pontos. Por exemplo, de tais dados não servirem para retratar estatísticas femininas ou de não serem capazes de incluir um retrato mais amplo do conceito de “violência”, limitando-se apenas aos casos fatais.

Além de haver a questão já levantada por Carrara e Vianna (2004a, 2004b), pesquisas sobre vivências de mulheres que se identificam como lésbicas ou mulheres que se relacionam com mulheres (ALMEIDA, 2005; HOWE, 2013; MASON, 2001) trazem o dado de que a violência contra mulheres raramente acontece em espaços públicos, realizada por estranhos em ataques aleatórios, se concretizando principalmente em esferas íntimas por agressores conhecidos das vítimas, levanto duas outras problemáticas. Como uma ativista negra, feminista e trans colocou na roda de conversa sobre visibilidade bissexual de que participei em setembro de 2017, até recentemente (e, de certo modo, ainda hoje) não se considerava que pessoas trans pudessem fazer parte da comunidade LGBT além do T. Toda a sua existência era definida pela transexualidade. Dessa forma, os números de vitimizações fatais de pessoas trans também obedecem essa lógica, registrando apenas a transexualidade e não averiguando se essas pessoas eram heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais.

A segunda problemática pode ser localizada a partir da noção de Kenji Yoshino de apagamento epistêmico da bissexualidade, onde todas as vivências afetivas e/ou sexuais são sempre enquadradas em uma perspectiva binária. Por exemplo, mulheres em relacionamentos estáveis com homens que são assassinadas por seus parceiros entram nas estatísticas de feminicídio, não se averiguando qual era o histórico de relacionamentos delas ou qual sua



identidade sexual. Exceto em casos hipotéticos onde essas mulheres se posicionassem publicamente como ativistas bissexuais e suas mortes fossem sentidas e publicizadas pela *comunidade* LGBT, sua orientação presumida seria heterossexual. Considerando os dados referentes aos Estados Unidos do estudo de Mikel L. Walters, Jieru Chen e Matthew J. Breiding (2010), onde mulheres bissexuais relatam maior incidência de violência doméstica em relacionamentos com homens do que mulheres heterossexuais, poder-se-ia ecoar o questionamento das pessoas trans diante dos dados do GGB e perguntar se os números de feminicídio não são, então, inflacionados pelas mortes de mulheres bissexuais.

Ao ser definida por ativistas e militantes bissexuais, “bifobia” é enquadrada comumente em duas chaves: para descrever qualquer forma de vitimização sofrida por pessoas bissexuais, mesmo aquelas que sejam análogas a violências sofridas por gays ou lésbicas; ou para descrever formas de violência específica contra bissexuais, como a noção de “ponte bissexual” do HIV. Essas duas formas apareceram em meu campo muitas vezes de modo intercambiável nas falas de minhas entrevistadas. O ponto em comum das definições de bifobia entre minhas entrevistadas é que esta estaria situada como uma *opressão*, tão séria e profunda quanto o machismo, o racismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. Diante disso, evoco um parágrafo de Robyn Ochs em seu texto “*Biphobia*”:

*Visible bisexuals, like visible lesbians and gay men, may be targeted for discrimination. If theories of the “lesser oppression” of bisexuals were to hold true, the bisexual teacher whose sexual orientation has been disclosed would merely be reduced to half-time employment, and the bisexual individual being targeted by homophobic teens would get only half-gay bashed (punched and kicked half as many times, or perhaps half as hard?). Homophobia and biphobia inevitably intersect through the common experience of discrimination. To the bigot, we are all alike. (...) In summary, we are all oppressed, and we can all be targeted. Whether the cause of this oppression is called homophobia or biphobia, it hurts everyone. (OCHS, 2005)<sup>68</sup>*

### 3.4 De volta ao Senalesbi e à organização das bissexuais

---

<sup>68</sup> “Bissexuais visíveis, como lésbicas e gays visíveis, podem ser alvo de discriminação. Se as teorias de ‘menos opressão’ de bissexuais se sustentassem como verdade, o/a professor/a bissexual cuja orientação sexual foi exposta seria meramente submetido a um emprego de meio-período e o indivíduo bissexual feito de alvo por adolescentes homofóbicos sofreria apenas meia-violência (socado e chutado apenas metade das vezes ou talvez com metade da força?). Homofobia e bifobia inevitavelmente se interseccionam através da experiência comum de discriminação. Para o preconceituoso, nós somos todos iguais. (...) Em resumo, nós somos todos oprimidos e todos podemos virar alvos. Não importando se a causa dessa opressão é chamada de homofobia ou bifobia, ela machuca todo mundo.” [livre tradução].

Ao fim do GT sobre bissexualidade, tendo-se chegado à conclusão de que era importante reforçar e visibilizar a participação de mulheres bissexuais nos Senales e que a mudança do nome no 7º Senale não tinha sido o suficiente para provocar esse impacto, as participantes deliberaram levar como proposta à plenária final a alteração da sigla para Senalebi. Pérola foi contra essa mudança, pois à época estava convencida de que era um esforço infrutífero das bissexuais em relação ao Senale, mas não se manifestou contrária à proposta na plenária final por considerar que era mais importante se alinhar com as bissexuais que estavam propondo a alteração do que demarcar sua divergência.

A plenária final foi unanimemente descrita como um momento bastante confuso, especialmente no que tangenciou mudar a sigla do Senale e reconhecer de fato a mudança de nome ocorrida em 2010. A sigla aprovada foi Senalesbi, uma negociação das bissexuais com parte das lésbicas pelo apoio à alteração. Fernanda identificou essa alteração como uma forma de não identificar tanto assim as bissexuais na sigla. Em suas palavras: “E foi alterada na plenária final pra tentar uma negociação com as lésbicas que estavam insatisfeitas com o Senalebi, porque ‘lesbi’ é quase ‘lésbica’, né?” (Fernanda). De acordo com Greta, a proposta de mudança da sigla foi votada e reaberta para votação cinco vezes, no meio de gritos e acusações. Por diversas vezes, participantes da plenária alegaram ter “questões de ordem” - um recurso dos movimentos sociais para se referir a problemas na metodologia dos espaços, que pula a ordem das inscrições de falas, devendo ser atendidas imediatamente - para fazer defesas de posição contrária à alteração da sigla. Os votos referentes a essa deliberação precisaram ser contados um a um e a vitória foi apertada. O contraste entre a felicidade a maioria das bissexuais em conquistar o que elas consideraram uma vitória no reconhecimento de sua participação com a frustração de parte das lésbicas é sintetizado por Fernanda dessa forma:

A gente teve que contar os votos, no final foi um momento catártico, com uma companheira puxando “eu beijo homem, beijo mulher, sou feminista pra beijar quem eu quiser” e tal e outras companheiras dizendo que a gente tinha acabado com o Senale, acabado com a história do Senale. (Fernanda)

A questão geracional aparece novamente na caracterização do grupo de ativistas que ficaram descontentes com a alteração da sigla para Senalesbi, descritas por todas as interlocutoras em meu campo como sendo em sua maioria “ativistas históricas” ou “as mais velhas”. O ponto principal evocado nas falas contrárias à alteração da sigla era de necessidade de uma “preservação histórica”, uma tradição que se perderia com a alteração. De outro lado, as bissexuais que se colocaram à frente desse processo e as lésbicas que se aliaram a elas em sua proposta lembravam que não apenas não estavam propondo um apagamento do passado como a alteração de siglas não é algo novo no movimento LGBT. Em verdade, as próprias

lésbicas organizadas mais de uma vez já se mobilizaram para alterá-las, como lembra Fernanda “As siglas tão aí pra mudar. O próprio movimento era GLBT, a luta das lésbicas fez alterar. Isso não mudou a história. Não houve uma ruptura” (Fernanda).

Há aquelas, identificadas como as “parte das ativistas históricas” e as “próximas ao feminismo radical”, que acreditam que o seminário deveria voltar a se chamar “Seminário Nacional de Lésbicas”, sem nenhuma concessão às bissexuais. Algumas propostas dessas mulheres para a organização de mulheres bissexuais são de que as *bi* continuem organizadas no Senale, mas sem protagonismo, ou que se separem das lésbicas e criem um espaço exclusivo para bissexuais. Essas posições reapareceram no Senalesbi de Teresina, com menos força do que em Porto Alegre. Houve uma terceira proposta, que apareceu pontualmente na plenária final de Porto Alegre, de o encontro passar a ter duas nomeações, mantendo Senale e acrescentando Senalesbi. Assim, o encontro em Teresina seria o 9º Senale e o 2º Senalesbi. Essa proposta foi rejeitada por ser considerada, além de confusa, uma inclusão artificial das bissexuais:

“E aí tinha uma proposta muito bizarra de que a gente colocasse que a próxima edição, de 2016, fosse, eu não lembro qual que era o número, mas, tipo assim, o 5º Senale e o 2º Senalesbi. Que eu achei uma proposta indecente. Porque dentro do Senalesbi tem lésbicas, então seria dar continuidade ao Seminário de Lésbicas e fazer a segunda edição do Seminário de Lésbicas e Bissexuais. (...) Dessa discussão muito difícil, a gente entendeu coletivamente com as lésbicas que continuar a contagem como Senalesbi era uma reparação histórica pras bissexuais, porque as bissexuais sempre estiveram com as lésbicas na luta contra a lesbofobia. E sem poder trabalhar as suas próprias questões.” (Pérola)

Algumas das mulheres que entrevistei citaram a pesquisadora, poeta e ativista lésbica e negra Ana Carla Lemos como alguém que se manifestou no 9º Senalesbi de modo descontente com a alteração do nome e da sigla do seminário. Ana Carla Lemos formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e publicou um trabalho baseado em sua observação participante justamente no 8º Senalesbi. O artigo de dezessete páginas, “Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas”, centra-se principalmente em discutir o assunto pelo aparecimento da proposta na plenária final do encontro, na seguinte passagem:

Uma proposta que foi inovadora e bastante polêmica foi à mudança do nome do SENALE para SENALESBI, para agregar as mulheres bissexuais visto que **elas têm participado do processo do VI SENALE em diante, pois antes, as lésbicas incluíam o nome das mulheres bissexuais para dar visibilidade, mas não havia o sujeito político** para ter voz dentro deste espaço de poder e construção política. Durante a plenária final, esta proposta causou muitas falas e inquietações, entendendo que o espaço do SENALE **é um espaço legítimo e de afirmação política das lésbicas. Durante 10 (dez) anos o evento sempre aconteceu com este intuito, mas agora há reivindicação do protagonismo, também, pelas mulheres bissexuais.** Há quem entendesse como legítimo, visto que a proposta foi aprovada, mas há também quem discordasse, pois pelo caráter histórico do nome e em respeito das pessoas que construíram e pelo reconhecimento político nacional. A proposta foi

aprovada pelas presentes, **visto que muitas já haviam ido embora**, pois era o último dia do evento para aprovação de todas as propostas. (LEMOS, 2016) [grifos meus].

Os “não-ditos” (POLLAK, 1989) sobre a participação de mulheres bissexuais criam sombras compridas no trabalho de Lemos (2016). Embora Lemos (2016) se refira como o 6º Senale ocorrido em Recife (PE) no ano de 2006 como o momento em que as mulheres bissexuais surgem no cenário político, embora não como sujeito organizado, sendo incluídas nominalmente pelas mulheres lésbicas “para dar visibilidade” (LEMOS, 2016), os dados coletados não corroboram sua afirmação. As intrincadas relações políticas entre as identidades “bissexual” e “lésbica” aparecem anteriormente ao 6º Senale, como se pode observar na fala realizada por Regina em 2004, no I Encontro da LBL, “Contribuição para a mesa: ‘O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL’”<sup>69</sup>.

É baseado em questionamentos similares à análise de Lemos, que a alteração de Senale para Senalesbi só haveria sido aprovada na plenária final do 8º seminário porque “muitas já haviam ido embora” (LEMOS, 2016), de que a discussão sobre a alteração do nome e da sigla do seminário foi reaberta no Senalesbi de Teresina, em 2016. O 9º Senalesbi (2016) aconteceu em um período de grandes convulsões políticas e sociais no Brasil e a “Carta de Teresina” reflete o sentimento das participantes do encontro de resistirem aos retrocessos vividos no país. Diversos temas são abordados na carta, que se dedica pouco às questões internas ao seminário que não se encontravam e não se encontram pacificadas. As tensões ligadas à alteração da sigla do Senale para Senalesbi e a participação de mulheres bissexuais nos seminários aparecem quase em código na Carta de Teresina, no seguinte ponto:

RECONHECEMOS que no processo histórico de construção dos seminários nacionais de lésbicas, as mulheres bissexuais sempre estiveram na luta e presentes e portanto, é necessário reconhecer a invisibilidade histórica das companheiras bissexuais e REAFIRMAMOS que seguimos na construção da memória e da verdade pela continuidade dos SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais que REAFIRMAMOS como sendo o espaço legítimo e autônomo de planejamento, articulação e deliberação dos Movimentos de Lésbicas e Bissexuais no Brasil. (Anexo II (e). grifos das autoras)

A necessidade de afirmação da presença de mulheres bissexuais, sua “invisibilidade histórica” e a “construção da memória e da verdade” mostram que o debate sobre quem é o sujeito político do Seminário está em aberto e produz conflitos. O Seminário de 2014, que mudou a sigla para Senalesbi, aparece, portanto, como um momento privilegiado para, através dos documentos produzidos pelas organizadoras e relatos das entrevistadas, analisar as dinâmicas que levaram essa afirmação da presença de mulheres bissexuais no antigo Senale ao nome do evento.

<sup>69</sup> Texto disponível na íntegra no Anexo II desta dissertação.

Em Teresina, houve uma organização prévia de ativistas e militantes bissexuais com intuito de defender o seu espaço político e garantir a manutenção das conquistas que haviam alcançado em Porto Alegre. Houve a proposta inicial de que diversos espaços do 9º Senalesbi (2016) se dedicassem a debater “monossexismo”. Algumas pessoas que atuam politicamente como bissexuais no movimento LGBT propõem a utilização do conceito analítico “monossexualidade” (Yoshino: 2000) como uma categoria a ser incorporada pelos movimentos para falar das violências e capacidade de opressão que homossexuais e heterossexuais compartilhariam contra bissexuais, ou seja, “monossexismo”. Creio que tal viés é uma transposição mecânica da proposta de Yoshino (2000), perdendo de vista as nuances de distribuição social de poder seja entre heterossexuais e homossexuais, seja mesmo entre gays e lésbicas. Se é verdade que “monossexuais” são capazes de se aliar de diferentes formas para perpetuar o contrato epistêmico de invisibilidade bissexual, essa aliança é frágil e se manifesta de formas mais pontuais e sutis do que um elo forte o bastante para se sobrepôr à heteronormatividade. Para manter a aliança com o movimento de lésbicas, as bissexuais concordaram em retirar o termo “monossexismo” da programação e substituí-lo por discussões sobre “bifobia” e bissexualidade em si.

Enquanto no 8º Senalesbi (2014) o debate sobre a bissexualidade foi mais pontual, no 9º Senalesbi (2016), foi discutida com maior profundidade e conflito. De acordo com Pérola, já na primeira plenária, originalmente prevista para discutir a conjuntura política nacional a questão emergiu da plateia. Foi realizada uma roda de conversa de nome “20 anos de SENALE a SENALESBI - Movimento de Lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil: história, desafios e perspectivas”, na qual fundadoras do Senale que participaram da mesa incluíram a participação de bissexuais na memória coletiva sobre a fundação do evento. É curioso notar que, não apenas entre minhas interlocutoras diretas como em relatos que emergiram no campo, por diversas vezes apareceram formulações sobre a organização de bissexuais no movimento conjunto com lésbicas como algo novo, que data de 2014 em diante. Documentos como “Carta a Uma Amiga Bissexual” (2010) e a presença desse debate no ano seguinte à fundação da LBL não criaram, até então, raízes e impacto na memória coletiva. Tal iniciativa na roda de conversa de 2016 não apenas legitimou, então, a versão dos eventos de perspectiva que evidencia a participação bissexuais como garantiu que a renovação de participantes do Senalesbi, das quais poucas já tinham participado de espaços de formação política e de memória de movimento, tivessem acesso a uma história diferente.

Se o 9º Senalesbi (2016) trouxe para o centro a discussão sobre a bissexualidade e a presença de bissexuais nas suas fileiras militantes, efetivamente combatendo o apagamento da

bissexualidade, tal iniciativa disparou situações de conflito mais agudizadas e violentas. Pérola narrou ter presenciado uma cena em que uma mulher bissexual mineira, que recentemente assumira publicamente essa identidade e estava em seu primeiro Senalesbi, foi verbalmente atacada com acusações de que ela seria, na verdade, heterossexual e reivindicações de provas de sua bissexualidade. Outras entrevistadas descreveram o 9º Senalesbi (2016) como “mais emotivo”, mais duro, onde diversas presentes chegaram a chorar em diferentes momentos.

Para além daquelas mulheres que se identificam como bissexuais e creem que esta não deve ser uma identidade política e que todas as suas experiências podem ser subsumidas como derivadas de experiências homossexuais ou heterossexuais, identifiquei outras divisões internas entre as bissexuais. As posições das bissexuais com quem dialoguei podem, para fins analíticos, ser divididas em três. A primeira seria de que investir em espaços políticos conjuntos com lésbicas seria um desperdício de esforço militante, um trabalho digno de Sísifo, onde as bissexuais teriam que constantemente ficar lutando por migalhas de protagonismo e combatendo bifobia dentro dos movimentos. A segunda coloca a inserção das bissexuais no Senalesbi de uma forma pragmática, com importância estratégica para identificar bissexuais com interesse em se organizar politicamente tendo a bissexualidade como pauta central, criando condições para a formação de ativistas e movimentos de e para bissexuais. Nessa perspectiva, seria importante também fazer um trabalho de combate aos preconceitos sobre a bissexualidade e à bifobia interna ao movimento, tornando o Senalesbi um espaço saudável de participação política, que não desestime a organização de bissexuais. Eu identifico a terceira posição como uma perspectiva mais otimista sobre o futuro do Senalesbi e das organizações políticas compartilhadas com lésbicas, onde haveria lugar para reformá-las e compartilhar de fato o protagonismo desses espaços.

No 10º Senalesbi (2018), a ocorrer em Salvador, de acordo com falas de minhas interlocutoras e diálogos travados no campo, é provável que sejam reabertas e atualizadas as disputas acerca do nome do seminário e do papel político que nele cabe às mulheres bissexuais. Como as bissexuais se organizarão então será matéria para produções acadêmicas futuras, assim como os resultados de sua articulação. Em minhas considerações finais, me propus a abordar algumas das questões de fundo que permeiam esses conflitos. Discuto também alguns aspectos identificados por mim como limitações deste trabalho e caminhos futuros para a pesquisa sobre bissexualidade como uma identidade política, bem como algumas de minhas surpresas encontradas no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FIM DO ARCO-ÍRIS

Como colocado no começo dessa dissertação, o fim do arco-íris é inatingível. Foi necessária coragem e a compreensão da importância coletiva desse trabalho para aceitar o desafio de escrever essa dissertação. Há dois anos, em 2016, me questionei se eu seria capaz de produzir um olhar crítico sobre o tema dessa pesquisa, a identidade “mulher bissexual”, e se era uma pesquisa “relevante o bastante”, na mesma chave das mulheres bissexuais que não se sentem “LGBT o bastante”. Aceitei o desafio e essa dissertação é o resultado inicial de diversas indagações que se multiplicaram diante do campo.

Nos parágrafos a seguir, discutirei alguns caminhos que não pude explorar nessa dissertação e algumas sugestões de pesquisas futuras a serem realizadas por quem quiser se aventurar nas investigações da elaboração da bissexualidade como uma identidade política. Como já colocado nos capítulos 1 e 3 dessa dissertação, faltam pesquisas quantitativas capazes de delinear perfis sobre as pessoas que se identificam como bissexuais no Brasil - seja pela via da vitimização ou explorando perfil social e econômico das pessoas que fazem parte desse segmento identitário. Seria um trabalho inteiro pesquisar apenas o grupo Bi-Sides e quais os desdobramentos políticos que saem dele, ou estudar em profundidade o papel da LBL na organização de bissexuais no Brasil, ou mesmo fazer um retrato detalhado dos grupos locais e dos principais atores que se mobilizam em torno da bissexualidade.

Identifico que seria muito importante também realizar pesquisas que abordem com maior competência e fôlego a complexa relação de aproximações e disputas entre bissexuais e trans na história do movimento LGBT do Brasil e mesmo hoje. Em meu campo, tais questões apareceram de forma quase tangencial, com mais evidência em espaços políticos fora dos Senales/Senalesbi. O que pude perceber é que bis e trans têm uma trajetória de fortes alianças contra o apagamento e a estigmatização, aliança essa que não existe sem conflitos e sem cobranças.

Faço aqui a autocrítica de não ter sido capaz de elaborar e construir, em meu recorte teórico, análises que incluíssem as relações raciais das participantes dos Senales/Senalesbis. Houve um cuidado de buscar interlocutoras negras, ouvir suas histórias de vida e suas concepções de movimento. Porém, nos conflitos que este trabalho se propôs a discutir, a questão racial não apareceu como fator central nos discursos das interlocutoras ou nos documentos analisados. Compreendo que o Brasil é um país construído em cima de 300 anos de escravidão de pessoas negras sequestradas do continente africano e de povos indígenas de nossas terras,

que a violência racial permanece sendo uma realidade e que essas marcas permeiam todas as nossas relações sociais. Portanto, o exercício de incluir o recorte racial em meu olhar analítico e de não reforçar o chamado “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002) aparece como um desafio a ser enfrentado por mim em meu papel como pesquisadora.

Não é só de lacunas e autocríticas que consistem as considerações finais dessa dissertação, cujo processo de pesquisa e escrita me deu muito gosto. Nos próximos parágrafos, então, apresento algumas surpresas e reflexões do campo.

Eu iniciei essa pesquisa profundamente impactada pela atuação de feministas radicais e lésbicas segregacionistas (ALMEIDA; HEILBORN: 2009) no Encontro de Mulheres da UNE e este me parecia um problema óbvio e premente nas disputas do Senalesbi. Porém, pesquisar é a arte de estranhar o óbvio. Em meu campo, a existência de feministas radicais entre as participantes dos últimos três Senales/Senalesbis foi referenciada apenas em comentários pontuais, muitas vezes retratadas como uma minoria barulhenta e caricata, que não influenciava tão fortemente a balança nas disputas em jogo. A atuação de lésbicas segregacionistas é um ponto mais sensível que apareceu em diversos momentos nos relatos de minhas interlocutoras, seja como protagonistas de momentos de agressão verbal ou autoras de propostas de ruptura na aliança entre lésbicas e mulheres bissexuais.

O Senalesbi não se encontra pacificado. O Encontro Estadual de Lésbicas da Bahia, ocorrido em 2017, foi caracterizado em entrevistas como um espaço hostil para bissexuais, no qual foram reforçadas propostas de não apenas anulação das formulações dos últimos dois Senalesbis como separação do movimento. A expectativa generalizada que chegou a mim é de que o 10º Senalesbi, a ocorrer em 2018 em Salvador, seja um espaço tenso e conflituoso.

O conflito em torno da mudança do nome e da sigla do Senale/Senalesbi é apenas um “sintoma” de questões maiores e mais profundas, que ainda não se encontram resolvidas e que podem ser expressas com uma pergunta: quem é o sujeito político do seminário? Assim, ainda cabe ao movimento formular qual o papel do Senalesbi para as mulheres bissexuais e para as lésbicas. Parte dos descontentamentos das mulheres bissexuais podem ser sintetizados nesta fala de Pérola, que nos dá pistas também do cerne do problema de disputa do protagonismo do movimento:

Então a gente levou um posicionamento assim: “olha, vocês, lésbicas, decidam se vocês querem de fato continuar a parceria com as bissexuais, mas, se vocês quiserem continuar a parceria, que seja trabalhando as pautas bissexuais. Se abrindo para discutir as nossas questões também, porque **nós não somos lésbicas, nós temos questões diferentes**. Nós precisamos trabalhar a nossa identidade, fortalecer a nossa identidade. **Nós não vamos nos tornar lésbicas**. E a gente não vai mais aceitar uma parceria que é conveniente pra vocês. Vocês usam nossos corpos nas ruas na hora de fazer as atividades do movimento, nós somos usadas por vocês enquanto instrumento



de luta, mas nós não somos respeitadas na nossa pauta. Isso não é parceria. Então a gente não quer mais essa parceria forjada”. (Pérola) [grifo meu]

A proposta de bissexuais não mais fazerem parte do Senale e abandonar a ideia de um Senalesbi pode ser problematizada por dois aspectos. A partir da correspondência entre bissexualidade e juventude, já discutida nos capítulos dois e três, desenvolvo um dos aspectos desta problematização. Se tomarmos “juventude” como associada ao papel de renovação de participantes do seminário e do movimento LGBT como um todo, as mulheres que se identificam como bissexuais têm sido sujeitos proeminentes. Na perspectiva de garantir a continuidade dos Senalesbis e sua renovação, banir as bissexuais como um todo representa um problema em potencial para as organizadoras históricas dos Senales/Senalesbis. Pelo lado das mulheres bissexuais, a perspectiva de construir qualquer forma de encontro nacional situa-se muito longe no horizonte, especialmente se recordamos que vivemos no Brasil um momento de grave crise política e econômica e de perseguição às discussões de gênero e sexualidade.

Mesmo entre as lésbicas cuja posição política reforça as alianças com mulheres bissexuais, os discursos acerca do lugar da bissexualidade no Senalesbi reforçam a noção de que aquele seria um espaço para falar de relações e desejos por mulheres. As mulheres bissexuais teriam um lugar ali se fosse para, apropriando-me de uma expressão utilizada por Regina em entrevista, “falar de sua vivência lésbica”. Assim, se as bissexuais quiserem espaços para discutir suas relações sexuais e afetivas com homens, as contradições, os riscos e as expectativas que as concernem, deveriam criar um espaço próprio para tanto.

O tema de sexo com homens aparece como delicado e tenso de ser abordado com lésbicas, na tese de Guilherme Almeida (2005). Mais da metade das lésbicas participantes do 4º Senale (2001) já haviam feito sexo com homens, de acordo com os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada pela CN-DST/AIDS (ALMEIDA, 2005). Admitir mulheres bissexuais como sujeitos plenos dentro do espaço do Senale e fazer com que suas pautas sejam incorporadas a ele potencialmente provocaria convulsões à fixidez da categoria “lésbica”. É compreensível que esse seja um tema delicado, tendo em vista que mulheres que se identificam como lésbicas são constantemente confrontadas com questionamentos sobre sua sexualidade, já que o machismo presente em nossa sociedade não permite que se conceba vidas e desejos femininos que não envolvem a presença de homens. No entanto, a validação da identidade sexual “lésbica” através da construção de uma suposta pureza sexual totalmente a parte de homens silencia uma miríade de vivências não apenas de mulheres bissexuais, mas também de mulheres lésbicas. Compreender o Senale/Senalesbi como um espaço não de “mulheres que fazem sexo com/amam mulheres”, mas sim como um espaço de “mulheres que não são

heterossexuais” implicaria, assim, em assumir que o Senale nunca foi a Ilha de Themyscira<sup>70</sup> e nem suas participantes, amazonas.

Compreender o Senalesbi como um espaço de “mulheres que não são heterossexuais” seria a única chave que possibilitaria o co-protagonismo de lésbicas e bissexuais no movimento. No entanto, significaria trazer para o centro do palco uma série de debates que até então se localizaram nas fronteiras do não-dito. De certa forma, seria uma solução que, ao estabilizar de um lado as tensões entre mulheres bissexuais e lésbicas, criaria conflitos novos tanto entre essas duas identidades quanto internos a elas, com mais força talvez para as lésbicas. Em primeiro lugar porque colocaria por terra a ideia romântica de que as relações entre mulheres são por definição mais livres, mais verdadeiras e que, em última instância, conhecer o amor entre mulheres faria com que os homens se tornassem desnecessários e a “revolução sexual sapatão”<sup>71</sup> derrotaria o patriarcado<sup>72</sup>.

Em segundo lugar porque assumir a bissexualidade como uma possibilidade válida da expressão do desejo e do afeto humano em geral e das mulheres em específico, rompendo com o contrato epistêmico de apagamento da bissexualidade, potencialmente borra as fronteiras entre os mundos homo e hétero. Nesse borrar de fronteiras, a ideia da imutabilidade das orientações sexuais e do desejo seria mais difícil de defender. Por fim, a ausência de correlação automática e natural entre desejo, prática e identidade sexual se tornaria mais evidente, ao se abrir espaço para narrativas de lésbicas que fazem ou já fizeram sexo com homens e de bissexuais que estão em relacionamentos monogâmicos e desejam manter sua identidade como bissexuais.

De todo modo, que caminhos as mulheres que se identificam politicamente como bissexuais seguirão é algo que pertence ao futuro. Assim como quais serão os desdobramentos das questões identificadas neste trabalho. Permanece como possibilidade que a bissexualidade nunca se torne uma identidade estabilizada e pacificada, provocando sempre novos desconfortos acerca das pessoas que se identificam como bissexuais. Minha hipótese é de que novas identidades surgirão (como já estão surgindo) e serão identificadas como o novo foco dos desconfortos quando se fala de gênero e de sexualidade.

---

<sup>70</sup> Local fictício do universo dos quadrinhos da DC. Terra natal da Mulher Maravilha, habitada apenas por mulheres amazonas, de onde homens foram banidos há milênios.

<sup>71</sup> A expressão aparece aqui como uma ironia à apropriação que parte do movimento de mulheres lésbicas faz da proposição de Adrienne Rich (2010) de pensar lesbianidade como resistência política ao que a autora chama de heteropatriarcado.

<sup>72</sup> Em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, Joan Scott (1989) discute as limitações do conceito de patriarcado, teorizado de diferentes formas como um sistema de dominação masculina sobre as mulheres. O termo esteve muito em voga especialmente entre teóricas do feminismo marxista, durante a chamada “Segunda Onda” do feminismo, e ainda é bastante utilizado nos movimentos sociais no Brasil.



## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, S. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014, 340 p. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ALMEIDA, G. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade**: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005, 344 p. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. In **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2: 301-331, 2009.

\_\_\_\_\_; HEILBORN, M. L. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. In **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – Nuteg**, v. 9, n. 1, p 225-249, jan./jun. 2009. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/102>>. Acessado em janeiro de 2018.

ANDRADE, H. **“Combate às opressões” na universidade**: O feminismo universitário no enfrentamento à violência de gênero. 2018, 56 p. Monografia de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARBOSA, R.; KOYAMA, M. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. In **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7):1511-1514, jul, 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006000700015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700015&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em agosto de 2016.

BARBOSA, R.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. In **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S291-S300, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009001400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001400011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em agosto de 2016.

BECKER, H. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERUTTI, E. B. *Drag kings*: brincando com os gêneros. In **Revista Gênero**, v. 4, n. 1, 2º sem. 2003. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/237>>. Acessado em janeiro de 2018.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York: Routledge, 1993.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. In **Bagoas**, n. 05, 2010, p. 131-147. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316>>. Acessado em agosto de 2016.

\_\_\_\_\_; VIANNA, A. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In CÁCERES, C. F.; FRASCA, T.; PECHENY, M.; TERÇO JÚNIOR, V. (ed). *Ciudadanía Sexual en América Latina: Abriendo el Debate*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. "As vítimas do desejo": Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (org). **Sexualidade e saberes: Convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2004.

\_\_\_\_\_; RAMOS, S.; CAETANO, M. (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do orgulho GLBT – Rio – 2003**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. FACCHINI, R.; SIMÕES, J. (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa: 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006

\_\_\_\_\_; et al (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

COLLEDGE, L. et al. *Poorer mental health in UK bisexual women than lesbians: evidence from the UK 2007 Stonewall Women's Health Survey*. In *Journal of Public Health*, Oxford, v. 37, n. 3, pp. 427–437, Janeiro de 2015. Disponível em <<https://academic.oup.com/jpubhealth/article/37/3/427/2362743/Poorer-mental-health-in-UK-bisexual-women-than?searchresult=1>>. Acessado em agosto de 2016.

COSTA, Anacely Guimarães. **Fé cega, faca amolada: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo: uma análise dos conceitos de poluição e tabu**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DRUCKER, P. *The new sexual radicalism*. In *Against The Current*, nº.146, Maio-Junho de 2010. Disponível em <<http://solidarity-us.org/node/2803>>. Acessado em fevereiro de 2017.

DUQUE, Tiago. "É mais fácil para as bonitas": corpo, imagem e reconhecimento nas experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. In **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, v. 7, p. 483-504, 2017. Disponível em <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.045>>. Acesso em janeiro de 2018.

FACCHINI, R. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008, 323 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sopa de letrinhas?:** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. COSTA ALBUQUERQUE, M. T. da.; GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (trad.). 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K et al. *Disparities in Health-Related Quality of Life: A Comparison of Lesbians and Bisexual Women*. In **American Journal of Public Health**, 100(11), pp. 2255–2261, Novembro de 2010. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2951966/>>. Acessado em agosto de 2016.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. In **Soc. estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, agosto de 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em fevereiro de 2018.

HACKING, I. *The looping effects on human kinds*. In Sperber, D.; Premack D.; Premack, A. J. (eds.). **Causal Cognition: a multi-disciplinary debate**, p.351-83, 1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acessado em dezembro de 2017.

HERDT, G.; BOXER, A. *Bisexuality: Toward a comparative theory of identities and culture*. In PARKER, R.; GAGNON, J. (orgs.), **Conceiving sexuality: Approaches to research in a postmodern world**. Nova York: Routledge, p. 69-83, 1995.

HOWE, C. **Intimate Activism: The Struggle for Sexual Rights in Postrevolutionary Nicaragua**. Durham: Duke University Press, 2013.

LEMOS, A. C. da S. Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas. In **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas**: investigações Contemporâneas. – 19º REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero [Livro eletrônico]. FERREIRA DIAS, A.; FERREIRA SANTOS, E.; SANTANA CRUZ, M. H. (org.). Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. In **Cad. Pagu**. Campinas, n. 24, p. 249-281, Junho 2005.

MASON, G. *The spectacle of violence: homophobia, gender, and knowledge*. Nova York: Routledge, 2002.

MÍCCOLIS, L. Eram as lésbicas marcianas?. In MÍCCOLIS, L.; DANIEL, H. **Jacarés e lobisomens**: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983, p. 73-79.

MILLER, M.; ANDRÉ, A.; EBIN, J.; BESSONOVA, L. (2007). *Bisexual health: An introduction and model practices for HIV/STI prevention programming*. National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute, the Fenway Institute at Fenway Community Health, and BiNet USA. Apud SÃO FRANCISCO. Comitê de Aconselhamento LGBT da Comissão de Direitos Humanos de São Francisco. **Bisexual Invisibility: Impacts and Recommendations**. São Francisco, 2011. 47 p. Disponível em <[https://bisexual.org/bi\\_resources/bisexual-invisibility-impacts-and-recommendations/](https://bisexual.org/bi_resources/bisexual-invisibility-impacts-and-recommendations/)>. Acessado em agosto de 2016.

MORA, C. M. **Vulnerabilidade al VIH/Sida: sociabilidad y trayectorias de mujeres jóvenes con prácticas homoeróticas en Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências na área de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

\_\_\_\_\_; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. In **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 905-926, dez. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000300008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300008&lng=es&nrm=iso)>.

OCHS, R. *Biphobia*. In OCHS, R.; ROWLEY, S. E. (org.). **Getting Bi: Voices of Bisexuals Around the World**. Editora: *Bisexual Resource Center*, 2005, pp. 201-205. Disponível em <<https://robynocho.com/biphobia/>>. Acessado em janeiro de 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acessado em janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acessado em janeiro de 2018.

RIBEIRO, L. **Somos todas vadias?** Igualdade, diferença e política feminista a partir da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2016, 90 p. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RICH, A. VALLE, C. G. (tradução). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In **Bagoas**, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acessado em janeiro de 2018.

SÃO FRANCISCO. Comitê de Aconselhamento LGBT da Comissão de Direitos Humanos de São Francisco. **Bisexual Invisibility: Impacts and Recommendations**. São Francisco, 2011. 47

p. Disponível em <[https://bisexual.org/bi\\_resources/bisexual-invisibility-impacts-and-recommendations/](https://bisexual.org/bi_resources/bisexual-invisibility-impacts-and-recommendations/)>. Acessado em agosto de 2016.

SCOTT, J. HADDAD, L. (tradução); MALUF, M. (revisão técnica). A invisibilidade da experiência. In **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 16, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em: janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. RUFINO DABAT, C.; ÁVILA, M. B. (trad). **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, 1989, mimeo. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acessado em dezembro de 2017.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 28, Dossiê Sexualidades Disparatadas, 2007.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. 2003. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SELEM, M. C. O. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. 192 f. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. In **Labrys: études féministes / estudos feministas**, julho-dezembro, 2007. Disponível em <[https://www.labrys.net.br/labrys12/livre/celia.htm#\\_edn1](https://www.labrys.net.br/labrys12/livre/celia.htm#_edn1)>. Acessado em janeiro de 2018.

SIMMEL, G. *The Sociology of Conflict I*. In **American Journal of Sociology**, vol. 9, n. 4, jan. 1904, p. 490-525. Disponível em <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/211234>>. Acessado em janeiro de 2018.

SIMÕES, J. A.; CARRARA, S. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. In **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, Junho de 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000100075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100075&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

WALTERS, M.; CHEN, J.; BREIDING, M. **The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 Findings on Victimization by Sexual Orientation**. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control Centers for Disease Control and Prevention, 2013. Disponível em <[http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/pdf/NISVS\\_SOfindings.pdf](http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/pdf/NISVS_SOfindings.pdf)>. Acessado em agosto de 2016.



WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In LOPES-LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

YOSHINO, K. *The epistemic contract of bisexual erasure*. In *Stanford Law Review*. Palo Alto: Stanford Law Review, 2000. Disponível em <<http://kenjiyoshino.net/articles/epistemiccontract.pdf>>. Acessado em agosto de 2016.

ZANETTI, J. P. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. In **Cad. Pagu**, Campinas, n. 36, p. 47-75, Jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em fevereiro de 2018.

## **ANEXO I: Carta a uma amiga bissexual (maio de 2010)<sup>73</sup>**

Olá!!! Quanto tempo, não?! Espero que esteja bem!

Bom, escrevo a ti na verdade para dizer sobre minhas aspirações, que sentem falta de um feedback, pois essa questão de assumir a bissexualidade é muito solitária. Na maioria das vezes não tem eco. Tenho participado do movimento da maneira que posso, pois estou trabalhando no governo do estado, na cultura e viajo muito.

E isso faz com que eu pense, repense, me indigne. Vontade de dizer tantas coisas, mas ao mesmo tempo cansada de não ter retorno. No último encontro que participei, fiquei vários dias ouvindo sobre a visibilidade lésbica, em muitos momentos me sentindo um gasparzinho...rs. Ver pessoas até engasgar na hora de falar "bissexualidade" ou falando simplesmente pro forma e quando levanto para falar, vem aquele sentimento de alguém falando: "lá vem aquela de novo dizer que é bissexual".

Bom, foi assim praticamente todos os dias. O primeiro dia senti que esse negócio de só ouvir sobre lésbicas é muito chato. No segundo dia achei que pelos menos dizendo mulheres bissexuais, várias vezes já é um ganho porque, quem sabe assim, um dia nós entraremos na pauta de discussão do movimento. No terceiro dia, quando estávamos discutindo as propostas de cultura e as companheiras falando da cultura lésbica e que da bissexual não precisava falar, pois já estava contemplada nas lésbicas, foi demais.

Então, qual é o problema? Eu não me sinto contemplada, sou bissexual e não lésbica. Estou cansada de dizerem que quando estou com mulher sou lésbica, quando estou com homem sou heterossexual. Não! Sou bissexual independente de com quem esteja, amo as pessoas independentemente do seu sexo. Isso é o que me define! Minha identidade sexual é bissexual!

As lésbicas se preocupam tanto com a saúde das lésbicas, tentando provar que entre lésbicas não pega Aids. Então eu sou o que? Sou um hospedeiro? Se entre mulheres não pega aids então quem carrega a Aids somos nós bissexuais? E aí? Se somos nós que fazemos, porque então não pesquisar também a saúde de nós bissexuais?

Uma coisa que me marcou nesse encontro foi esse insight sobre o bissexual ser o hospedeiro. Porque é essa a impressão que muitas de nós temos quando vemos o desagrado de uma mulher ou um homem ao lhes informar a nossa sexualidade. Uma cara de nojo, como se fosse suja.

Porque não falar sobre bissexualidade? Nós somos safadas? Porque não nos definimos? Oras, safadeza é questão de caráter e não questão de identidade sexual!

Se um homem é casado com uma mulher e a trai com outro homem, ele pode tanto ter desejo pelos dois sexos, ser um heterossexual precisando viver outras coisas na sua vida, como ser alguém que poderia ser gay mas que não conseguiu lidar com seus desejos e com as pressões sociais que ainda hoje existem com relação à homossexualidade.

Nós não somos bem resolvidas? Me desculpe decepcioná-las. Mas eu sou muito bem resolvida. Amo as pessoas independentemente do seu sexo, sou bissexual. Só que se você for bissexual, se tem uma relação com uma mulher e em outro momento está com um homem, você é promíscua, segundo dizem?

---

<sup>73</sup> Disponível em <[http://blog-espaco-b.blogspot.com.br/2010/06/carta-uma-amiga-bissexual\\_21.html](http://blog-espaco-b.blogspot.com.br/2010/06/carta-uma-amiga-bissexual_21.html)>. Acesso em novembro de 2017.

Então precisamos discutir outra coisa também, qual é a definição de promiscuidade? É transar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo? Se for isso, as lésbicas e os heterossexuais também o fazem e são. Eu sou bissexual, já transei e me relacionei com homens e mulheres, embora com um de cada vez. E isso envolve outras questões, como: qual o contrato de relacionamento que você tem? É de exclusividade sexual? É aberto? Aberto em relação a sexo ou a afeto também? Contratos de relacionamento independem da sua identidade sexual.

É puro preconceito, isso mesmo, no sentido literal da palavra: pré conceito, discriminamos e temos medo daquilo que não conhecemos. Se formos continuar negando a bissexualidade, então é melhor nos tirar do movimento. Por que dizer que há bissexuais no movimento? Por que chamar um seminário nacional de lésbicas e mulheres bissexuais, se não se discute nunca a bissexualidade? Não parece meio perverso criar a expectativa de que eu que sou bissexual posso ir a esses lugares, mas chegando lá tenho de estar contemplada em falar apenas de uma parte de mim, de meus desejos e das minhas vivências?

Mas não me sinto na obscuridade. Na verdade entrei no movimento me identificando como bissexual. O problema são os outros, eles é que precisam sair dessa hipocrisia. Tenho certeza que há várias companheiras bissexuais que sofrem demais, pois tem de passar por lésbicas para serem aceitas.

Entendo que cada um tem o seu tempo. Mas não posso deixar de lutar por reconhecimento. As lésbicas querem visibilidade para que os seus direitos sejam respeitados? Pois é, nós bissexuais também queremos. Só que com um agravante, temos que lutar pela nossa visibilidade como bissexual na sociedade, e o que é pior, também dentro do movimento.

Eu quero respeito, quero que a bissexualidade seja colocada como ponto de pauta, não só uma sigla a ser mencionada para que as bissexuais se sintam contempladas.

Será que nossa identidade, nossas formas de nos relacionarmos, nossa sexualidade, nossas necessidades na área da saúde e em tantas outras não trazem também questões específicas? Essas devem ser pautadas e discutidas pelo movimento para a formulação de propostas específicas de reivindicações políticas e lutas, mas também para pensar no que é comum às duas identidades.

Para além disso, existem coisas mais profundas para dentro e fora do movimento que devem ser discutidas. A bissexualidade é o nome que damos pra uma série de inquietações nesta vida. Não acredito que exista uma coisa com a qual a gente nasce chamada bissexualidade.

A bissexualidade é um nome que damos para a nossa incapacidade de nos sentirmos confortáveis na distinção entre heterossexualidade e homossexualidade. Mas sabemos que esse não-lugar se expressa de diferentes maneiras, é constituído por diferentes desejos: tanto por gostar de pessoas, quanto por gostar de X coisas em mulheres e em Y coisas em homens, ou sei lá mais por que formas. Mas já que demos esse nome pra essa inquietação, a esse não-lugar, e que nos entendemos como bissexuais, apesar da pluralidade de nossas vivências pessoais, é uma possibilidade de encontrarmos conforto, é importante para nós que as pessoas reconheçam que há gente que não se sente heterossexual nem homossexual.

É tudo muito complexo e deve ser conversado sobre, sem amarras, sem repressão. Algumas amigas lésbicas vieram falar comigo e eu até brinquei que não fui eu que inventei a bissexualidade, me deram o livro da Marta Suplicy, eu li e me identifiquei, agora o problema é de vocês (risos).

Para dentro do movimento é isso: esse lugar nos dá conforto e precisamos que ele seja reconhecido, isso é certo. Mas o mundo não se divide em branco e preto, há vários tons de cinza. Podemos dar um nome pra esses vários tons, mas é importante reconhecer e respeitar a existência deles.

Acho que isso é saudável pro movimento e para nós também: entendermos que Gays e Lésbicas não são blocos homogêneos, eles também têm várias tonalidades. Há diversas classes sociais, cores/raças, idades, além das singularidades, mas as caixinhas nos encaixotam. Elas são importantes para fazer política, mas não podem falar diretamente a linguagem da diversidade. Por isso é saudável reconhecer a diversidade interna de cada caixinha e também a diversidade da sexualidade: há pessoas que não se sentem homossexuais nem heterossexuais.

Que me chamem de Bissexual, que chamem de B, que transformem em letrinha, mas que reconheçam que há algo para além da heterossexualidade e da homossexualidade. Enfim, que reconheçam meu direito a existir.

Tatiana Ranzani Maurano – PE

Regina Facchini – SP

Fabiana Karine de Jesus - RJ

(documento para provocar debate escrito no formato de carta a várias mãos pelas mulheres que o assinam, 15/05/2010. Estamos dispersas, mas ainda vivas e operantes)

## **ANEXO II: Contribuição para a mesa: "O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL"**

Regina Facchini<sup>74</sup>

Um sujeito político nunca está dado de antemão por condições ou qualidades "naturais" dos sujeitos que compõem um movimento. Trata-se, antes de qualquer coisa, de uma construção realizada num processo político. Considerando as coisas dessa maneira, resta perguntar: se o objetivo da LBL é fortalecer e ampliar a capacidade de vocalização das demandas e de visibilização das lésbicas, como poderíamos pensar o sujeito político da Liga?

Um primeiro olhar pode ser lançado para o movimento homossexual. Nascido, no Brasil, no final dos anos 70, o movimento homossexual inicia a partir dos anos 90 um processo de segmentação e multiplicação dos sujeitos políticos. Esse processo tem por objetivo visibilizar sujeitos e demandas específicas. Assim em 1993, no Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais passa-se a indicar separadamente as lésbicas, e, em 1995, a partir do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas aprova-se a visibilização específica das travestis. Mas, se por um lado esse processo permite ampliar a visibilidade específica dos sujeitos, por outro, tende a gerar uma lista cada vez maior de sujeitos políticos segmentados e letrinhas que estão longe de esgotar a diversidade de vivências das (homos)sexualidades e identidades de gênero no interior do movimento. Se partimos do pressuposto de que para cada diferença é necessário um sujeito político específico que seria descritivo das especificidades de sujeitos concretos, caímos na cilada da fragmentação de uma política identitária.

Qual será o papel de uma Liga Brasileira de Lésbicas em tempos de neoliberalismo e de segmentação de mercado, quando o próprio mercado estimula a formulação e fortalecimento de identidades específicas via estilos de vida e padrões de consumo específicos, ao mesmo tempo em que os fundamentalismos afirmam a "naturalidade" do que poderíamos chamar de heteronormatividade (papéis rígidos e complementares entre homens "masculinos" e heterossexuais e mulheres "femininas" e heterossexuais)? Como partir de uma identidade como "lésbicas" sem que ela signifique um fim em si mesma? Como fazer com que com que a diversidade introduzida nesse sujeito por fatores como classe, raça e geração não seja apenas uma lista politicamente correta a ser citada em documentos?

A fim de oferecer elementos para refletir sobre essas questões, gostaria aqui de evocar a experiência do movimento feminista. Primeiro, falar em "o movimento feminista" não explica muita coisa. De qual feminismo falamos? Pois são vários. Henrietta L. Moore, no livro *Antropología y feminismo*, diz que poderíamos tentar unificar e definir "o feminismo" como consciência da opressão feminina e luta contra ela. Isso pressupõe que: se deva tomar os interesses "da mulher" como um corpo unitário; tomar como premissa da política feminista uma identidade comum a todas as mulheres; e, que a coesão do movimento depende da existência de "uma opressão" compartilhada pelas mulheres. Parece-me que é assim que se posiciona tradicionalmente o movimento homossexual ao atuar pela afirmação de identidades. Assim, "a mulher" seria tomada como uma categoria universal, homogênea, marcada por uma semelhança

---

<sup>74</sup> Fala realizada no I Encontro da LBL. São Paulo: 2004. Regina me disponibilizou esse texto de seu acervo pessoal, não sendo possível encontrá-lo online no momento desta dissertação.

transcultural. A partir da tentativa de superar os problemas colocados por esse tipo de abordagem, surge nos meios acadêmicos a categoria gênero, que se refere à forma de conhecimento cultural das diferenças sexuais - que se volta não para homens e mulheres, mas para os significados e valores culturalmente associados a masculinidade e femilidade. Claro que a transposição pura e simples do termo gênero como sujeito político do feminismo não é viável, mas a aplicação crítica desse termo à ação política feminista gerou frutos interessantes: rompeu idéias como "a mulher", abrindo espaço para a visão da diversidade interna constituinte do termo "mulher" e questionou a legitimidade de que um grupo relativamente homogêneo de mulheres - brancas, da classe média e heterossexuais - falasse por todas as mulheres. Aí entram em cena as reivindicações das mulheres negras e das mulheres lésbicas, que passaram a questionar um feminismo incapaz de alcançar e fazer frente às formas pelas quais vivenciavam a opressão. Claro que, ao passo em que se problematiza a universalidade desse sujeito político, a identidade comum e a idéia de "uma opressão" compartilhada, se colocam novas dificuldades para uma ação feminista. No entanto, cria-se a possibilidade de uma ação mais inclusiva e eficiente, no sentido de se aproximar de expressões mais concretas e específicas de opressão.

A crítica à afirmação identitária toma por foco esse questionamento de um sujeito político visto como universal e representado por uma identidade do tipo "o homossexual" ou "a lésbica". A tentativa de saída mais interessante que conheço para esse impasse é dada por Judith Butler, teórica feminista, num texto chamado "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo' ", onde tenta integrar teoria e prática política. Para tanto, ela assume a necessidade de sujeitos políticos claramente enunciados para a ação política: portanto, a categoria "mulheres" não deve ser descartada. No entanto, deve-se ter claro o caráter aberto e inclusivo a ser atribuído a tal categoria, ou seja, "mulher" deve se libertar de suas potencialidades racistas, monoclássistas e heterossexistas e da associação exclusiva e necessária a temas como maternidade, que assinalariam "a condição feminina". "Mulher" deve ser operacionalizado, no cotidiano dos movimentos, como um termo sempre aberto a novas inclusões, um sujeito político que reconhece sua diversidade interna; e a luta feminista deve incorporar as demandas colocadas por essa diversidade de vivências da opressão, uma vez que o termo "mulher" não pode ser visto como tendo significado anterior às vivências concretas, marcadas por condicionamentos sócio-históricos e por diferenças de raça, idade, classe, sexualidade, etnia etc. Nesse sentido, não precisa haver uma única identidade que aglutine as diversas formas de opressão vivenciada pelas mulheres: alguém pode dizer-se "mulher negra", outra, "mulher negra homossexual" e por aí vai. O sujeito político "mulheres" não precisa pressupor uma identidade única, nem se voltar para uma forma específica de opressão.

Partindo dessa linha de raciocínio, a categoria "lésbicas" enunciada como sujeito político de um movimento não deve ser tomada como uma categoria universal e capaz de dar conta de todas as formas específicas de opressão vivenciadas pelos sujeitos pelo qual o movimento fala. A sugestão é a de que "lésbicas" permaneça como um termo aberto às significações e formas específicas de opressão vivenciadas por esses sujeitos concretos. Assim, é possível traçar diálogo e alianças com outros movimentos sociais e talvez fazer frente à lógica de segmentação de identidades específicas, que ao mesmo tempo em que afirma especificidades e diferenças pode reduzir a capacidade do movimento fazer frente a formas de opressão que não se colocam de forma segmentada.

Outra questão a ser refletida é qual a diferença entre ter uma determinada prática, sustentar uma identidade pessoal e assumir uma identidade política. Seria lésbica a mulher que faz sexo ou ama outras mulheres? Do ponto de vista das ações de saúde, sim. Mas será que toda mulher que deseja, transa ou ama outras mulheres se percebe como lésbica? Provavelmente não: há as que se vêem como hetero, as que se reivindicam bi, as que recusam formular identidades baseadas na orientação do desejo sexual e as que se reconhecem a partir de outros nomes, como entendidas, sapas etc... Essas são questões que dizem respeito à identidade pessoal. A identidade pessoal, no entanto, difere da identidade política. No cotidiano, posso não gostar de me identificar a partir de uma referência à minha sexualidade - exercer meus desejos não requer nomeação - mas, para fins de luta política por direitos sexuais e pela livre expressão sexual, tenho preferido me afirmar bissexual. Se creio que me afirmar a partir desse nome serve a determinados objetivos políticos e o faço, eu sustento uma identidade política. Do mesmo modo, independente de ter sexo ou afeição exclusivamente com/por mulheres, posso acreditar na importância de visibilizar a questão lésbica e me afirmar publicamente como tal. Pensar em identidades políticas faz lembrar o discurso do subcomandante Marcos: “sou negro na África do Sul, gay em São Francisco, muçulmano na Europa, "chicano" nos Estados Unidos, palestino em Israel, judeu na Alemanha, pacifista na Bósnia, estudante que protesta, jornalista subversivo, anarquista na Espanha, médico sem hospital, mulher desacompanhada em metrô às dez da noite, camponês sem terra em qualquer país, trabalhador sem trabalho em qualquer cidade e com certeza Zapatista no sudeste mexicano”. Ao invés de perguntarmos o que define uma lésbica para excluirmos quem não se encaixa ao perfil ou de nos questionarmos quem pode falar pelas lésbicas, creio que seja mais frutífero - uma vez que não estamos aqui para falar pelas lésbicas, mas para fortalecer suas organizações e visibilidade - perguntarmos ao formularmos nosso sujeito político: Quem deseja fortalecer o movimento e a visibilidade das lésbicas?

A partir daí, como podemos pensar a presença de bissexuais e transgêneros na LBL? Alguém que, apesar de ter nascido com um corpo masculino, luta para adequar seu corpo para o feminino e ainda assim deseja e ama mulheres poderia querer lutar contra a invisibilidade e o preconceito que cercam as lésbicas? E alguém que deseja e ama mulheres apesar de também desejar e amar homens? Eu creio que sim e acredito também que, desde que empenhadas na luta pelo fortalecimento da organização das lésbicas, essas pessoas devem ser bem-vindas para construir a LBL. Do mesmo modo que a prática lésbica não é garantia de que alguém queira se afirmar lésbica ou lutar pelos direitos das lésbicas, ela não deve ser a medida de corte de quem pode ou não colaborar com a luta que a LBL se propõe. Nós somos diversas se olhadas a partir de nossas inserções de classe, raciais, etárias, de nossas trajetórias afetivo-sexuais, mas temos um objetivo comum: construir a LBL.

Algumas de nós se perguntam se a partir do momento em que bissexuais e transgêneros venham construir a LBL todas teríamos que ser especialistas em questões específicas de bis e trans, todas teríamos que incorporar a discussão dessas especificidades em nosso cotidiano de militância e falar por elas. Acho que essas dúvidas fazem o caminho inverso do que poderiam fazer: a presença dessas companheiras certamente nos faria olhar para diferentes vivências da lesbianidade, o que não deixa de ser saudável para o movimento, mas não creio que bis, trans ou qualquer outro sujeito venham construir uma Liga Brasileira de Lésbicas para tirar vantagens específicas. Se esse fosse o objetivo, seria mais fácil criar um movimento específico de bis e trans em separado, com símbolos e bandeiras de luta próprias. Como uma das pessoas que vem

se afirmando politicamente como bi, posso dizer que esse não é nosso objetivo. Queremos sim respeito, queremos que as pessoas tenham mais informação sobre bissexualidade, que deixem de pensar em bissexualidade através de estereótipos que a associam necessariamente a traição, perigo, promiscuidade, enrustimento. Mas não acreditamos em afirmação identitária específica desligada do movimento como um todo. Não queremos criar um gueto bi no movimento. Não acreditamos que a situação de pessoas que se sentem ou afirmam como bis possa melhorar sem que a heteronormatividade, o machismo, o preconceito contra as homossexualidades e a invisibilidade das lesbianidades sejam combatidas. Por isso estamos aqui. E por isso também não precisamos de uma Liga Brasileira de Lésbicas e Bissexuais, estamos aqui a partir de um objetivo que é comum a todas nós: visibilizar e fortalecer o movimento de lésbicas no Brasil. Mas acreditamos também que o movimento homossexual de modo geral e o movimento lésbico em específico serão muito mais fortes quando tiverem claro que sua luta não é contra heteros e bissexuais, mas contra a heteronormatividade, o machismo, o preconceito contra as homossexualidades e a invisibilidade das lesbianidades.



## **ANEXO III: Textos Senale/Senalesbi**

### **a) Texto de apresentação Senale**

O Seminário Nacional de Lésbicas, conhecido como SENALE, é um espaço de interação político pedagógico nacional construído por Lésbicas e mulheres Bissexuais no Brasil, com a finalidade de discutir, refletir e propor ações para intervir nas políticas públicas, através da construção coletiva, na busca por direitos e dignidade, pela livre expressão das sexualidades e pela diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

O SENALE nasceu como um Seminário, em 1996, reunindo lésbicas pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu o 29 de agosto como DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA, mas se transformou, ao longo dos anos, no maior evento deliberativo de lésbicas e bissexuais do Brasil, questionando os padrões culturais pré-estabelecidos e propondo o rompimento com o padrão heteronormativo socialmente aceito.

Ao todo foram realizados apenas sete (07) Encontros Nacionais, apesar da previsão de realização de encontros bi-anuais a partir da edição de 1998:

I SENALE: 1996 – Rio de Janeiro\RJ

II SENALE: 1997 – Salvador\BA

III SENALE: 1998 – Betim\ MG

IV SENALE: 2001 – Aquiráz\CE

V SENALE: 2003 – São Paulo\SP

VI SENALE: 2006 – Recife\PE

VII SENALE: 2010 – Porto Velho\RO

VIII SENALE: 2014 – Porto Alegre\RS

A partir do SENALE – que favorece o encontro de ideias, proposições e diversidades da população lésbica e de mulheres bissexual no Brasil – temos construído, ao longo desses dezoito anos, estratégias de atuação conjunta que visam garantir e ampliar direitos, fomentar políticas públicas, favorecendo a conscientização da representação pública das lesbianidades, assim como, a visibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais na sociedade brasileira.

Diante da importância do SENALE para a afirmação do sujeito político lésbica no Brasil, as redes nacionais representadas pela Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais – ABGLT, Rede Afro LGBT, SAPATÁ, CANDACE e Marcha Mundial das Mulheres – MMM, com a participação do Coletivo Bill (MG) e Matizes (PI) a partir de acordo coletivo realizado durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos em dezembro de 2013, na capital federal, que se ampliou, após, com articulações pelas redes sociais, definiram pela realização do 8º SENALE em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, entre os dias 29 de maio e 01 de Junho de 2014<sup>75</sup>

### **b) CARTA PORTO VELHO**

Marcada pela histórica estrada de ferro Madeira – Mamoré, à beira das caudalosas águas do Rio Madeira, os ventos levam folclóricas lendas indígenas como as da Iara, do Boto e do Mapinguari. A poderosa natureza vibra diante das Três Marias, o caldeirão cultural efervesce entre os bairros Esperança da Comunidade e Socialista, pois soam os gritos e as rebeldias de mulheres lésbicas e bissexuais das cinco macrorregiões do Brasil, e assim, diante do sentimento

<sup>75</sup> Disponível em <<https://senale.wordpress.com/historia/>>. Acesso em abril de 2017.

de “Unificação, Fortalecimento e Visibilidade”, realizamos, em Porto Velho – a cidade da Amazônia Ocidental – entre os dias 07 e 11 de maio de 2010, o VII Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALE).

Há mais de 30 anos nós lésbicas e mulheres bissexuais nos organizamos para a construção de um projeto político coletivo que visibilize nossas reivindicações. Construímos 07 seminários nacionais (SENALE), o primeiro no ano de 1996, na cidade do Rio de Janeiro, sempre na lógica do fortalecimento interno e do crescimento da solidariedade entre ativistas políticas que compõem hoje o movimento de lésbicas e mulheres bissexuais brasileiras, pautadas pelos princípios da ética, da responsabilidade, do respeito, da solidariedade, da horizontalidade, da circularidade, da transparência, do combate ao racismo e todas as formas de opressão, da inclusão e da generosidade elencadas no pacto lésbico feminista, referendadas neste encontro de 2010.

Apesar dos avanços em nossa organização através dos movimentos de caráter nacional, estadual e local, e da forma como atuamos pautando as demandas específicas em conferências, conselhos e grupos de trabalho técnicos constituídos pelos governos, ainda vivemos em uma situação de lesbofobia estatal e institucional, não sendo reconhecidas como sujeitas de direitos e consequentemente, invisibilizadas nas políticas públicas e pelo sistema político.

As transformações ocorridas no mundo, nos planos econômico, social, cultural, político e tecnológico têm acentuado um processo crescente de globalização cuja matriz neoliberal potencializa opressões, contradições e desigualdades sociais.

Os fundamentalismos religiosos, econômicos, políticos e sociais historicamente enraizados em suas múltiplas faces na sociedade, têm contribuído significativamente para a dominação, subordinação e mercantilização do corpo das mulheres, para a não pluralidade, para a criminalização dos movimentos sociais, para o esvaziamento das identidades políticas, naturalizando um processo hegemônico de preconceitos, violências e de opressão.

Acreditamos na necessidade de um projeto político de lésbicas feministas baseado verdadeiramente na autonomia, na liberdade, na autodeterminação e em uma construção coletiva e horizontal, rompendo com as práticas machistas, patriarcais, misóginas, classistas, racistas e, principalmente, lesbofóbicas, homofóbicas e transfóbicas. Consideramos como necessária a desconstrução da heterossexualidade obrigatória e o fim de todas as formas de opressão e violência praticada contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Ademais, identificamos no próprio movimento LGBT (lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) práticas que reproduzem e reforçam o engessamento do processo político no movimento, conforme ocorrido na I Conferência Nacional LGBT, onde travestis, transexuais, mulheres bissexuais e lésbicas perderam espaço e representatividade pela utilização do pseudo discurso de defesa da paridade de gênero, retrocedendo nos avanços contra-hegemônicos da construção das identidades políticas como instrumento de visibilidade e democracia participativa.

As fortes reações da Igreja Católica, igrejas protestantes evangélicas e de outros setores conservadores da sociedade brasileira à ampliação do acesso de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, como o a união civil com igualdade de direitos e a adoção por casais do mesmo sexo, previstas no III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), indicam a nítida intolerância e descumprimento de um preceito básico da Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 5º, quando diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Apoiamos a manutenção do texto integral do PNDH3 (Decreto nº 7.037 de 2009), conforme publicado em 21/12/2009.

Denunciamos a interferência da Igreja Católica nos assuntos políticos do Estado Brasileiro, laico por princípio, em assuntos que devem ser tratados sob a luz da democracia secular, e não sob a sombra dos fundamentalismos religiosos. É o caso da revisão da legislação punitiva sobre o aborto, recomendação da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing, da qual o Brasil é

signatário sem reservas, e ponto atacado pelas igrejas no PNDH3. Exigimos que o governo brasileiro cumpra os compromissos com acesso universal aos direitos humanos, tanto os firmados internamente quanto aqueles assumidos perante a comunidade internacional.

No Brasil, a Lei Maria da Penha se tornou um marco legal para os direitos de lésbicas e mulheres bissexuais, tornando-se uma referência legítima enquanto marco político. Porém, expressamos nossa preocupação quanto ao sucateamento da lei e a ausência de políticas públicas que considerem a violência doméstica e familiar entre e contra lésbicas e mulheres bissexuais, reforçadas pelo projeto hegemônico de sociedade.

O PLC 122/06 se tornou ponto principal dos debates públicos pela conquista da cidadania plena LGBT e com isso, propiciou que a sociedade brasileira entrasse para as discussões ditas polêmicas, instrumentalizadas pelas religiões conservadoras e fundamentalistas, como alguns setores das igrejas evangélica e católica.

Esse contexto reflete nas casas legislativas, como o Congresso Nacional, onde diversos projetos que visam a garantia da cidadania LGBT estão em tramitação, porém inertes à vontade religiosa dos políticos desse país, que fere profundamente a laicidade do Estado prevista na Constituição Federal.

Isso nos faz questionar qual modelo de Estado estamos construindo. O que demonstra a fragilidade da garantia do Estado Laico brasileiro e conseqüentemente, a omissão dos poderes judiciário, legislativo e executivo no processo de interferência das religiões na construção de políticas públicas que efetivem a cidadania LGBT.

Apesar da Constituição Federal, em seu artigo 5º, garantir direito igualitário a todas as pessoas, da Lei 70.434 de 20 de novembro de 1985, que inclui entre as contravenções penais as práticas de atos racistas e da lei 10.639/2003 que torna obrigatória o ensino das histórias da África e afrobrasileira, o racismo institucional e estrutural permeia as nossas relações cotidianas causando tripla discriminação às lésbicas e mulheres bissexuais negras, e nesse sentido é de suma importância trabalhar o enfrentamento do racismo, lesbofobia e da misoginia se constituindo como pautas obrigatórias em todas as agendas políticas.

As violações dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são alarmantes. A criminalização da homossexualidade ocorre em 75 países do mundo. No continente americano, 11 países localizados na América Central e no Caribe, penalizam a homossexualidade com reclusão de 10 anos ou mais, como é o caso do Belize, da Dominica, de Barbados, da Guiana, entre outros.

As discussões acerca da penalização da homossexualidade em Uganda, as recentes torturas ocorridas contra as lésbicas na Argentina, os estupros coletivos e corretivos nos países islâmicos e outros países do mundo, são reflexos da imposição da heterossexualidade.

A atuação e conseqüente influência do Brasil na pauta dos direitos humanos mundial são inegáveis, por isso reforçamos e exigimos do governo brasileiro, como liderança reconhecida internacionalmente, um posicionamento político contra qualquer tipo de violação aos direitos humanos, principalmente afirmando a sua indignação com as violências cometidas contra a população LGBT.

Recomendamos ao Estado brasileiro que se comprometa formalmente com a adoção e implementação dos Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, em todas as suas esferas, como mais uma forma de garantia e promoção dos direitos humanos de LGBTs.

Por isso, reafirmamos a importância da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, da luta antirracista, anticapitalista, antissexista, da autonomia das mulheres e seus corpos, da legalização do aborto, da adoção e da união civil entre pessoas do mesmo sexo, do direito à memória e à verdade, direitos reconhecidos e manifestados nas diretrizes do PNDH3, além do respeito à autonomia e responsabilidade de crianças e adolescentes no desenvolvimento e exercício de sua sexualidade.

Somos negras, brancas, idosas, jovens, pobres, ricas, adolescentes, com deficiência, vivendo com HIV/Aids, ciganas, indígenas, mulheres comuns, anônimas, famosas, religiosas ou não, trabalhadoras, pesquisadoras, desempregadas, mães, filhas, avós, obesas ou magras, somos mulheres que estão e vivenciam os campos e as cidades. E situadas nessa diversidade de identidades, mundos e olhares acreditamos e lutamos por uma sociedade livre de preconceitos, discriminações e com justiça social.

VII SENALE – SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Disponível em <<https://senale.wordpress.com/2010/05/14/carta-porto-velho-2/>>. Acesso em janeiro de 2018.

**c) CARTA DE PORTO ALEGRE (aprovada no VIII SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais)<sup>77</sup>**

De 29 de maio a 01 de junho de 2014 ocorreu na cidade de Porto Alegre - RS, o VIII SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, com a participação de cerca de 200 mulheres. O Seminário foi um marco histórico, pois foi realizado de forma coletiva pelas redes nacionais de lésbicas e mulheres bissexuais – ABL, CANDACE, Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da ABGLT, LBL, Marcha Mundial das Mulheres, Rede Afro LGBT, Rede Sapatá, Coletivo Bil, Grupo Matizes e mulheres independentes.

Nesta edição enfocamos na reafirmação de um campo democrático-popular, discutindo as diretrizes com as ativistas do movimento de lésbicas e mulheres bissexuais, entendendo que este caminho democrático e plural é o caminho estratégico para ampliarmos a mobilização na luta contra a discriminação, a violência e a violação de direitos civis no Brasil.

Embora vivamos em um cenário conservador em que os fundamentalismos políticos, sociais e religiosos, típicos da sociedade capitalista, reprodutora de uma hegemonia de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, avancem sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos direitos civis da população de LGBTs, nossa luta histórica, em especial aquela travada nas ruas e no Judiciário, garantiu nossa visibilidade e vitórias em áreas que questionam esta hegemonia, como foi, por exemplo, a conquista da união civil entre pessoas do mesmo sexo, hoje regulamentada pela Resolução n. 175 do CNJ, que permite a conversão da união em casamento civil.

Este mesmo cenário fundamentalista se manifesta em contexto mundial, com o aumento de países que criminalizam a homossexualidade, inclusive com pena de morte, como Nigéria, Somália e bem recentemente Uganda (ver Mapa da ILGA em <http://ilga.org/ilga/pt/article/1161>), bem como a criminalização da manifestação pública da homossexualidade que hoje vigora na Rússia.

Mesmo reconhecendo que nos últimos anos presenciamos iniciativas no executivo e algumas legislações em níveis estaduais e municipais em diversas localidades do Brasil, a situação de violação dos direitos humanos da nossa comunidade continua sendo assustadora e letal, o que fica visível a partir de índices divulgados anualmente pelos movimentos sociais e governos. Índices estes que continuam invisibilizando lésbicas e mulheres bissexuais, reflexo do sexismo dominante em nossa sociedade. Esse quadro é resultado, em grande medida, da insuficiência, ineficiência e covardia do legislativo diante da pressão da bancada conservadora e religiosa, que avançam assustadoramente e sem qualquer resistência institucional sobre nossas pautas, evitando a evolução em nossos direitos civis.

Essa parte da Câmara, que é machista e misógina, tenta aprovar projetos de lei que coíbem os nossos direitos sexuais e reprodutivos, tais como o estatuto do Nascituro 478/07, o Estatuto da Família 6583/13 e tantos outros projetos retrógrados, que atacam a autonomia e a liberdades das mulheres e o reconhecimento das novas organizações familiares, barrando a educação para a diversidade e a visibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais, como sujeitas de direitos.

**EXIGIMOS:**

- medidas governamentais concretas de combatam a impunidade que caracteriza as violações dos direitos humanos da população de Lésbicas e Mulheres Bissexuais no Brasil;
- a inclusão da criminalização da lesbofobia, bifobia e transfobia no Código Penal;

<sup>77</sup> A carta teve sua formatação alterada para aumentar a clareza na leitura do texto. Disponível em <<http://lblrs.blogspot.com.br/2014/06/senale-carta-de-porto-alegre-e.html>>. Acesso em abril de 2017.

- aprovação dos Projetos de Lei nº 5002/2013, conhecido como Lei de Identidades de Gênero/Lei João W. Nery e da PL 7582/2014, que visa criminalizar atos de intolerância e de ódio;
- a concretização de políticas públicas afirmativas, organizadas, através de diretrizes, dentro de um Plano Nacional de Lésbicas, Mulheres Bissexuais, Homossexuais em geral e pessoas Trans, com orçamento adequado, monitoramento, avaliação e controle social, abrangendo minimamente as áreas de educação, direitos humanos, saúde, justiça, segurança pública, trabalho e emprego, previdência, cultura, desenvolvimento social, mulheres, igualdade racial, relações exteriores, turismo e outras áreas afetas;
- a criação de núcleos de direitos humanos LGBT nos Ministérios Públicos estaduais, a exemplo do Paraná, Pernambuco e Piauí;
- a garantia e o fortalecimento da laicidade do estado e das liberdades laicas, com constituição efetiva de políticas públicas que fortaleçam os direitos civis de LGBTs.

AFIRMAMOS como diretriz estratégica para a construção de uma sociedade sem machismos, sem sexismos e livre da lesbofobia e bifobia, o estreitamento do diálogo do movimento lésbico feminista com os diferentes movimentos sociais, bem como a necessidade da interiorização geográfica de nosso debate, reafirmando o compromisso das signatárias desta carta em fortalecer o diálogo junto às organizações de transexuais e travestis nos seus estados.

Além disso, nos colocamos a favor da Reforma Política, com o financiamento público de campanha, lista fechada e pré-ordenada, com alternada de gênero e defendemos o amplo debate em prol da democratização da mídia e da reforma educacional, por entendermos tais ações como medidas cruciais para o avanço e consolidação da democracia no Brasil.

Entendemos, ainda, a legalização do aborto como uma questão de saúde pública e como prevenção da morte de mulheres. Pois, segundo dados da ONU, cerca de 3,2 milhões de abortos inseguros são realizados em países em desenvolvimento, em sua grande maioria em mulheres pobres, negras e adolescentes, entre 15 e 19 anos, dizimando cerca de 70 mil adolescentes por ano em procedimentos clandestinos, inseguros e sem qualquer compromisso com a vida e saúde destas mulheres.

Enquanto Lésbicas e Mulheres Bissexuais reafirmamos que a nossa luta é por um Brasil sem racismo, sem machismo, sem lesbofobia e sem bifobia e conclamamos o conjunto da nossa militância para mobilização e para o debate político pelas bandeiras democráticas posicionando-nos contra qualquer ação conservadora que vá na contramão da garantia dos direitos humanos, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos e nos direitos civis de lésbicas, mulheres bissexuais e demais LGBTs e pela garantia dos espaços democráticos no Brasil.

Porto Alegre, 01 de junho de 2014.

#### **d) Carta da Juventude<sup>78</sup>**

Este 8o SENALE foi marcado pela presença expressiva de jovens lésbicas e mulheres bissexuais. Reconhecemos que houve uma iniciativa por parte da comissão organizadora no sentido de viabilizar uma estrutura que garantisse essa participação expressiva, através, principalmente, da proposta de alojamento coletivo (acantonamento). Porém, entendemos que essa iniciativa deva ser generalizada, para que a participação massiva da juventude nos espaços

<sup>78</sup> Disponível no Caderno de Resoluções do 8º Senale, no *link* <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes/40a-reuniao/anexo-04-conselheira-silvana-conti-caderno-de-resolucoes-8o-senale-2014.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

dos próximos SENALED seja um princípio e não uma iniciativa localizada de companheiras sensíveis ao debate da aproximação e fortalecimento deste sujeito político.

Vislumbramos a necessidade urgente de uma ampla discussão sobre o tema geracional, na perspectiva de repensarmos coletivamente nossa forma de construir o movimento de lésbicas e mulheres bissexuais e, com isso, repensar o próprio movimento.

Necessitamos cada vez mais denunciar toda e qualquer prática discriminatória nos espaços do movimento, na perspectiva de garantir que todas as trajetórias de militância e de vida sejam igualmente respeitadas.

A juventude veio para este 8º SENALE com o objetivo de construir e fortalecer o movimento brasileiro de lésbicas e mulheres bissexuais e não encontramos o acolhimento e uma boa receptividade daquelas que são nossas referências históricas. Tal acolhimento é fundamental para que nos sintamos parte deste movimento, para que assim possamos fortalecê-lo com nossas demandas e com o aprendizado característico da troca entre aquelas que estão construindo o movimento há anos e aquelas que estão chegando agora neste espaço.

Entendemos que as práticas discriminatórias que aconteceram neste 8º SENALE devam ser repudiadas para que não se repitam nos próximos SENALED. Tais práticas, que deslegitimam nossas vivências, concepções e formatos de militância, em nada contribuem para o fortalecimento da luta contra a lesbofobia, a bifobia, a transfobia e o racismo em nossa sociedade e em nada contribuem para que mais sujeitos se envolvam nestas lutas.

Para que este espaço esteja cada vez mais receptivo às jovens militantes lésbicas e mulheres bissexuais, apresentamos as seguintes propostas:

1. Fomentar o diálogo entre os estados e as organizações no sentido de apontar para a construção de uma ação nacional unitária no dia 29 de agosto, dia nacional da visibilidade lésbica.
2. Garantir no próximo SENALE uma mesa sobre feminismo em caráter de formação, pensando na especificidade daquelas para as quais o SENALE será um dos primeiros espaços formativos na política.
3. Garantir no próximo SENALE um espaço de acantonamento.
4. Repensar a metodologia do SENALE, visando aproximar as militantes que estão chegando. Neste sentido, colocamos como proposta a garantia de mais espaços lúdicos e de intervenções culturais.
5. Garantir que nas comissões executivas dos próximos SENALED tenhamos uma comissão de juventude, para que possamos nós mesmas colocar nossas demandas e contribuir, assim, com a construção geral do espaço (político e estrutural).
6. Apontamos que todas as organizações do movimento de lésbicas e mulheres bissexuais desenvolvam em seus estados atividades formativas prévias aos próximos SENALED. Bem como garantam a vinda das militantes, para que esta não seja uma iniciativa somente da comissão organizadora nacional. A auto-organização da juventude só vem a contribuir com a construção dos próximos SENALED e do próprio movimento de lésbicas e mulheres bissexuais. Temos muito a contribuir com o aprendizado de nossas vivências, com nossas demandas, não precisamos que nos dêem voz, temos muito a dizer e, para tanto, precisamos de abertura.

Se a juventude se organiza a luta multiplica!

#### **e) CARTA DE TERESINA**

As participantes do 9º. SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais reunidas em Teresinha entre os dias 10 e 12 de Junho de 2016 encaminham à sociedade civil e

à população Brasileira as seguintes conclusões: Fruto do debate e análise de conjuntura e dos diversos grupos de discussão realizados durante o encontro:

- **REPUDIAMOS** veementemente o governo GOLPISTA de Michel Temer. Não reconhecemos sua legitimidade, já que fruto de processo de impeachment ilegal e ideológico. O Projeto Ponte para o Futuro desse Desgoverno Golpista, apresenta um modelo de estado mínimo, que ataca os direitos da classe trabalhadora, em especial das mulheres, destitui políticas sociais, entrega o patrimônio público e o pré-sal ao capital financeiro internacional.

- **REAFIRMAMOS** a importância de garantir a democracia e continuaremos lutando diuturnamente para o reestabelecimento do Governo democraticamente eleito pela população, luta que travaremos nas ruas, espaço legítimo das lutas sociais, e em todos os espaços institucionalizados, até o reestabelecimento da democracia plena, com respeito ao nosso voto e ao estado democrático de direito!

- **RECONHECEMOS** a necessidade de uma profunda Reforma Política, a partir dos acúmulos de debate do próprio movimento social, que modifique a matriz estruturante do poder político e que não seja influenciada nem pelo capital econômico, nem pela manipulação de uma mídia comprometida e parcial, nem pelo patriarcado racista.

- **IDENTIFICAMOS** todos os severos equívocos do governo Democrático e Popular de Dilma Rousseff; Não aceitamos Belo Monte ou as alianças fisiológicas feitas em nome da governabilidade. **RECHAÇAMOS** a presença, em pastas fundamentais para os mais pobres e vulneráveis (como a economia e a agricultura) de ministros ideologicamente identificados com o outro lado: o capital econômico e sua avidez por lucro despreocupado com a ecologia, a natureza e os seres humanos. No entanto, defendemos que o atraso imposto pela mudança de modelo de Estado que querem nos impor com o golpe não pode ser permitida.

- **EXIGIMOS** o respeito à LAICIDADE do Estado, resguardado pela Constituição Federal, e a completa separação entre Estado e Religião, como única forma de preservar a pluralidade religiosa e o respeito às diversas formas de expressão religiosa e da não religiosidade, tão caros para a nossa liberdade. Não aceitamos os fundamentalismos reinantes no congresso nacional e suas pautas que investem sobretudo sobre os direitos de mulheres, negras e negros, indígenas e LGBTs. A face do conservadorismo da direita golpista, joga todo o seu moralismo e atraso numa vala comum, afirmando que queremos acabar com a família. Escancaram e fortalecem o patriarcado, misoginia, lesbofobia, bifobia, transfobia e homofobia, mentindo e criando uma falsa polêmica sobre uma ideologia de gênero inventada por eles.

- **REPUDIAMOS** a Lei da Mordça e a retirada do debate de gênero dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Negar para crianças e adolescentes o debate sobre as relações de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero é, sem dúvida, amordaçar, silenciar e reproduzir a cultura da violência e do estupro, fortalecendo o sistema machista e misógeno em que vivemos. O projeto de lei Escola sem Partido significa uma caça às bruxas, ameaçando a liberdade de expressão e isso pode significar um retrocesso aos direitos constitucionais. Seus defensores na verdade, atacam os conceitos de educação libertadora sintetizados por Paulo Freire, através de Pedagogia da Libertação. O nosso compromisso é com uma pedagogia feminista que reflita e desconstrua os padrões heteronormativos e patriarcais que favorecem as violências e desigualdades de gênero e de orientação sexual.

- **NÃO ACEITAREMOS** sob nenhum pretexto a Reforma da Previdência ou da Legislação Trabalhista, a destruição de pastas importantes como a SPM, SEPIR e SNDH, o fim dos programas sociais como o Minha Casa Minha Vida, o PROUNI a destruição ou privatização do



SUS, construídos não apenas com o dinheiro dos e das trabalhadoras, mas fundamentalmente com a nossa luta diária nas comunidades e espaços nos quais atuamos.

- EXIGIREMOS a todo custo a manutenção e a ampliação das políticas que foram construídas nas Conferências Nacionais e nos Conselhos Nacionais de Políticas para as Mulheres, de Educação, de Saúde e LGBT, porque foram fruto de debates acumulados nas vivências e práticas de cada militante lésbica, bissexual, negra, transexual, jovem, idosa, com ou sem deficiência, gorda, mãe ou não, que participaram do 9o. SENALESBI.

- RECONHECEMOS que os ataques ao funcionalismo público e à Justiça do Trabalho, com a tentativa de flexibilização da Legislação Trabalhista (fim da CLT) e da possibilidade de terceirização inclusive nas atividades-fim são apenas um instrumento para impor condições cada vez mais degradantes de trabalho nos empregos formais, favorecendo o capital em detrimento da saúde – e das vidas – dos e das trabalhadoras.

- Não recuaremos nenhum milímetro nos direitos conquistados. Enquanto lésbicas e mulheres bissexuais forem agredidas, mortas, humilhadas ou sujeitadas apenas por expressarem seus desejos e relacionamentos, exigiremos a existência de estruturas governamentais formais que garantam não apenas o meios materiais e físicos, mas a estrutura de apoio que possibilite o acolhimento e o encaminhamento de nossas pautas e de nossas demandas.

- REAFIRMAMOS que o racismo é uma política pensada, absolutamente necessária para o capitalismo e que deve ser combatida e rechaçada em todos os espaços, especialmente nos nossos espaços de militância e atuação. Não aceitamos situações inadmissíveis, como o feminicídio de Luana Barbosa, violentamente espancada por cinco policiais militares na periferia de Ribeirão Preto, SP. Bem como o genocídio da juventude negra, expresso também no congresso nacional pela tentativa da redução da maioridade penal, que criminaliza principalmente jovens, negros de periferia e que utiliza como instrumento o aparato repressivo do Estado.

- RECONHECEMOS que no processo histórico de construção dos seminários nacionais de lésbicas, as mulheres bissexuais sempre estiveram na luta e presentes e portanto, é necessário reconhecer a invisibilidade histórica das companheiras bissexuais e REAFIRMAMOS que seguimos na construção da memória e da verdade pela continuidade dos SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais que REAFIRMAMOS como sendo o espaço legítimo e autônomo de planejamento, articulação e deliberação dos Movimentos de Lésbicas e Bissexuais no Brasil.

- Reafirmamos o Pacto de Construção Coletiva entre lésbicas e mulheres bissexuais e de organização compartilhada dos espaços de seminários nacionais e/ou regionais. Esse 9º SENALESBI aponta para a necessidade da unidade no movimento de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil representado pelo nosso compromisso com a criação de uma Frente Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais pela Democracia e pela reafirmação do SENALESBI como espaço legítimo e autônomo de planejamento, articulação e deliberação dos movimentos de lésbicas e mulheres bissexuais.

Teresina(PI), 12 de junho de 2016.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> A carta teve sua formatação alterada para aumentar a clareza na leitura do texto. Disponível em <<https://www.facebook.com/184974568230884/photos/a.397350786993260.92420.184974568230884/1125763744151957/?type=3&theater>>. Acesso em abril de 2017.

**ANEXO IV: Tabelas de lésbicas e bissexuais<sup>80</sup> credenciadas no 8º Senalesbi.  
a) BISSEXUAIS**

**Tabela 1**

**Tabulação cruzada Idade \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Bissexual	Total
Idade	até 20 anos	1	1
	de 21 a 30 anos	13	13
	de 31 a 40 anos	7	7
	de 41 a 50 anos	4	4
	de 61 a 70 anos	1	1
Total		26	26

**Tabela 2**

**Tabulação cruzada Raça/etnia \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Bissexual	Total
Raça/etnia	Branca	10	10
	Preta	9	9
	Parda	7	7
Total		26	26

**Tabela 3**

**Tabulação cruzada Identidade De Gênero \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Bissexual	Total
Identidade De Gênero	Feminina	25	25
	Masculino	1	1
Total		26	26

**Tabela 4**

**Tabulação cruzada Região \* Orientação Sexual**

<sup>80</sup> “Lésbica” e “bissexual” foram escolhidas para agregar outras identidades de conotação semelhante, seja porque incluíam tais palavras ou porque eram identidades incluídas no “guarda-chuva” anteriormente apresentado nesta dissertação (como pansexual).

Contagem

		Orientação Sexual	
		Bissexual	Total
Região	Centro-oeste	1	1
	Nordeste	7	7
	Norte	4	4
	Sudeste	5	5
	Sul	9	9
Total		26	26

**Tabela 5****Tabulação cruzada Grau de escolaridade \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Bissexual	Total
Grau de escolaridade	Especialização ou Pós-Graduação	3	3
	Mestrado	1	1
	Fundamental COMPLETO	3	3
	Universitário Completo	9	9
	Universitário Incompleto	10	10
Total		26	26

**Tabela 6**  
**Tabulação cruzada Organização \* Orientação Sexual**

Contagem

	Orientação Sexual	
	Bissexual	Total
Organização 0	2	2
ABL-ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS	1	1
Coletivo BIL	1	1
Coletivo Casa Preta (Movimento Negro do Pará nacionalmente é ligada a Rede Mocambo, dentro do coletivo além da de esta ligada a Infra estrutura e produção de projetos, movimento o núcleo de mulheres negras)	1	1
Coletivo Margaridas	1	1
Coletivo SOU-SUS e DCE - UFSM	1	1
Comissão de Diversidade Sexual OAB Ponta Grossa	1	1
GRUPO FEMINISTA DINA	1	1
GUERRILHEIRA/CDHP		
LBL	3	3
LBL / Amuleto	1	1
Marcha Mundial das Mulheres	4	4
Maria Quitéria	1	1
MMM/batucada feminista do rn/jpt/jds	1	1
Não	1	1
praxis coletivo de educação popular	1	1

REDE AFRO LGBT MINEIRA E MARCHA MUNDIAL DE MULHERES		
Sec. Mulheres RS	1	1
Tambores de Safo	1	1
Trabalha em Adriana	1	1
Acessórios Arco-íris	1	1
UBM/Grupo de Estudos e Militância Maldita Geni	1	1
Total	26	26

## b) LÉSBICAS

Tabela 7

## Tabulação cruzada Idade \* Orientação Sexual

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Idade	até 20 anos	4	4
	de 21 a 30 anos	45	45
	de 31 a 40 anos	36	36
	de 41 a 50 anos	32	32
	de 51 a 60 anos	8	8
	de 61 a 70 anos	5	5
Total		130	130

Tabela 8

## Tabulação cruzada Raça/etnia \* Orientação Sexual

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Raça/etnia	Amarela	3	3
	Branca	47	47
	Preta	42	42
	Parda	29	29
	Negra	7	7
	Índia	1	1
	MISTIÇA	1	1
Total		130	130

Tabela 9

## Tabulação cruzada Identidade De Gênero \* Orientação Sexual

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Identidade De Gênero	Não informado	2	2
	Feminina	117	117
	Fluido	3	3
	Masculino	4	4
	OS DOIS	1	1
	PESSOA	1	1
	sapatona	2	2
Total		130	130

Tabela 10

## Tabulação cruzada Região \* Orientação Sexual

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Região	Centro-oeste	6	6
	Nordeste	45	45
	Norte	10	10
	Sudeste	38	38
	Sul	31	31
Total		130	130

**Tabela 11**  
**Tabulação cruzada Grau de escolaridade \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Grau de escolaridade	Doutorado	3	3
	Especialização ou Pós-Graduação	27	27
	Mestrado	7	7
	Primário	1	1
	Fundamental INCOMPLETO	3	3
	Fundamental COMPLETO	17	17
	Universitário Completo	32	32
	Universitário Incompleto	40	40
Total	130	130	

**Tabela 12**  
**Tabulação cruzada Organização \* Orientação Sexual**

Contagem

		Orientação Sexual	
		Lésbica	Total
Organização	0	1	1
	ABGLT	1	1
	ABL , ABGLT , Grupo		
	ACONTECE Arte e Política	1	1
	LGBT		
	ABL-ARTICULAÇÃO		
	BRASILEIRA DE	4	4
	LÉSBICAS		
	ADEH; UBM; RFS	1	1
	ALESSA/M.LGBT DO		
	PARÁ	1	1
	AMHOR	2	2
	ARRAIAL FREE	1	1
	Arraial Free, ABL, ABGLT,	1	1
	CELGBTRJ		
Artemis	1	1	



Associação das lésbicas de Goiás	1	1
Autônoma	4	4
Coletiva Feminismo ou Barbárie	2	2
Coletivo Baderna	1	1
coletivo feminina	1	1
coletivo feminino plural	1	1
COLETIVO KIU; MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES	1	1
coletivo Lábias Livres	1	1
Coletivo Maria Vem com a gente	1	1
Coletivo Universitário de Diversidade Sexual - KIU!	2	2
COMLÉS (Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexual de PE)	1	1
COMLES- Coletivo de lésbicas de PE. ABL	1	1

<p>Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte 2005/2007 -Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte 2011/2013 - Representante do CMDM/BH no Programa Municipal Bolsa Família - Conselheira do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte -Coordenadora do Núcleo LGBT do ESPASSO CONSEG -Coordenadora Estadual do Fórum de Mulheres de BH na AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) 2003/2007 - Delegada do Comitê Consultivo Nacional da AMB – 2003/2007 (Articulação de Mulheres Brasileiras) -Diretora do Grupo DIVAS/MG (Diversidade Afetivo-Sexual de Minas Gerais) – 2003/2007 -Presidente do Coletivo LGBT do PCdoB/MG -Membro da Comissão de Comunicação do PCdoB/MG -Tesoureira do MPM (Movimento Popular da Mulher de BH) 2009/2011 -Conselheira Fiscal do MPM – 2011/2013 -Membro dos GTs de Metodologia e Cultura do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial – 2003/2005</p>		
<p>Conselho Gestor de Saúde</p>	1	1
<p>Consulta Popular</p>	2	2

Coordenadora do Setorial LGBT do PT Ceará	1	1
Eros- Ilhéus	1	1
Faça	1	1
FAÇO PARTE DA DIREÇÃO DO CELLOS- MG ( CENTRO DE LUTA PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE MINAS GERAIS)	1	1
Feminismo Radical	1	1
Filhas de Sapho, Maldita Geni e Oficina Papo-Sério	1	1
FORÚM LGBT/PE	1	1
GLAD-grupo de gays ,lésbicas de Delmiro Gouveia	1	1
Governo do Estado do Ceará	2	2
Grupo Amuleto	1	1
GRUPO CONTRA O PRECONCEITO E NUCLEO LÉBICAS E BISSEXUAIS DE SIMÕES FILHO	1	1
GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS MARIA QUITÉRIA	2	2
Grupo Gay de Rondônia	1	1
GRUPO HUMANUS	1	1
GRUPO JUVENIL QUEBRA	1	1
KABEÇA/CANDASE		
GRUPO LESBICAS E MULHERES EM MOVIMENTO (GLMM)	3	3
Grupo LUAS	1	1
GRUPO MATIZES	2	2
Grupo Safo de Lesbo	1	1
LBL	12	12

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas /MMM - Marcha Mundial das Mulheres	2	2
Lésbicas na Prostituição lilás	1 1	1 1
LUTA PELA IGUALDADE SEXUAL NO ESTADO DE RORAIMA – GRUPO ATHENA	1	1
Marcha Mundial das Mulheres	4	4
Marcha Mundial de Mulheres	1	1
MATIZES	1	1
Mescla/ ABL	1	1
MOLS-Movimento de Lésbicas de Sergipe	1	1
Movimento de mulheres lésbicas e bissexuais da Bahia	1	1
Movimento LGBTs de Ijuí/ DCE Unijuí/ UEE Livre - Diretora LGBT	1	1
Movimento LGBTs Pensar de Ijuí	1	1
Mulheres Rebeldes	1	1
MULHERES/LESBICA/PR OSTITUTAS E AIDS	1	1
Não	19	19
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão "Sexualidade, Corporalidades e Sexualidade (UFT), Parceira do Dina Guerrilheira e Casa 8 de Março	1	1
ONG Visibilidade LGBT	1	1
ONG Outra Visão	2	2
Projeto Diversidade Sexual na Escola (UFRJ)	1	1
PT	1	1
Rede Afro LGBT	4	4

Rede Afro LGBT Mineira e Blogueiras Negras	1	1
REDE AFRO LGBT MINEIRA E MARCHA MUNDIAL DE MULHERES	1	1
Rede de Mulheres Negras do Paraná	1	1
REDE SAPATÁ	3	3
Sec. Mulheres RS	1	1
Setorial LGBT/PT e Secretaria de mulheres PT	1	1
Sócia fundadora da Associação da Parada de SP	1	1
Tambores de Safo AMB	1	1
UBM	1	1
União de Mulheres de São Paulo	1	1
Total	130	130

## **ANEXO V: Roteiro das entrevistas semiestruturadas.**

Local da entrevista e município:

Data: /2017

Entrevistada:

Hora início entrevista:

Fim da entrevista:

### **Primeiros passos:**

- A) Apresentação da mestranda, da pesquisa e dos objetivos da entrevista
- B) Termo de consentimento livre e esclarecido
- C) Perfil da entrevistada

### **Objetivos gerais da entrevista:**

Construção de memória sobre o Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais e a participação de mulheres bissexuais nele.

Investigação sobre as vivências das ativistas que participaram do(s) Seminário(s), em especial o de 2014, especialmente em relação à construção da sua identidade sexual e da politização desta.

Coleta de narrativas sobre o processo de alteração do nome do Seminário de SENALE para SENALESBI e as disputas em torno disso, em especial no Seminário de 2014.

<p style="text-align: center;"><b>Trajetórias das ativistas</b></p> <p><i>Construir histórias de vida, sexualidade e política e a relação pessoal das entrevistadas com o SENALE e outros movimentos sociais.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- quando você passou a entender que não era hétero?</li> <li>- como foi esse processo?</li> <li>- e a entender que precisava estar em espaços políticos relacionados à sua sexualidade?</li> <li>- você começou sua participação política por onde?</li> <li>- por que você foi ao seu primeiro SENALE?</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>SENALE</b></p> <p><i>Conhecer narrativas sobre a criação do seminário e a participação de bissexuais nele.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o que você sabe da criação do SENALE?</li> <li>- a quantos SENALES você foi?</li> <li>- você foi por conta própria ou organizada com algum grupo?</li> <li>- você identificava a presença de bissexuais nos seminários que foi?</li> <li>- como você descreveria essa presença?</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>SENALESBI</b></p> <p><i>Investigar a alteração do nome do Seminário</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- como foi o SENALESBI de 2014?</li> <li>- de onde surgiu a ideia da mudança no nome?</li> <li>- como as bissexuais se organizaram para realizar essa mudança?</li> <li>- essa discussão é anterior à 8ª edição ou foi uma ideia que surgiu naquele espaço?</li> <li>- como foi você descreveria a aprovação dessa mudança?</li> <li>- a discussão se encerrou ali ou houveram disputas no SENALESBI de 2016?</li> </ul>